

JOSÉ ADEMAR KAEFER

A BÍBLIA, A ARQUEOLOGIA



E A HISTÓRIA DE ISRAEL E JUDÁ



PAULUS

JOSÉ ADEMAR KAEFER

A BÍBLIA,
A ARQUEOLOGIA
E A HISTÓRIA
DE ISRAEL E JUDÁ



SUMÁRIO

Capa

Rosto

Agradecimentos:

PRÓLOGO

A IMPORTÂNCIA DA ARQUEOLOGIA

Capítulo 1 - O DEBATE EM TORNO DA HISTÓRIA DE ISRAEL E JUDÁ

1.1. A escola fundamentalista

1.1.1. A arqueologia para fundamentar a Bíblia

1.2. A escola minimalista

1.2.1. Questionamentos à escola minimalista

1.2.2. Tendências e novas leituras

1.3. Proposta alternativa

1.3.1. Método da leitura regressiva

1.3.2. Contribuições da arqueologia e da exegese

Capítulo 2 - ISRAEL E JUDÁ

2.1. Contexto histórico e literário

2.2. Geografia de Judá

2.3. Geografia de Israel

2.4. Israel nas montanhas

2.5. O advento dos primeiros monarcas

2.5.1. O direito do rei

2.5.2. Saul

2.5.2.1. À procura do reino de Saul

2.5.3. Davi, um líder popular do sul de Judá

2.5.3.1. Os feitos de Davi

2.5.3.1.1. A conquista da jebusita Jerusalém

2.5.3.1.2. A Arca em Jerusalém: concentração do poder religioso

2.5.3.2. As controvérsias sobre o reinado de Davi

2.5.3.2.1. À maneira de conclusão

2.5.4. A sucessão de Davi

2.5.5. A fabulosa história de Salomão

Cronologia

2.5.6. Jeroboão I

2.6. O Estado de Israel

- 2.6.1. O culto a Javé e outras divindades
- 2.6.2. O Êxodo como tradição de Israel Norte
- 2.6.3. Os reis de Israel e Judá
- 2.6.4. A dinastia omrida (884-842)
 - 2.6.4.1. A Estela de Mesa
- 2.6.5. A Revolta de Jeú e a Estela de Dã

Tradução

- 2.6.6. Os profetas Elias e Eliseu
- 2.6.7. Jeroboão II e o Império Assírio
 - 2.6.7.1. O movimento profético em Israel e Judá
 - 2.6.7.1.1. Os profetas Amós e Oseias no reinado de Jeroboão II
- 2.6.8. A queda da Samaria
- 2.7. O florescimento de Judá e o surgimento do Estado
 - 2.7.1. A rebelião de Ezequias
 - 2.7.2. Profetas Isaías e Miqueias
 - 2.7.3. De Manassés à reforma de Josias
 - 2.7.3.1. O contexto internacional
 - 2.7.3.2. O livro da lei

Bibliografia

Coleção

Ficha Catalográfica

Notas

Agradecimentos:

Ao povo de tantos cursos bíblicos e partilhas por esse mundo ameríndio. Aos alunos e alunas das faculdades de teologia. Ao Centro Bíblico Verbo. Aos meus mestrandos/as e doutorandos/as da UMESP.

À comunidade Perpétuo Socorro do Jardim Míriam.

À dona Maria, mulher ímpar... presença constante na caminhada.

PRÓLOGO

É preciso ter em mente que os textos bíblicos foram escritos bem depois dos fatos narrados terem acontecido, e que eles sempre trazem em suas narrativas o contexto, a realidade e as preocupações do período histórico em que foram escritos. É bem verdade que na base das narrativas bíblicas estão tradições populares antigas que essencialmente falam das ações de Deus no meio do seu povo. Falam também das normas para a convivência, de valores éticos, como a defesa dos mais fracos; falam de mitos, de heróis populares, dos antepassados etc. Tradições que foram ganhando corpo na memória popular até serem incorporadas na história oficial do povo. Esta última etapa se dá na corte e no templo, onde a tradição popular é convertida em narrativa oficial. Aqui a história é relida, reescrita e ampliada até se tornar história sagrada, que conhecemos como Bíblia.

Pelo fato dos textos bíblicos terem sido escritos, pelo menos em sua maioria, por escribas da corte e do templo, é de certa forma natural que muitos textos bíblicos defendam os seus interesses. Servem às vezes de propaganda para os reis justificarem seus projetos políticos, como: promover reformas, fazer guerras e conquistar territórios. Podem servir também para encorajar os soldados na luta contra exércitos mais fortes (cf. 2Rs 18,17-35), ou, ainda, para os sacerdotes defenderem os interesses do templo, como os sacrifícios e as ofertas, e promover o Deus do templo contra as divindades populares no interior, nas aldeias, que estão fora do seu controle.

Evidentemente que na corte e no templo havia vários e diferentes grupos, e que nem todos estavam alinhados com os interesses das elites. Essa é exatamente a grandeza, o encanto e a sacralidade da Bíblia: sua diversidade.

É difícil saber quão antigas são as tradições presentes na Bíblia e quanto elas foram mudadas até serem escritas. Ou seja, quão longe

alcança a nossa vista para o interior do texto bíblico quando o lemos ou estudamos. É bastante sugestivo e didático o exemplo da lanterna ao se adentrar numa caverna. O facho de luz permite ver até certa distância para o interior da caverna. Quanto mais perto, melhor se enxerga, e quanto mais distante, mais os raios de luz vão enfraquecendo. Evidentemente que a exegese pode nos ajudar para que avancemos para o interior da caverna (entenda-se texto) e, assim, vejamos mais ao longe.

A IMPORTÂNCIA DA ARQUEOLOGIA

Quando se trata da exegese histórico-crítica, desempenha um papel cada vez mais relevante a arqueologia. Pois, quando o texto bíblico fala, por exemplo, de uma cidade ou de uma aldeia, nem sempre traz informações suficientes para sabermos como era a vida ali: sua economia, as relações sociais, festas, crenças, geografia etc. Temos que nos reportar, então, a informações que, graças às escavações arqueológicas, nos permitem saber de coisas que o texto bíblico não revela, coisas que por muito tempo estavam ocultas sob as pedras. Obviamente, não obtemos todas as informações, pois muitas ainda permanecem enterradas, à espera de serem encontradas.

Certamente a arqueologia tem mais facilidade para encontrar sinais que relatam a estrutura e a organização das cidades e de suas construções – palácios, templos, muralhas, portões, monumentos –, que falam da vida dos reis, do exército e dos ricos. Em contrapartida, é mais difícil encontrar artigos, objetos que falam do cotidiano do povo pobre, das aldeias, das vilas, das casas, das tendas, da vida do povo nômade. Esses sinais são facilmente destruídos pelo tempo. Eles existem, mas exigem maior atenção e, obviamente, interesse.

Há que se tomar cuidado, no entanto, para não sobrepor as descobertas arqueológicas ao texto bíblico. Elas devem ser um auxiliar para uma melhor compreensão deste. A Bíblia vê e narra a realidade com a preocupação de mostrar a ação de Deus na história, coisa que a

arqueologia não tem como escavar. Sua função é a de fazer a leitura preliminar da sociedade, da maneira mais neutra possível. A partir dessa leitura preliminar, os exegetas devem adentrar o texto bíblico. O que não se pode fazer, para uma boa exegese, é cometer o disparate de ignorar as descobertas arqueológicas. Portanto, a melhor atitude do exegeta ou do estudioso da Bíblia é quando ele é capaz de estabelecer um diálogo franco entre o texto bíblico e a arqueologia. É a partir desses pressupostos que queremos apresentar a história da monarquia em Israel e Judá.

As descobertas arqueológicas podem causar em nós certo mal-estar, devido a incertezas diante da Palavra de Deus. Isso é normal, pois temos a Bíblia como referência para a nossa fé e, conseqüentemente, para o nosso agir. Pode ser que alguém se sinta como se tivesse sido enganado durante toda a sua vida, uma vez que durante os últimos cem anos a interpretação bíblica ensinava outra coisa. Devemos ter em mente que ninguém tem a última palavra quando se trata de pesquisa e interpretação bíblica. Seguramente, outras pesquisas e respostas estão por vir, e, provavelmente, ainda mais questionadoras que as que iremos apresentar em nossa obra. A pesquisa bíblica é assim: mexe conosco porque somos pessoas de fé, idealistas que sonham com um mundo mais fraterno e justo, e que têm a Bíblia como uma das grandes referências. Imaginemos o impacto que teve há cem anos, quando os primeiros estudiosos da Bíblia começaram a utilizar a arqueologia e concluíram, por exemplo, que os relatos da criação e do dilúvio narrados no livro do Gênesis foram influenciados pelos mitos do Antigo Oriente, e que Adão e Eva, como tal, nunca existiram. Ou que Moisés não escreveu o Pentateuco, como se presumia até então. São coisas que para nós, hoje, são facilmente aceitas. Presumo que, daqui a alguns anos, aquilo que expomos aqui também o será.

O DEBATE EM TORNO DA HISTÓRIA DE ISRAEL E JUDÁ

JÁ HÁ ALGUNS ANOS que a história de Israel e Judá está no centro do debate da pesquisa bíblica do Primeiro Testamento. O grande questionamento é se a Bíblia pode ou não ser considerada uma fonte para comprovar a história de Israel e Judá. Nesse debate, o enfoque maior se dá em torno da assim chamada monarquia unida que, conforme relata a Bíblia, teria existido nos períodos dos reinados de Davi e Salomão, mais ou menos entre os anos 1000 e 930 a.C., e teria abrangido, sob um único governo com sede em Jerusalém, todo o território de Israel e Judá. Basicamente, as posições dos estudiosos se dividem em três grupos.^[1]

1.1. A escola fundamentalista

O primeiro grupo se caracteriza por defender que o conteúdo da Bíblia pode ser considerado inteiramente histórico. Esse grupo é chamado, por outros estudiosos contrários a essa posição, de “conservador”, “fundamentalista” e, ultimamente, também “maximalista”. Evidentemente que dentro desse grupo há posturas mais e menos radicais. Há, por exemplo, quem defenda ainda que houve uma redação antiga do Pentateuco, no final da Idade do Bronze (1200 a.C.) ou início da Idade do Ferro I (1150 a.C.). Essa redação teria registrado, por exemplo, a história dos patriarcas e do êxodo. Outros não retrocedem tanto e defendem a posição de uma redação do Pentateuco no reinado de Davi (1005-970), e que as histórias dos patriarcas, do êxodo e da conquista de Josué teriam sido conservadas em forma de tradições orais até serem postas por escrito. Tradicionalmente esta redação é denominada de J (Javista), sigla e fonte redacional que para muitos ainda persiste. Porém, hoje se sabe que a escrita em Jerusalém só começou bem mais tarde, no final do século VIII a.C. e início do século VII a.C., ou seja, pelo menos dois séculos depois.

Apesar das opiniões divergentes entre os que pertencem ao grupo denominado fundamentalista ou maximalista, todos defendem a monarquia unida nos reinados de Davi e Salomão como histórica. E o curioso é que eles também utilizam a arqueologia para fundamentar suas posições. É o caso, no passado, de De Vaux, John Bright, entre outros, e atualmente da escola de William F. Albright, cujos discípulos defendem que a arqueologia pode provar que a Bíblia está certa, e os críticos, errados.

Foi com esse intuito que na segunda metade do século XX da nossa era se escavou exaustivamente a antiga cidade de Jerusalém, para encontrar resquícios que comprovassem a existência dos palácios e fortalezas de Davi e Salomão e, mais precisamente, do fabuloso templo

de Salomão. Mas nada disso foi encontrado. O que se encontrou foi nada além de uma pequena área, fora dos muros da atual cidade antiga de Jerusalém, com algumas construções, sem muros ou palácios, quase um assentamento. Esta foi a cidade de Davi: um aglomerado de casas que não poderia de forma alguma ter sido a capital de um império.^[2]

Não tendo encontrado sinais em Jerusalém do poderoso reino de Davi e Salomão, os arqueólogos foram buscá-los nas cidades que Salomão teria reconstruído, orientando-se fundamentalmente em 1Rs 9,15, em que se diz que Salomão reconstruiu Hazor, Megido e Gezer, as três cidades-fortaleza mais importantes do período do Bronze e do Ferro I. E, de fato, os sinais estavam ali, ou pareciam estar. Encontrou-se, entre outros, nos três famosos sítios arqueológicos, muralhas com um mesmo estilo de portão que continha seis câmaras.^[3] Esse estilo só existia na camada pertencente ao período do reinado de Salomão. Portanto, as provas das marcas do poderoso Império Salomônico pareciam contundentes. Pareciam, porque, algumas décadas mais tarde, a arqueologia, com técnicas mais refinadas, concluiu que as muralhas com os tais portões de seis câmaras foram construídas um século mais tarde, e que pertenciam ao reinado de Acab, rei de Israel Norte (873-852).

Foi também nessa perspectiva de comprovar o poderio econômico de Salomão e sua influência no comércio internacional que, por exemplo, Nelson Glueck escavou na década de 1930 o Tel El-Kheleifeh, um pequeno monte no norte do Golfo de Ácaba. Glueck pensou ter encontrado a bíblica Asiongaber, um porto que, conforme 1Rs 9,26-28, ficava perto de Elat, e de onde Salomão comercializava no Mar Vermelho. O arqueólogo entendeu ter encontrado ali uma verdadeira fábrica de cobre dos tempos de Salomão, tanto que denominou Asiongaber como “Pitsburg da Palestina”, e Salomão como “o magnata”, “rei do cobre”. Mais tarde se concluiu que o que Glueck pensava ser uma indústria não passava de alguns achados metálicos em

um pequeno sítio que havia sido estabelecido ali no final do século VIII e início do século VII. E que no tempo do rei Salomão, no século X, não passava de uma duna de areia.^[4]

1.1.1. A arqueologia para fundamentar a Bíblia

A grande limitação do grupo denominado conservador ou maximalista, assim como as escolas que se alinham com ele, é que somente se usa a arqueologia para fundamentar o texto bíblico. Seu interesse não são as ciências, a história, a antropologia, mas o conteúdo bíblico. Pode-se dizer que o arqueólogo pertencente a essa escola, quando se dirige a um sítio arqueológico, tem numa mão a Bíblia e noutra a picareta. Ou seja, ele já sabe de antemão o que vai buscar e o que pensa encontrar, definindo *a priori* o resultado de sua busca e comprometendo os princípios da neutralidade das ciências arqueológicas.

É preciso entender que boa parte dos arqueólogos teve, e muitos ainda têm, pertença religiosa. Grandes arqueólogos do passado eram grandes teólogos e clérigos. Evidentemente, é necessário reconhecer que foi precisamente o interesse religioso e teológico que impulsionou a arqueologia durante o século XX. Sem a convicção religiosa dos estudiosos, a arqueologia no Antigo Oriente Próximo não teria chegado até onde chegou.

Outro fator relevante a destacar é o interesse do Estado nas pesquisas arqueológicas. Boa parte dos arqueólogos que escavou os sítios arqueológicos em questão foi ou era membro do alto escalão do exército. Ou seja, arqueólogos financiados pelo Estado e que defendiam os interesses do Estado. Portanto, afirmar que a monarquia unida não existiu, ou que os reinados de Davi e Salomão são uma grande incógnita, certamente tem efeitos contrários aos interesses do Estado. E é justamente para provar a existência da monarquia unida que muitas escavações, como em Jerusalém, Hazor, e a região ao sul de Judá, vêm sendo feitas atualmente.

Um caso recente que ilustra bem essa ansiedade de muitos arqueólogos por encontrar rastros deixados pelos reinados de Davi e Salomão é Khirbet Qeiyafa, um sítio arqueológico situado poucos

quilômetros ao sul de Bet Shemesh. Ali foram encontradas em 2007 e 2008 ruínas de uma grande fortaleza, com muralhas, palácio e templo. E, dada sua proximidade com Jerusalém, cerca de 30 quilômetros a sudoeste, logo foram consideradas como tendo sido construídas pelo rei Davi. Porém, outras posições procuram atribuí-las a Israel Norte, como veremos mais adiante, provavelmente no tempo do rei Saul, teoria que nos é simpática, pois seria mais uma prova contundente do alcance que teve o reino de Israel Norte, já no seu início. No nosso entender, para atribuir as ruínas de Khirbet Qeiyafa ao domínio dos reis de Judá, teríamos que situá-las por volta do final do século VIII, durante o reinado de Ezequias (716-687), ou mais tarde, nos reinados de Manassés (687-642) ou até de Josias (640-609), quando Israel Norte já tinha sido devastado pela Assíria e Judá estava em expansão.

Enfim, o debate em torno da pertença das ruínas de Khirbet Qeiyafa está longe de um consenso.

A tendência cada vez maior das grandes escolas modernas de arqueologia, no entanto, é não entrar no debate religioso. Sua atitude é escavar um sítio sem definir *a priori* o que buscar, e apresentar os resultados da forma mais neutra possível, deixando para os estudiosos da Bíblia ou teólogos de diferentes tendências tirarem suas conclusões. Se estiver conforme o relato bíblico, tudo bem, se não estiver, não é preocupação sua. Essa postura da arqueologia, sem se deixar influenciar por questões religiosas, tem permitido um avanço amplo da pesquisa bíblica, a ponto de muitas teorias acerca da literatura bíblica e da história de Israel necessitarem ser revistas.

1.2. A escola minimalista

Também aqui o nome não é uma autodenominação, mas uma classificação dada pelos seus opositores. O grupo considerado “minimalista” descarta qualquer hipótese de ser a Bíblia uma fonte histórica. A Bíblia não pode ser considerada como evidência para comprovar a história de Israel.

O movimento minimalista se intensificou a partir da última década do século XX. Seus principais protagonistas são John Van Seters, Thomas L. Thompson, Niels Peter Lemche, Philip R. Davies e Keith Whitelam, entre outros; eles têm a Universidade de Copenhague, onde alguns desses professores trabalham, como sede de seus estudos. Não fazem muito uso da arqueologia, mas praticam uma análise crítico-literária da Bíblia, e a partir dela defendem que a Bíblia hebraica inteira (Primeiro Testamento) é um produto pós-exílico. Os textos bíblicos teriam sido compostos nos períodos persa, helenista e hasmoneu, a serviço da ideologia da elite do templo de Jerusalém. A preocupação da elite seria fundamentar o papel central do templo, do culto e dos sacerdotes. Daí a propaganda da história dos patriarcas, do êxodo, da conquista de Josué e do período áureo de Davi e Salomão. Os grandes heróis de Israel e Judá teriam sido apenas mitos.

Também aqui nem todos os que pertencem a esse grupo têm posições unânimes. Cada pesquisador deveria ser analisado em separado. Porém, em linhas gerais há concordância entre eles.

Independentemente da posição que defendamos, suas teorias devem ser levadas a sério, pois não há como negar que grande parte da literatura do Primeiro Testamento tenha sido produzida no pós-exílio. O período que no passado era considerado o período estéril, onde não se teria produzido nada, hoje se sabe que foi o de maior produção literária. Além disso, não há como não perceber que grande parte das leis no Pentateuco se refere ou tem ligação com o templo, e traz a

ideologia e o interesse da elite do templo. Soma-se a isso que a pertença a uma determinada denominação religiosa ou a defesa do interesse nacional, caracterizadas como limitações do grupo maximalista, nesse caso não podem ser aplicadas.

1.2.1. Questionamentos à escola minimalista^[5]

Se todo o Primeiro Testamento foi escrito no pós-exílio, com concentração nos períodos grego e hasmoneu, o que dizer das informações extrabíblicas que confirmam os relatos históricos da Bíblia? Os exemplos são inúmeros; citaremos alguns.

A estela redigida por Salmanassar III (858-824) em que ele relata a vitória contra uma coalizão antiassíria às margens do rio Orontes. Nessa estela, além de citar o rei Hadadezer de Damasco como um dos líderes dessa coalizão, menciona também o rei israelita Acab, que liderava um contingente de dez mil soldados com duas mil bigas. Essas informações têm grande paralelo em 1Rs 16-2Rs 12, evidentemente apresentadas com outro enfoque, mas que não poderiam simplesmente ter sido inventadas do nada pelo redator.

A Estela de Mesa, redigida pelo rei de Moab por volta de 840 a.C. e encontrada em 1868 d.C. em Dibon, na Jordânia. Nessa estela, o rei Mesa conta da opressão da casa de Omri, que invadira suas terras e obrigara seu povo a pagar um pesado tributo; mas que, em seus dias, libertou-se do filho de Omri, provavelmente o rei Jorão (852-841), neto de Omri. Mesa relata ainda como consagrou a vitória ao seu Deus Kamos. O relato encontra um paralelo muito grande em 2Rs 3, em que se diz que Mesa, rei de Moab, pagava um alto tributo a Israel, mas, quando morreu Acab, Mesa se revoltou contra o rei Jorão de Israel. Novamente, é impossível que o redator de 2Rs 3 possa ter inventado do nada tamanha coincidência.

A Estela de Dã. Três pedaços dessa estela, que compõem cerca de 60% a 70% da estela original, foram encontrados no sítio arqueológico de Dã, em 1993 e 1994. Nela, seu provável autor, o rei Hazael de Damasco, relata como ele derrotou as forças israelitas e judaítas, conquistando seus territórios, e como ele matou o rei Jorão, filho de Acab, e o rei Ocozias, da casa de Davi. Portanto, conforme a Estela de Dã, Hazael matou Jorão de Israel e Ocozias, rei de Judá. E mais: a

estela deixa transparecer que foi Hazael, rei de Damasco, que pôs Jeú no poder em Samaria, capital de Israel. Novamente temos um grande paralelo entre o que conta a Estela de Dã e o que relata 2Rs 9-10. Evidentemente, a narrativa bíblica feita em Jerusalém, provavelmente no tempo do rei Josias, interpreta a morte dos dois reis, Jorão e Ocozias, e a chegada de Jeú ao poder, como sendo vontade de Javé para acabar com o culto a Baal, tendência que não é percebida na estela.

Temos ainda outros exemplos de informações extrabíblicas, como a referência aos reis de Judá Ezequias, na inscrição de Senaquerib (704-681), e Manassés, nos escritos de Asaradon (680-669) e Assurbanipal (669-630). Portanto, a lista é grande. De maneira que os nomes dos reis ou personagens ilustres, as cidades, os períodos dos reinados, as fronteiras entre os territórios e até entre as tribos, comprovados pela arqueologia, não podem ter sido escritos por um redator pós-exílico sem que ele tivesse em mãos fontes antigas. Há tantos detalhes nos fatos narrados que são completamente desnecessários para o enredo da narrativa que, portanto, não haveria necessidade de incluí-los se não fossem detalhes que já constavam nas fontes consultadas. Sem falar da diferença linguística que existe entre o hebraico dos textos ou passagens pré-exílicos, do final do século VII, e o hebraico pós-exílico.

Enfim, no nosso entender, as provas da historicidade dos fatos relatados em muitos textos bíblicos são inúmeras. Obviamente, é preciso levar em consideração que o redator bíblico não se preocupa em fazer uma leitura histórica dos fatos, mas sim uma leitura teológica, ou seja, como Javé atua na história. Por isso, o redator apresenta os fatos sempre a partir da perspectiva javista. Contudo, não deixa de narrar nas entrelinhas os fatos históricos. Outro aspecto a considerar são as releituras e acréscimos que o texto sofreu no decorrer do tempo, principalmente no pós-exílio, o que torna o conteúdo histórico mais difícil, motivo que leva muitos estudiosos a abandonarem por completo a leitura do texto como informação histórica.

1.2.2. Tendências e novas leituras

A partir do exposto acima, somado à crise da teoria das fontes (J, E, Dt, P) na década de 1980, é possível entender a forte tendência nos últimos anos de se dar especial atenção à forma final do texto e à leitura canônica.^[6] Ou seja, uma vez que tem sido difícil para os estudiosos definir a existência de camadas num texto e, se elas existirem, a época histórica a que pertencem, a tendência tem sido abandonar tal leitura e se concentrar na forma final do texto. De forma que a tendência atual é o abandono da leitura diacrônica, que predominou na exegese clássica como parte essencial do método histórico crítico, e a adoção da leitura sincrônica, que privilegia a forma final do texto. A consequência desta leitura é o descaso com contexto histórico, tanto aquele ao qual o texto se refere, quanto aquele no qual o texto foi escrito. Em poucas palavras, dá-se maior atenção à forma e menos ao conteúdo, o que evidentemente tem consequência na aplicação e atualização do texto. Um exemplo prático é a pesquisa da história da redação dos livros proféticos, que pode ser dividida em três fases.^[7]

A primeira fase se situa no século XIX e início do século XX. Nesta etapa, em geral, considerava-se que os escritos remetiam literalmente aos profetas históricos. É o que comumente se denomina “leitura fundamentalista”.

A segunda fase se situa a partir da metade do século XX, quando se começa a falar mais insistentemente em redações ou camadas e entra em uso o método histórico crítico. Ou seja, haveria no texto unidades ou perícopes que remeteriam aos profetas históricos, sendo testemunhos autênticos desse ou daquele profeta; e partes ou unidades que seriam redações acrescidas, muitas vezes carregadas de ideologias do poder dominante, da corte e do templo. Chegou-se, em muitos casos, ao exagero de seccionar o texto em múltiplas partes, multiplicando-se as fontes. Evidentemente, o valor maior e mais buscado recaía sobre a

parcela que possivelmente remetia ao profeta originário. O problema era que, em não poucos casos, algumas unidades que por uns eram remetidas ao profeta original, por outros eram atribuídas a uma redação posterior, o que, obviamente, resultava numa enorme confusão para o leitor.

A terceira fase surge no final do século XX e se intensifica no princípio do século XXI. Esta análise volta seu olhar para a redação final e para o conjunto da obra. Enquanto as duas primeiras se interessam pelo profeta, por aquilo que ele disse e pela autenticidade do texto, a terceira se preocupa com a forma conjunta do texto. De maneira genérica, pode-se dizer que as duas primeiras estão mais voltadas para o conteúdo – quem disse, quando, onde e para quem –, enquanto a terceira está mais interessada na forma e na estética do texto.

Os argumentos a favor desse modelo^[8] partem do princípio de que a profecia, assim como os demais livros bíblicos, como a Obra Historiográfica (HD), é o resultado de um longo processo coletivo que resultou no livro. Os redatores subsequentes também estariam no mesmo plano do profeta, ou seja, também seriam profetas, uma vez que tiveram a capacidade de reinterpretar e inovar a profecia e de incluir uma nova mensagem também entendida como profecia. Nesse sentido, os escribas também seriam profetas. Tanto que alguns livros proféticos podem ser atribuídos integralmente a escribas, como no caso dos livros de Malaquias e Jonas. Assim, já não haveria mais profetas autênticos no Primeiro Testamento, uma vez que as palavras do profeta, a tradição oral, foram postas por escrito, e as redações posteriores de pequenas unidades ou frases já são interpretação. O crescimento literário dos livros proféticos poderia ser comparado a uma “floresta incontrollável” ou uma avalanche de neve sempre crescente, em que não seria possível distinguir camadas menores ou maiores.

Não pensamos assim. Primeiramente, não há como negar a existência

de camadas maiores ou menores nos livros bíblicos. Apenas para citar alguns exemplos: como não perceber a presença de camadas literárias na narrativa de Gn 1-11? Como negar as diferenças das tradições na narrativa da história de Abraão, Isaac e Jacó, presentes no livro do Gênesis, ou da história de José, que claramente era uma unidade independente que foi acrescida tardiamente ao livro de Gênesis? Como não perceber a diferença entre os capítulos 40 a 48 do profeta Ezequiel, onde se encontra o fundamento da teocracia do pós-exílio, e os demais capítulos do livro?

Evidentemente há contribuições neste modelo que podem ajudar muito a análise dos textos bíblicos. No entanto, o estudo que permanece somente no nível sincrônico pode resultar em sérias perdas para a pesquisa bíblica. Elencamos algumas:

- a) Ignorar o contexto, tanto da formação oral da profecia quanto do redator. Por mais difícil que possa ser, entendemos que para a compreensão do conteúdo é fundamental buscar situar o texto em seu contexto. Sem contexto, a profecia perde a força da denúncia. Tirar o contexto e a identidade do profeta é uma forma de matar o profeta outra vez.
- b) Igualar todos os profetas, não importa se da periferia ou do centro, do campo, da corte ou do templo.
- c) Colocar o mesmo peso numa denúncia contra a opressão dos pobres e numa preocupação com o cumprimento da lei que favorece o templo ou a corte.
- d) Privilegiar a forma e relativizar o conteúdo. Entendemos que a forma é importante por causa do conteúdo, que é o que deve ser o objeto final da pesquisa.
- e) Tirar a importância da exegese.

Esses mesmos critérios se aplicam também a qualquer texto bíblico em análise, como, no caso especial, à Obra Historiográfica.

1.3. Proposta alternativa

No início, todos os que liam criticamente a Bíblia eram classificados como pertencentes ao grupo minimalista. Porém, aos poucos as posições foram se definindo, permitindo aos estudiosos se distanciar ou se aproximar deste ou daquele grupo. De maneira que nos últimos anos vem surgindo um terceiro grupo que, apesar de praticar uma leitura crítica da Bíblia, não se identifica com o grupo minimalista. Esse grupo, até não surgir outra denominação, pode ser classificado como grupo alternativo.^[9]

A proposta alternativa parte do princípio de que boa parte do Pentateuco e da História Deuteronomista, bem como partes de livros proféticos, como Amós, Oseias, Miqueias, Sofonias etc., têm como data do início da sua composição a monarquia tardia (final do século VIII e início do século VII, mais precisamente no final do século VII). Ou seja, a redação teria começado timidamente no reinado de Acaz (735-716), teria se ampliado nos reinados de Ezequias (716-687) e Manassés (687-642) – período em que ôstracos, selos e pesos começam a ser encontrados em Judá – e teria se intensificado no reinado de Josias (640-609). Entendemos, no entanto, que, se bem que a redação em Judá, mais precisamente em Jerusalém, começou nessa época, é provável que já existissem pequenas unidades, algo similar a pequenos folhetos de relatos sobre heróis, matriarcas e patriarcas, experiências fundantes, ditos tribais: histórias que se formaram oralmente em torno de poços, santuários populares (*bamot*), como Betel, Silo, Siquém, monte Tabor, Samaria, entre outros, das quais algumas foram incluídas nos registros dos anais das realzas de Israel Norte e de Judá.

Por exemplo, há os relatos do primeiro livro de Samuel sobre as tradições em torno de Silo e sua importância enquanto grande centro de culto. As escavações da década de 1980 mostraram que Silo atingiu seu auge em meados do período do Ferro I, por volta do final do século XI,

e depois disso não passou de um sítio sem importância. Portanto, esses relatos sobre a grandeza de Silo presentes em Primeiro Samuel não podem refletir seu estado insignificante na monarquia antiga.

O mesmo caso se dá com a cidade filisteia de Gat, em 1Sm 17. Escavações recentes do Tel Es-Safi mostram que a cidade atingiu seu auge no século IX. Talvez Gat tenha sido a maior cidade filisteia nesse período. No final do século IX Gat foi destruída provavelmente por Hazael de Damasco. Depois disso, nunca mais se recuperou. No final do século VIII, Sargon II faz menção a ela como cidade dependente de Asdod. No século VII os assírios e as menções bíblicas só registram quatro cidades filisteias, e Gat está ausente. Portanto, as histórias bíblicas que descrevem Gat como a mais importante cidade filisteia devem preservar sua realidade do início ou meados do século IX.

Mais tarde, por volta do fim do século VIII, depois da destruição da Samaria, as coletâneas migraram para o sul e foram assimiladas pelo chamado movimento deuteronomista de Jerusalém. De maneira que quase poderíamos chamar de “compilação” o movimento literário que começou em Jerusalém na monarquia tardia. Definir com certa precisão essas unidades ou folhetos contendo histórias de heróis populares, contos, mitos, sagas etc., originários de Israel Norte e anteriores à redação de Jerusalém, ainda é tarefa a ser realizada pela pesquisa bíblica.

Na corte ou no templo, onde são compilados e relidos, os textos ou tradições recebem grande dose de ideologia do poder de turno. Ali são acrescentados complementos que correspondem à realidade e aos interesses daquele momento, mas que lidos parecem corresponder ao contexto do fato narrado. Isso não significa que os textos não tenham valor histórico, só que, em muitos casos, os textos trazem mais informações do tempo em que foram escritos ou reescritos do que do tempo que descrevem. São, portanto, excelentes para estudar o contexto histórico do período da redação. No caso da Obra Historiográfica, os textos são carregados de teologia davídica, centralizada em Jerusalém e originária

do período do rei Josias, pertencente à casa de Davi. Esta teologia não defende a religiosidade sincrética de Israel Norte. Ao contrário, o sincretismo cultural-religioso de Israel Norte é comumente abominado na Obra Historiográfica.

1.3.1. Método da leitura regressiva

Diferente do enfoque fundamentalista, que faz uma leitura cronológica, a proposta alternativa pratica a leitura regressiva dos textos bíblicos. O método regressivo parte do contexto em que o texto foi escrito e se projeta para trás, numa tentativa de reconstruir a história do conteúdo e a história da redação.

Para ilustrar o método da leitura regressiva e compreender melhor o que estamos expondo, tomemos como exemplo a passagem de 1Rs 13,1-2. Esses versos narram a profecia de um “homem de Deus” vindo de Judá a Betel, santuário nacional de Israel Norte, na hora em que o rei Jeroboão I estava oferecendo um sacrifício. Assim diz:

Eis que um homem de Deus veio de Judá com a palavra de Javé a Betel, quando Jeroboão estava de pé sobre o altar para queimar incenso. E gritou contra o altar com a palavra de Javé e disse: “altar, altar, assim diz Javé: eis que um filho vai nascer para a casa de Davi, Josias será o seu nome. Ele oferecerá em sacrifício sobre ti os sacerdotes dos lugares altos, aqueles que queimam incenso sobre ti. E ossos humanos queimará sobre ti”.

Como vemos, o texto narra um fato ocorrido durante o reinado de Jeroboão I (931-909 a.C.), em que um profeta, literalmente um homem de Deus, vindo de Judá, prediz o que sucederá nos dias vindouros em favor de Josias, da casa de Davi, e contra o altar de Betel. Contudo, a projeção que aqui ocorre não é para o futuro, mas para o passado. Ou seja, em realidade, nos encontramos em Jerusalém, no reinado de Josias, entre os anos 640-609 a.C. – portanto, cerca de trezentos anos depois, período em que o texto é escrito e projetado para o passado com o objetivo de respaldar e legitimar ações do presente.

De fato, o que o homem de Deus vindo de Judá prediz em Betel no tempo de Jeroboão I era o que Josias estava realizando em Jerusalém e arredores em seu tempo. Josias centralizou o culto no templo de Jerusalém, destruiu os lugares altos (*bamot*), que eram pequenos santuários do interior de Judá, destituiu e imolou sobre os altares os

sacerdotes populares que ali atuavam, boa parte deles levitas (2Rs 23,15-20). O destaque é dado ao altar de Betel, que era o principal concorrente do templo de Jerusalém (Am 7,10-13).

É por isso que o rei Josias, juntamente com o rei Ezequias, também da casa davídica e que começou a reforma e a expansão do Estado de Judá, serão os reis mais louvados em Jerusalém.

1.3.2. Contribuições da arqueologia e da exegese

A leitura regressiva não exclui o olhar crítico da exegese e da arqueologia, mesmo em textos cujo tempo entre o fato narrado e o fato escrito seja muito próximo. Por exemplo, o relato sobre os três reis: Acaz, Ezequias e Manassés, pai, filho e neto (2Rs 16-21).^[10] O primeiro é chamado de pecador e de aliado dos assírios (2Rs 16,10-18). Ezequias é descrito como o rei mais justo de Judá; ninguém pode ser comparado a ele, nem antes dele nem depois dele; imitou em tudo seu pai Davi (2Rs 18,3-5). Manassés, que reinou por quase meio século, é descrito como o mais abominável dos reis. O redator deuteronomista chega a atribuir a ele a causa da queda de Jerusalém (2Rs 21,11-15).

Contudo, a arqueologia provou exatamente o contrário. Acaz salvou Judá de ter o mesmo destino de Israel. Foi com Acaz que Judá começou a se desenvolver, entrou no comércio internacional com a Assíria e a Arábia e começou a criar *status* de Estado. Foi em seu tempo que Jerusalém, provavelmente com o incremento populacional oriundo do norte, após a queda da Samaria, se expandiu em direção a oeste do monte Sião. Essa expansão é conhecida como o bairro novo a que se refere 2Rs 22,14. É o período que também o Vale de Beersheva mostra ter tido forte crescimento econômico.

Ao contrário, a revolta de Ezequias contra a Assíria levou Judá à destruição. As escavações arqueológicas mostraram a extensão da devastação causada pela guerra. A Shefelá, no vale de Beersheva, região de maior produção de trigo e aveia de Judá, ficou profundamente afetada e levou muito tempo para se recuperar. Cidades como Lakish e Afec foram completamente destruídas. Estudos mostram o dramático declínio na ocupação do território no sétimo século. Além disso, o autor deuteronomista não revela o fato de que, após a fracassada revolta de Ezequias, Judá ficou vários anos submissa ao domínio da Assíria.

Manassés, um dos mais longos reinados de Judá, por sua vez, reintroduziu Judá no cenário do comércio assírio, atingindo uma

prosperidade sem precedente. Com Manassés, Judá praticamente ressurgiu das cinzas e atinge um recorde de ocupação, principalmente na região sudeste. Ao que revelam as escavações, Judá deve ter sido o maior produtor e exportador de óleo de oliva para a indústria assíria, particularmente Ecron e Tel Mique. Além disso, ôstracos, selos, pesos e outros achados mostram que nos dias de Manassés começa uma intensa produção literária.

Portanto, o ponto de partida do método regressivo é a leitura crítica, mas compreensiva da Bíblia. Só a leitura crítica pode evitar a leitura fundamentalista. É preciso estar atento à ideologia que os textos contêm, em particular a Obra Historiográfica. Ideologia que, em muitos casos, defende os interesses da elite dominante. Por isso, é necessário fazer uma análise do contexto geopolítico, social e econômico do período em que os textos foram compostos ou compilados. Para mapear essa realidade, a arqueologia e as informações extrabíblicas podem dar uma contribuição ímpar. Evidentemente, muitos textos têm várias camadas, podendo conter tradições antigas, além de acréscimos de diversos tipos. Nesse caso, deve se fazer uso das ferramentas da exegese, como a análise literária e o estudo semântico.

Contudo, a leitura crítica não deve excluir a busca pelos motivos, especialmente teológicos, que levaram à composição do texto. Ou seja, o valor do texto bíblico não deve ser menosprezado, mesmo que não represente uma fonte histórica íntegra. Não se deve desmerecer o texto bíblico, afinal ele é o motivo do nosso estudo: ponto de partida e ponto de chegada.

Capítulo 2

ISRAEL E JUDÁ

2.1. Contexto histórico e literário

TRADICIONALMENTE, O INÍCIO da monarquia é situado por volta do ano 1030 a.C., com Saul, da tribo de Benjamim (1Sm 9-11). Depois, por volta do ano 1000 a.C., Davi, da tribo de Judá, teria sido consagrado rei sobre todas as tribos de Israel e instaurado a chamada monarquia unida (2Sm 5). Entre os anos 970 e 930 a.C., o rei Salomão, sucessor e filho de Davi, teria sedimentado a monarquia e ampliado o domínio sobre outros povos, a ponto de seu reinado se tornar um império (1Rs 1-11). Com a morte de Salomão, por volta de 930 a.C., as tribos do norte, sob a liderança de Jeroboão I, teriam se rebelado contra Roboão, sucessor e filho de Salomão, e iniciado o chamado Reino do Norte, também conhecido como Israel, restando ao Sul somente o território de Judá e Benjamin (1Rs 12). A fabulosa riqueza de Salomão teria sido saqueada pelo faraó egípcio Sheshonq, que na Bíblia é conhecido como Sesac, na incursão que ele fez em 926 a.C. (1Rs 14,25-29). Com a separação das tribos do norte, a narrativa bíblica apresenta, então, a história de dois reinos paralelos: o Reino do Norte, Israel, e o Reino do Sul, Judá. Essa narrativa se estende até 721-722 a.C. (2Rs 17,1-6), quando a Assíria conquista Samaria, capital de Israel, e deporta seus habitantes. Com o fim do Reino do Norte, segue somente o relato da história de Judá, Reino do Sul, até 587 a.C. (2Rs 18-25), quando também Jerusalém é invadida e sua população deportada para a Babilônia, decretando o fim da monarquia em Judá.

Essa visão da história de Israel e Judá que os estudiosos da Bíblia nos têm apresentado até hoje tem como perspectiva a leitura a partir de Jerusalém, que enaltece a dinastia davídica e se orgulha da grandiosidade do seu templo. Em contrapartida, menospreza Israel

Norte, cujos reis são considerados corruptos, e seus sacerdotes, idólatras.

Porém, com os avanços da arqueologia e do estudo literário, uma nova Israel vem sendo descoberta. É essa Israel que queremos apresentar aqui. Os historiadores sempre olharam muito para o sul: Judá e Jerusalém, e pouco para o norte: Israel e Samaria. Esse papel agora se inverte. Começa a ser “desenterrada” uma nova história que vai revelando uma Israel Norte forte e desenvolvida, em contraposição a uma Judá, no Sul, pequena e subdesenvolvida. Além disso, há cada vez menos estudiosos que sustentam a teoria da existência da chamada monarquia unida, sob os reinados de Davi e Salomão. A grandiosidade do Império Davídico e Salomônico, com suas riquezas e esplendor, não passou de um sonho ardiloso de um monarca chamado Josias (640-609 a.C.), que quis expandir o seu reinado conquistando novos territórios.

O fato é que, depois da destruição de Samaria, capital de Israel Norte, pelos assírios em 721-722, boa parte dos habitantes que não foram deportados para as colônias assírias (2Rs 17,6.24-41) fugiu para o sul, Jerusalém. Com a chegada desses imigrantes, Jerusalém se expande. Em pouco tempo ela passa de uma aldeia que não tinha mais de mil habitantes, antes da queda da Samaria, a uma cidade de aproximadamente quinze mil habitantes. Isso aumenta seu potencial econômico e político, permitindo que Jerusalém comece a fazer parte do comércio internacional. Assim, aos poucos surge uma estrutura organizacional que pode ser identificada com um Estado. Fato favorável é que o vizinho poderoso, que era Samaria, já não existe mais, o que permite que os reis de Jerusalém comecem a sonhar em ocupar o vácuo de poder que ficara na região e conquistar novos territórios, ampliando o domínio de Jerusalém. A primeira tentativa foi do rei Ezequias (716-687 a.C.), que, apesar do apoio egípcio, não teve sucesso, pois a Assíria não o permitiu (2Rs 18-19). Mais tarde, com o enfraquecimento da Assíria, houve uma segunda tentativa, do rei Josias (640-609 a.C.), que teve mais êxito. Josias, porém, acabou sendo morto em Megido pelos

egípcios, que agora eram inimigos de Judá (2Rs 23,29). É, portanto, no período dos reis Ezequias e, mais concretamente, Josias que nasce de fato um Estado em Judá.^[11] Para dar identidade a esse Estado e respaldar as reformas e conquistas de Ezequias e Josias, um corpo de escribas de Jerusalém, entre eles levitas e sacerdotes, reúne tradições do norte e do sul, muitas delas orais e outras já escritas, e compõe um passado glorioso para Judá. É esse contexto histórico e literário que está por trás da primeira narrativa dos livros históricos (1Sm a 2Rs), que relata o surgimento da monarquia em Israel até o seu ocaso. Escrevendo a partir dos interesses de Jerusalém, os escribas colocam ênfase na casa davídica, da qual Ezequias e Josias são remanescentes.

2.2. Geografia de Judá

A geografia da região de Judá era bastante acidentada, com montanhas íngremes e com poucas e rudimentares rotas, fato que dificultava a comunicação e o comércio na região. Jerusalém, por exemplo, ficava entre as montanhas, 750 metros acima do nível do mar. Ao sul e ao leste fazia fronteira com o deserto da Judeia e com o deserto do Negev; por isso, as chuvas na região eram escassas. Para o oeste, em direção à região mais fértil da Sefelá e da costa do Mediterrâneo, o acesso se fazia difícil por causa do declive abrupto do terreno. Além disso, era território ocupado pelos filisteus, um povo poderoso que dominava a metalurgia, o que lhe permitia o controle da terra fértil. O acesso mais favorável era em direção ao norte, onde o declive era menor, mas lá prontamente se entrava em território israelita. Tudo isso levava Judá a ficar fora das grandes rotas comerciais, permanecendo por muito tempo bastante isolada das regiões vizinhas.

No período do Ferro I (1200-1000), enquanto em Israel Norte grandes áreas começaram a ser cultivadas, no sul, em Judá, isso não acontecia. O clima e o declive do terreno dificultavam o plantio. Por isso, Judá permaneceu quase que desabitada durante a Idade do Ferro I, período que inclui o tempo de Davi e Salomão, e mesmo depois. Somente a partir da metade do século VIII é que Judá começa a se desenvolver, particularmente depois da queda da Samaria, em 721-722. Jerusalém mesmo, como revelam as intensas escavações arqueológicas das décadas de 1970 e 1980, não teve ocupação significativa no século X a.C. Não foram encontradas grandes construções da Jerusalém desse período, o que poderia provar o desenvolvimento da cidade. Até mesmo a cerâmica típica do século X a.C., muito comum em outros sítios, é quase inexistente em Jerusalém. Isso comprova que a Jerusalém do séc. X a.C. não passava de uma pequena cidade, mais comparável a uma aldeia, habitada pelos Jebuseus.^[12]

O restante do território de Judá se assemelhava a Jerusalém, com poucas aldeias, sem grandes cidades. Os habitantes eram poucos e em sua maioria pastores nômades. Calcula-se que em toda a região montanhosa, que compreende o território conjunto de Israel e Judá, não viviam mais de 45 mil pessoas. Dessas, 90% viviam nas montanhas de Israel. Portanto, somente cerca de cinco mil viviam espalhadas por Jerusalém, Hebron e mais vinte aldeias do interior das montanhas de Judá.^[13] De maneira que parece impossível esse território ter sido um grande império que se estendia do Mar Vermelho até o sul de Damasco (2Sm 8).

2.3. Geografia de Israel

Israel, em contrapartida, era bem mais desenvolvida. Dois fatores foram determinantes para esse desenvolvimento: a fertilidade do seu solo e as rotas comerciais internacionais que passavam por seu território. Apesar da pouca distância que separa o sul do norte, o ecossistema das duas regiões é bem distinto. Enquanto no sul há grandes áreas desérticas, com pouca ou nenhuma chuva, o norte tem chuva em abundância, o que resulta em vales férteis para o cultivo, principalmente de oliveiras, cevada e vinhas. Também as montanhas do norte apresentam um declive mais ameno, o que permite que seu solo seja cultivado com mais facilidade. Junta-se a isso o fértil Vale de Jezreel, que se situa no coração de Israel, cortando seu território de leste a oeste. Além de ser a maior e mais rica área de cultivo da região, passava por ela a rota comercial que unia o Egito à Mesopotâmia. No lado Oeste subia a *Via Maris*, que vinha do Egito e passava pela costa do Mar Mediterrâneo até a poderosa cidade-fortaleza de Megido (Js 17,11; Jz 5,19-21; 2Rs 23,29-30). Ali havia uma confluência: uma via seguia em direção ao norte para as cidades da costa do Mediterrâneo, outra seguia em direção a Damasco, passando pela antiga e poderosa cidade de Hazor, ao norte do Mar da Galileia (Js 11,1-5.10-11; Jz 4,1-3; 1Rs 9,15), e uma terceira cruzava todo o fértil Vale de Jezreel até a cidade comercial de Betsã (1Sm 31,10-12), que, durante a campanha do faraó Sheshong (926 a.C.), foi o centro administrativo egípcio, e, no período greco-romano, uma das cidades da decápolis, a única em território israelita. De Betsã a rota seguia em direção ao leste até alcançar o caminho dos reis na Transjordânia, rota essa que vinha da Arábia e cortava a Transjordânia de sul a norte. Portanto, a via que cruzava Israel ligava as duas maiores vias comerciais do Oriente Próximo, dispostas paralelamente: a *Via Maris* e a Via Real, ou “caminho dos reis”.

2.4. Israel nas montanhas

O surgimento do que mais tarde seria Israel se deu nas montanhas. Encontramo-nos nas montanhas ao norte do Vale de Jezreel, na região de Issacar e Zabulon, ao redor do monte Tabor, e ao sul do Vale de Jezreel, nas montanhas de Manassés e Efraim, até as montanhas de Benjamin. Entendemos que se pode situar aí o nascedouro de Israel Norte. No período do Bronze tardio, entre os anos 1550 e 1200 a.C., começaram a surgir novas técnicas para explorar as montanhas, como a metalurgia, que facilitou a derrubada de matas, e a utilização da cal para o revestimento de cisternas, o que permitia maior reserva de água para os períodos de seca. Tudo isso proporcionou a exploração mais intensa das terras montanhosas.

O movimento de ocupação das montanhas de Canaã, no entanto, já vinha acontecendo desde o Bronze antigo (3300-2000), com períodos mais ou menos intensos de assentamentos, dos quais o último foi o florescimento de Israel Norte. Também aqui se percebe uma diferença entre o norte e o sul. No norte a ocupação foi bem mais intensa, com maiores estruturas, enquanto o sul continuava mais aldeão e pouco povoado. O norte fortemente agrícola e sedentário, e o sul mais pastoril e nômade.

A ocupação foi lenta, mas gradativa, e, aos poucos, foram surgindo aldeias autônomas e independentes umas das outras. As diferenças entre as aldeias não eram expressivas. É provável que, com algumas diferenças de sotaque, a língua falada era compreensível entre sua população. A base da produção era o azeite de oliva, uva, pequenos animais, como carneiros e cabritos, e, talvez, um pouco de cevada. Uma cultura estritamente de subsistência. Esse padrão de ocupação ou assentamento nas montanhas foi similar na Jordânia, Amon e Moab.

O culto praticado nesse ambiente, como praticamente em todo interior de Canaã, era o da fertilidade. Pelo fato de todo o povo

depender direta ou indiretamente do que a terra produzia, era comum que se atribuísse a Deus o envio da chuva para fertilizar e fecundar a terra. Por isso, era preciso prestar-lhe culto para que mandasse chuva e para que, assim, a colheita fosse boa. Esse atributo da fertilidade não se resumia apenas à terra, mas incluía também os animais. Se um animal desse boa cria, era porque Deus o havia abençoado com a fertilidade. Ela se estendia, inclusive, às pessoas. Como o ter filhos era de vital importância para a sobrevivência da tribo, a esterilidade era tida como uma maldição. A mulher era, por isso, marginalizada e muitas vezes excluída da tribo. Daí a razão por que as mulheres costumavam ir aos santuários para conceber. Temos um exemplo típico na história de Ana (1Sm 1). Conta a narrativa que na montanha Efraim vivia um homem chamado Elcana e suas duas mulheres: Fenena e Ana. Fenena tinha filhos e Ana não tinha: Javé tinha fechado o seu útero. Por isso, Ana era desprezada e ofendida por Fenena. Cada ano, quando Elcana subia ao santuário de Silo com suas duas mulheres para oferecer sacrifícios, Ana pedia a Deus para que a tornasse fértil. A prece de Ana foi atendida com o nascimento de Samuel.

Numa leitura bem posterior, a bênção da fertilidade é atribuída a Javé; porém, na sua origem, eram atributos das divindades da fertilidade. Esse foi o processo pelo qual passou a religião em Israel. Na sua origem, a religião era praticada nas aldeias ao redor de pequenos santuários situados nos altos dos montes, chamados *bamot*, em hebraico, comumente traduzido em nossas Bíblias por “lugares altos”. A referência podia ser uma árvore sagrada, como o terebinto, a palmeira, o carvalho etc., e, às vezes, uma pedra. Em muitos casos o espaço sagrado era partilhado com a eira, local onde se debulhava a cevada e o trigo. As divindades da fertilidade mais comuns em Canaã eram Baal e sua companheira Aserá. Com o passar do tempo, os benefícios da fertilidade passam a ser atribuídos a Javé, ou seja, o javismo vai absorvendo a religiosidade da fertilidade antes pertencentes a Baal e Aserá. Dito de outra maneira, o povo vai descobrindo em Javé,

com o tempo, benefícios que antes eram atribuídos a outras divindades (1Sm 1,19-28; Gn 20,18s; 29,31; 30,14-17; Os 1-2). Mas, mesmo durante a monarquia, quando acontece a centralização da religião e os santuários populares são proibidos (2Rs 18,1-8; 22-23), o culto às divindades da fertilidade continuam no interior de Canaã.

2.5. O advento dos primeiros monarcas

No período do Ferro I, a partir de 1200, começa a expansão das aldeias para a planície, ocupando o espaço deixado pelas antigas e poderosas cidades-estado. Os camponeses, protoisraelitas, descem as montanhas e, num movimento ascendente, vão tomando as planícies. A terra fértil e plana possibilita ampliar em muito a produção agrícola, principalmente de cevada e trigo. O incremento de grãos faz aumentar a produção de alimentos, o que, por sua vez, permite o crescimento da população. O excedente faz surgir a concentração de poder nas mãos de alguns clãs que se permitem investir no comércio. Surgem, então, os administradores, profissionais, a pequena indústria e os pequenos monarcas. O excedente agrícola, quando em menor quantidade, era conservado em jarros de cerâmica que eram enterrados no fundo da casa do clã. Quando em maior quantidade, era estocado em silos bem protegidos da chuva. Uma parte dos grãos guardados era para o plantio do ano seguinte; outra, para o consumo; e, eventualmente, uma terceira parte para o comércio. A estocagem do excedente foi, portanto, um passo gigantesco para a sobrevivência da tribo em tempos de calamidades. Uma sociedade que não guarda tem grandes dificuldades para sobreviver quando chega a seca ou quando as pragas invadem a lavoura, ou, ainda, quando o povo é acometido por doenças.

Um texto que ilustra bem a questão da administração do excedente é a novela de José (Gn 37-50), particularmente os capítulos 41 a 47. Ao interpretar os sonhos do faraó, José o aconselha que durante os sete anos de boa colheita ele tome a quinta parte dos produtos da terra do Egito e a armazene. Esses víveres servirão de reserva à terra para os sete anos de fome que se abaterão sobre o Egito. Assim, a terra não será exterminada pela fome (Gn 41,33-36). Vemos aqui, portanto, que José ensina ao faraó e a todo Egito como proceder, guardando o excedente dos anos de boa colheita para quando o tempo das vacas magras

chegar. Essa é exatamente a justificativa para a existência da monarquia em Israel. Ou seja, a função ideológica da novela de José é fundamentar a monarquia. José representa o projeto monárquico, e os irmãos, o projeto tribal. Vejamos.

O jovem irmão quer ser rei. Esse é o significado da túnica principesca que recebe do pai Jacó (Gn 37,3) e dos sonhos em que vê seus irmãos e seus pais se inclinando diante dele (Gn 37,5-11). O curioso é que, nos encontros posteriores dos irmãos com José – quando vão ao Egito pedir alimentos porque em Canaã não há mais, pois não guardaram –, eles se inclinam profundamente diante dele, cumprindo o que ele sonhara. A monarquia tenta se justificar na necessidade de se guardar o excedente para o tempo da penúria, de forma que o povo tenha o que comer. O problema é que, quando o tempo das vacas magras chega, os reis não partilham com o povo os alimentos que armazenaram, mas os vendem ou trocam pelas terras dos camponeses ou pela sua liberdade. É o que faz José quando o povo vem lhe pedir alimentos (Gn 47,13-26). Primeiro ele vende os alimentos. Quando eles não têm mais dinheiro, José se apossa dos rebanhos. Quando não têm mais rebanho, José troca alimentos pela terra. Quando o povo não tem mais dinheiro, nem animais, nem terra, é obrigado a se vender como escravo para não morrer de fome, e José reduziu todos à escravidão, de uma extremidade a outra do Egito. Dessa forma, tudo passa para as mãos do faraó ou do rei. Uma vez de posse de tudo, José entrega sementes aos camponeses para que plantem as terras do rei e lhe entreguem a quinta parte das colheitas. “Esta é uma regra que vale até hoje”, diz o texto, justificando a cobrança do tributo por parte do rei. Os únicos que ficam isentos do tributo e da venda da terra são os sacerdotes (Gn 47,22-26b). Essa nota revela quem são os redatores do texto.

Fica evidente, portanto, que a monarquia só privilegia um grupo, aquele ligado à corte e à cidade. O povo das aldeias tem que trabalhar para sustentar os monarcas das cidades, mas quando a crise chega, é a primeira vítima.

Outra justificativa para a existência dos monarcas é a proteção. O excedente, bem como a terra fértil da planície, desperta o interesse de outros povos. Quando a fome assola um povo e ele sabe que o povoado vizinho tem alimentos estocados, não pensa duas vezes em saquear seus armazéns. Por isso, é preciso a proteção de um exército que, para os monarcas, só a monarquia pode oferecer. Temos o caso, entre tantos na Bíblia, dos filisteus. Os filisteus eram remanescentes dos povos do mar que se estabeleceram na costa do Mediterrâneo ao norte de Gaza, no sul de Canaã, por volta de 1500 a.C. Tinham superioridade tecnológica, como o domínio do ferro (1Sm 13,19-22), e, possivelmente, conforme desenhos e inscrições encontradas no Egito, também eram maiores fisicamente do que os cananeus e os futuros israelitas. Os filisteus combateram os egípcios e dificultaram seu domínio na região. Conquistaram as melhores terras e com o tempo tornaram-se o arqui-inimigo da Israel emergente (Jz 13-16). No contexto internacional, eram, pois, os filisteus que ditavam as ordens na terra de Canaã nesses dias. Evidentemente é preciso distinguir os filisteus de quando se instalaram em Canaã dos filisteus mencionados na Bíblia.

2.5.1. O direito do rei

A monarquia não era unânime no mundo da Bíblia. É possível perceber nas narrativas tradições favoráveis à monarquia (1Sm 8,1-5.21-22; 9,1-10,16; 11) e tradições contrárias a ela (1Sm 7; 8,6-20; 10,17-27; 12). Obviamente, por detrás de boa parte dos textos que criticam a monarquia está a redação pós-exílica, quando o poder era exercido pelos sacerdotes que culpavam os reis pelas catástrofes que aconteceram a Israel, como a destruição de Jerusalém e o exílio na Babilônia.

Entre os textos críticos à monarquia e que podem servir de referência para compreender o que foi o sistema monárquico, com sua estrutura de exploração, destaca-se 1Sm 8, particularmente os versículos 6 a 20. Um texto provavelmente pós-exílico que descreve como nenhum outro o que representou a monarquia para o povo em Israel. Segundo o relato, os interessados pela realeza são os anciãos de Israel. Eles se dirigem a Samuel e pedem que este constitua sobre eles um rei, pois Samuel já está velho e seus filhos não seguem seu exemplo. Na sua origem, os anciãos eram os chefes dos clãs e faziam parte do chamado “conselho de anciãos”, uma espécie de colegiado onde cada um representava seu respectivo clã nas decisões políticas da tribo (Ex 3,16; 4,29). Na monarquia esse grupo passa a formar um conselho composto por homens de alto poder aquisitivo, grandes proprietários de terras, e com forte influência política na corte (2Sm 27,4.15; 1Rs 20,7-9). São denunciados pelos profetas como opressores do povo e exploradores dos pobres (Is 3,14-15). No Novo Testamento, Jesus trava um embate direto com o conselho de anciãos (Mc 11,27). Razão pela qual esse grupo faz parte dos que tramam sua morte (Mt 26,3). É provável que aqui em 1Sm 8,4 os anciãos representem um poder similar ao que podemos ver em 1Rs 20,7-9, participando das intrigas da corte e influenciando grandemente a escolha do rei.

O curioso é que no caso de 1Sm 8, os anciãos justificam que a causa

da rejeição de Samuel é sua velhice, mas Javé diz que não é a Samuel que eles rejeitam, mas a ele próprio, Javé, pois não querem mais que Javé reine sobre eles (1Sm 8,7). De fato, na monarquia o rei toma o lugar de Deus. Inclusive, o rei passa a ser chamado de “o filho de Deus” e recebe o adjetivo de o “ungido de Javé”, termo que em hebraico significa “messias” (1Sm 2,10,35; 24,10). A pergunta é: se o rei toma o lugar de Deus, o que é feito de Deus, então? Ou seja, Javé desaparece na monarquia? Na realidade, não. O que muda é a forma de conceber a Javé. Agora ele não será mais o Javé dos pobres, o Javé libertador, que ouve o clamor dos oprimidos (Ex 3,7), mas o Javé da corte, que vela pelo rei e que justifica seus projetos. O Javé dos pobres continuará no meio do seu povo, caminhando com ele e se fazendo ouvir na voz dos profetas. Portanto, com a monarquia teremos dois Javés: um oficial, da corte, e outro no meio do povo. Esse binômio ou forma de compreender a Javé vai perpassar todo o Primeiro Testamento.

Seguindo o relato de 1Sm 8, encontramos nos versículos 10 a 18 um panorama bastante amplo, talvez único na Bíblia, de como será ou era a política de exploração dos reis em Israel e, certamente, nos reinos vizinhos. A primeira atitude do rei será a de convocar os filhos do povo para formar seu exército e combater em suas guerras: compor a infantaria, cuidar dos carros de guerra, dos cavalos, e organizar os combatentes. Portanto, a composição de um exército profissional e permanente é a especificidade por excelência que caracteriza a monarquia. A atitude seguinte será a introdução da corveia, ou trabalho forçado, para lavrar as terras do rei, fazer suas colheitas, construir seus armazéns, fabricar armas para o exército e as peças para os carros de guerra (1Rs 9,15-22). Seguem depois as funções secundárias. Aqui predomina o verbo *laqah*, “tomar”. O rei vai tomar as filhas para perfumistas, cozinheiras e padeiras (1Rs 11,3); vai tomar do povo seus campos, vinhas e os melhores olivais (1Sm 22,7-8; 1Rs 21) para dar aos seus oficiais; vai tomar o tributo, as plantações e os rebanhos (1Rs 5,2-3; Am 5,11; Mq 2,2); vai tomar os jovens do povo para o trabalho

forçado (1Rs 5,27). No final, tudo e todos serão propriedade do rei (Gn 47,13-26). Ou seja, com a monarquia há uma volta para a escravidão do Egito (Ex 13,3.14). É importante enfatizar que o texto deixa claro que o “direito do rei” não é vontade de Deus.

2.5.2. Saul

A Bíblia apresenta Saul como sendo o primeiro rei de Israel. As informações que temos sobre ele são controversas. O que parece seguro é que ele era benjaminita (1Sm 9,1-2). Portanto, o primeiro rei está ligado à fértil região de Benjamin, que fica um pouco ao sul da montanha de Efraim, entre Betel, Ai e Gilgal, o que sugere que a origem da monarquia, se assim podemos dizer, está ligada à tradição de Israel Norte, que era bem mais desenvolvida e foi habitada bem antes que a região de Judá.

Quanto ao processo da chegada de Saul à realeza, há pelo menos três tradições diferentes. Na narrativa conhecida como “a estória das jumentas perdidas” (1Sm 9,1-10,8), Saul é ungido por Samuel como “chefe do povo” (1Sm 9,16; 10,1; 2Sm 5,2), semelhante a um juiz, cuja função será a de guiar o povo como um líder tribal ou como um novo Moisés, não como um monarca. Outra tradição relata que Saul foi eleito rei por meio de um sorteio numa grande assembleia das tribos convocada por Samuel em Masfa (1Sm 10,17-27). Uma terceira tradição apresenta Saul como um criador de gado que reúne os demais proprietários de gado de Israel sob a ameaça de terem seus bois esquarterados (1Sm 11). A justificativa da realeza nesta tradição é a defesa do território de Jabes de Galaad, que havia sido atacado pelos amonitas. Portanto, esta última tradição não menciona a unção nem o sorteio. O objetivo aqui é o controle de Jabes de Galaad, uma região rica em pecuária e por onde passava uma importante rota comercial. Isto é, o interesse é expansionista, uma vez que Galaad fica no além Jordão, fora do território israelita, já próximo da fronteira com Aram-Damasco. Pelo contexto, parece que estamos na época da dinastia amrida, em particular nos dias de Acab (873-852), quando o conflito por território com Aram-Damasco era intenso. Após a vitória contra os amonitas, todos vão a Gilgal, e ali Saul é proclamado rei. Por isso, Gilgal fica tradicionalmente conhecida como o local da inauguração da

realeza (Os 9,15).

A figura de Saul é controversa: ora é abençoada, ora é amaldiçoada. De maneira que, para falar de Saul, a Bíblia apresenta duas tendências: uma mostra um Saul vitorioso, cheio de proezas, e outra mostra um Saul fracassado e até demente. Nem sempre há muita clareza para separar uma tendência da outra, pois as duas se misturam. A tradição que apresenta a visão positiva de Saul parece ser bem mais antiga. Por exemplo, em 1Sm 13-14 encontramos Saul no início do reinado, em guerra contra os filisteus pelo domínio da região. Aqui se mostra uma Israel ainda nos primórdios de sua formação, que poderíamos denominar de proto-Israel. Em Israel ainda não havia ferreiros, e, por isso, os israelitas tinham que descer até os filisteus para amolar ou para consertar as ferramentas de trabalho do campo, como arado, machado, enxada, foice etc. Até o detalhe do preço foi lembrado: para amolar a relha do arado e da enxada se cobravam dois terços de ciclo; para amolar o machado e consertar os aguilhões, um terço de ciclo. Os israelitas também eram desprovidos de espadas e lanças para a guerra. Na hora da batalha, somente Saul e seu filho Jônatan as possuíam (1Sm 13,19-22).

A identificação de Israel com os hebreus é outra referência da antiguidade dessas tradições (1Sm 13,3.7.14; 14,11.21). Os hebreus eram camponeses cananeus que perderam suas terras para os senhores das cidades-estado e, como sem-terras, passaram a viver à margem da sociedade. Com o tempo, muitos se tornaram bandos armados a serviço de reis locais, outros viraram assaltantes, outros, ainda, começaram a ocupar terras nas montanhas, fora do controle das cidades-estado. Em fontes extrabíblicas, como nas cartas de Amarna (séc. XIV a.C.), os hebreus são chamados de ápiros, substantivo que no hebraico tem a mesma raiz que hebreu. Provavelmente, Israel surge desse segmento, tanto que, aos olhos dos estrangeiros, os israelitas são hebreus (1Sm 14,11; Gn 39,14-17; 41,12; 43,32). No entanto, Israel não é constituída por hebreus-ápiros: ela se origina com hebreus-ápiros, mas não

continua assim. Enquanto povo, Israel já tem uma identidade própria, mas os hebreus-ápiros continuam sendo classe marginalizada, que pode ser encontrada em todo Antigo Oriente, não só em Israel.

1Sm 14,21 ilustra bem o que estamos expondo aqui. O texto narra uma batalha de Israel, sob a direção de Saul e Jônatan, contra os filisteus. Os Israelitas são chamados pelos filisteus de hebreus: “Disseram os filisteus: eis que os hebreus saíram das cavernas que lá se haviam escondido” (1Sm 14,11b). Mas, ao mesmo tempo, havia hebreus a serviço dos filisteus que, inclusive, na hora da batalha acabaram passando para o lado israelita (1Sm 14,21). Ou seja, temos aqui dois conceitos de hebreu: um que se refere ao povo de Israel, enquanto nação ou etnia, e outro que se refere a um grupo mercenário a serviço dos filisteus, mas que poderia estar a serviço de outro monarca qualquer, e que muda de lado conforme bem lhe parecer. Portanto, estamos aqui lidando com fontes antigas ligadas a Israel e que mostram um Saul vitorioso, como é o caso de 1Sm 14,47-51, que afirma que por onde quer que Saul se voltasse se tornava vitorioso. Além disso, todos os personagens citados são da casa de Saul, o que é um indício de que o poder estava concentrado no seu clã.

A segunda tendência dos relatos, que menospreza Saul, provavelmente é mais recente. Essa tendência vai por duas direções. Uma critica Saul e a monarquia como um todo. Essa crítica é oriunda da teologia pós-exílica, que visa promover a teocracia e se caracteriza em frases como: “Pedir um rei foi um grave mal cometido contra Javé” (1Sm 12,17). Em contrapartida, ela enaltece a figura de Samuel, que age como um sacerdote intercedendo pelo povo e pedindo em troca o temor a Javé como único Deus (1Sm 12,20-24; 15,24-26). A outra critica Saul, mas não a monarquia. Ela provavelmente é oriunda do reinado de Josias (640-609 a.C.), que tem o objetivo de fazer uma releitura das tradições do norte em favor da casa davídica e contra a casa de Saul. A evidência nessa releitura é a rejeição de Saul por parte de Javé (1Sm 15,23.26).

Enfim, temos nos relatos que narram o início da monarquia em Israel tradições mais antigas e que reportam para a Israel Norte. Boa parte dessas fontes literárias se perdeu ou foi incorporada pela tradição do sul, a de Jerusalém, provavelmente no tempo do rei Josias (640-609 a.C.). Essa tradição jerusalemita, por sua vez, vai enaltecer Judá e a dinastia davídica e descriminar Saul e as tradições do norte. Um registro das antigas fontes do norte provavelmente se encontra na expressão “livro dos anais dos reis de Israel”, muito frequente nos livros 1º e 2º Reis. Recuperar esse conteúdo proveniente do norte que trata das origens de Israel e enaltece seus heróis, como Saul, ainda é um desafio para a pesquisa bíblica.

Outro fator que é preciso mencionar é que Saul ainda não pode ser identificado com um rei, no sentido mais estrito do termo. Ele deve ser identificado bem mais com um chefe, um líder tribal. Em 1Sm 11 vemos Saul trabalhando no campo como os demais, sem privilégios de rei, sem palácio, sem corte etc. A estrutura burocrática de Saul é precária e ligada ao seu clã (1Sm 14,50-51). Só tem um funcionário, que é Abner, chefe do exército e primo de Saul. Nem a cobrança de tributo é mencionada. O mesmo pode ser aplicado a Davi, como veremos mais adiante. Ou seja, com Saul e Davi ainda nos encontramos num período de pré-Estado. No conceito mais exato do termo, provavelmente Israel só vai atingir *status* de Estado desenvolvido no início do século IX, com Omri e Acab. Por sua vez, Judá só vai chegar a esse estágio no final do século VIII e início do século VII, com Ezequias (716-687) e Manassés (687-642), e mais precisamente com Josias (640-609).

2.5.2.1. À procura do reino de Saul

A pesquisa bíblica ainda carece de estudos sobre a realidade histórica de Saul e seu reinado, principalmente a partir das últimas descobertas arqueológicas. Como ponto de partida, uma pergunta importante que precisa ser feita é: Saul existiu? Isto é, se a realidade histórica de Davi e Salomão tem sido posta em dúvida, tanto mais duvidosa deveria ser a existência de Saul e seu reinado, que são mais antigos. No entanto, olhando a partir da Bíblia, é preciso indagar sobre o porquê dos redatores jerusalemitas do tempo de Josias terem falado de Saul? Qual a necessidade disso? Ou seja, por que falar de um reinado prévio a Davi e Salomão se sua história já não fosse conhecida? Partindo dessa premissa, parece-nos mais coerente falar de um reino de Saul do que de um reino de Davi e Salomão.

Como vimos acima, não faltaram esforços por parte dos redatores jerusalemitas em desvelar a história de Saul. Se o reinado de Davi e Salomão foi exageradamente engrandecido, o de Saul foi propositalmente diminuído. É difícil saber a extensão do reino iniciado pela casa de Saul. Com base nos relatos bíblicos, em que podemos encontrar tradições que exaltam Saul, provavelmente mais antigas, e outras que o criticam, provavelmente mais recentes, Saul era benjaminita (1Sm 9,1-2), e o centro do seu reinado era em Gabaon, estendendo-se já para as montanhas de Efraim, ao norte (1Sm 9). Além dessa região do planalto central, o texto bíblico fala que Isbaal, o filho de Saul, teria reinado sobre Manaim e Galaad, sobre os assírios, sobre Jezreel, Efraim e Benjamim e sobre toda Israel (2Sm 2,8-9). Como vemos, além do planalto central, já com ascendência ao vale de Jezreel, o filho de Saul teria reinado também sobre a próspera região de Galaad.

A arqueologia tem escavado no planalto central de Israel cidades, como Gabaon e Betel, com muros de casamata que foram construídos no final do período do Ferro I e destruídos e abandonados no início do Ferro II.^[14] Essa destruição coincide com a campanha do faraó

Sheshong, no início do Ferro II, por volta da segunda metade do século X. Quem reinava sobre estas cidades antes da chegada dos egípcios? Se não foram Davi e Salomão, quem foi? A resposta parece ser: a casa de Saul.

Isso implica reaver a cronologia do período histórico do reinado de Saul, tradicionalmente situado entre os anos 1030 e 1010 ou, conforme outros pesquisadores, entre os anos 1025 e 1005 (1Sm 13,1). A partir dos resultados das pesquisas atuais teríamos que situar o reinado de Saul para um século mais tarde, isto é, para a segunda metade do século X, entre os anos 950 e 920.

Vimos que o reinado de Saul tinha sua base no planalto central de Israel, estendendo-se para o vale de Jezreel, ao norte, e para a região de Galaad, no leste. Mas, pelas últimas descobertas arqueológicas, a casa de Saul parece ter estendido seu domínio também para o sul, na região de Judá (1Sm 17). Recentemente foi escavado o sítio arqueológico de Khirbet Qeiyafa, que fica cerca de 30 quilômetros a sudoeste de Jerusalém, entre as cidades de Azeca, Soco e Gat. O interessante é que esta cidade também foi ocupada no século XI e destruída na segunda metade do século X, provavelmente pela campanha do faraó Sheshong. Depois de destruída, a cidade foi abandonada e nunca mais reconstruída. Também ali foi encontrado um muro de casamata que cercava toda a cidade, muito similar aos muros do planalto central de Israel, construídos por Saul. Devido à proximidade com Jerusalém, a construção de Khirbet Qeiyafa, com sua muralha de casamata, foi inicialmente atribuída ao domínio de Judá, sob o reinado de Davi. Porém, dada a pouca importância que Jerusalém tinha naquela época, é mais provável que o domínio deva ser atribuído também ao reino de Saul.

É importante mencionar ainda outro achado em Khirbet Qeiyafa, um ostraco encontrado em 2008 que contém um texto de cinco linhas muito pouco legível e escrito da esquerda para a direita (há quem afirme que a escrita seja vertical). As letras parecem ser um proto-hebraico,

pois o texto teria palavras que só se encontram na língua hebraica. Nesse caso, seria o texto hebraico mais antigo encontrado até hoje. Infelizmente ainda não foi possível decifrar o seu conteúdo com precisão. Alguns tradutores encontraram nele uma referência à eleição do rei (Saul). Contudo, todos estão de acordo com relação ao texto conter uma mensagem sociológica em defesa do estrangeiro, da viúva e do órfão. Isso é sensacional, pois deverá ajudar a compreender melhor a origem dos preceitos tão presentes na Bíblia que defendem essa tríade social continuamente lembrada pelos profetas do povo.

Após a retirada do Egito, cuja presença parece ter durado muito pouco tempo, o reinado de Saul foi retomado e ampliado pelo que veio a ser o reino de Israel Norte, com seu centro em Tersa, cidade que ficava na mesma região, um pouco acima de Siquém.

2.5.3. Davi, um líder popular do sul de Judá

Os livros sobre a história de Israel costumam apresentar Davi como o sucessor de Saul; porém, isso não é verdade. Segundo a narrativa bíblica, Davi não pertence à casa de Saul, mas à casa de Jessé, um renomado ancião de Belém, aldeia que ficava a oito quilômetros de Jerusalém. Jessé é da tribo de Judá; portanto, Davi não é benjaminita, como Saul. Além do mais, quando Davi, o filho mais novo de Jessé, é ungido (1Sm 16), Saul ainda vive. Esse fato só é consumado em 2Sm 2,4, que conta que Davi é ungido rei em Hebron pelos homens de Judá, e em 2Sm 5,2, que conta que ele é ungido rei pelos anciãos de Israel. O sucessor de Saul por direito deveria ser Jônatan, o filho mais velho de Saul. Aparentemente a relação entre Davi e Jônatan é muito boa. Mais do que isso, são conhecidas as passagens que falam do amor entre ambos (2Sm 1,17-27). Em outras oportunidades, Jônatan aparece como mediador entre Saul e Davi, mas sempre intercedendo por este. Em nenhum momento se faz menção a alguma intriga entre os dois na disputa pelo trono. Ao contrário, não faltam oportunidades em que Jônatan passa esse direito a Davi (1Sm 18,4; 20,13). Contudo, em 2Sm 16,5-14 há uma cena curiosa. Durante a revolta de Absalão, Davi é obrigado a fugir de Jerusalém, e durante a fuga tem um inesperado e desagradável encontro com Semei, um remanescente da casa de Saul. Ao ver Davi, Semei começa a atirar pedras e a proferir maldições contra Davi com as seguintes palavras:

Vai embora, fora daqui, homem sanguinário, homem perverso. Javé fez recair sobre você todo o sangue da casa de Saul, cujo reino você usurpou. Javé entregou o reino nas mãos de seu filho Absalão. Eis que agora você está na desgraça, pois você é um homem sanguinário (2Sm 16,7b-8).

Essa passagem parece desvelar o que as narrativas bíblicas tentam encobrir. Davi é acusado por Semei de homem sanguinário e perverso, e de ter usurpado o reino. É provável que esse texto seja de uma fonte do norte ou de um grupo contrário à dinastia davídica que se instaurou em

Jerusalém. Semei não terá vida longa: em 1Rs 2,8-9 Salomão é aconselhado por Davi que mate Semei, desejo que é executado em 1Rs 2,46.

Devido a essa situação dúbia do direito de sucessão de Davi, a narrativa bíblica ao longo do livro de 1º Samuel mostra uma forte preocupação em justificar a chegada de Davi ao poder. A expressão mais comum que se utiliza é: “Javé estava com Davi”. Em contrapartida, Saul é abandonado por Javé. Sem a presença de Javé, um espírito impuro se apossa de Saul, que só pode ser acalmado por um tocador de harpa e possuidor do Espírito de Javé (1Sm 16,14-23). Assim, Davi é habilmente introduzido na corte de Saul (Ex 2,1-10; Gn 39,1-6).

Outra tradição que versa sobre a entrada de Davi na corte de Saul acontece por via da estória da luta de Davi com Golias (1Sm 17,1-58). Novamente Davi é contemplado porque deposita sua confiança em Javé. É possível que essa fosse uma estória que se contava e recontava nas aldeias, pois tem como mensagem a vitória do fraco sobre o forte. Mais tarde ela foi apropriada pela casa davídica e atribuída a Davi. Uma confirmação dessa hipótese encontramos em 2Sm 21,19: ali é Elcanã quem mata Golias de Gat, e não Davi.

As narrativas do primeiro livro de Samuel relatam que a entrada de Davi na corte inicia as intrigas entre ele e Saul na disputa pelo poder. Davi é amado por todos, enquanto Saul é odiado (1Sm 18,6-16). A tensão fica insustentável, a ponto de Davi ser obrigado a fugir. Nessa fuga ele é auxiliado por Jônatan, Micol, Samuel e Aquimelec.

Davi era um oficial do exército de Saul que conspirou contra o seu rei. Não podendo fazer frente ao seu antigo rei, Davi é obrigado a fugir para o deserto, onde forma um bando com pessoas endividadas que viviam à margem da sociedade (1Sm 22,1-8). Portanto, o conflito se amplia: de um lado se encontra Saul com um exército, e do outro está Davi com um bando mercenário mantido com tributos e saques (1Sm 25; 27,5-12). É possível que tenha sido nesse meio, no deserto e ao lado

dos excluídos, dos sem-terra, que nasceu a história popular de um herói chamado Davi. História essa que foi ganhando corpo até se transformar em lenda. Portanto, é possível que essa seja a tradição mais antiga que temos sobre o passado de Davi, um líder popular que comandava um bando de excluídos, a estilo dos antigos hebreus-ápiros, e que atuava no deserto do sul de Judá, entre Beersheva, Hebron e Siceleg. Com ele nasce uma dinastia que irá reinar sobre Jerusalém, uma pequena cidade entre as montanhas de Judá. As proezas de Davi e a grandeza de seus sucessores já são parte da imaginação literária de escribas a serviço da corte de Jerusalém na monarquia tardia.

Conforme a narrativa bíblica, a perseguição de Saul força Davi a buscar o apoio dos filisteus, os arqui-inimigos de Israel (1Sm 21,11-16; 27,1). Começa, então, a relação dúbia de Davi com os filisteus: ora está a seu serviço, ora está contra eles (1Sm 23,1-13; 27). Chama a atenção, na batalha de Israel contra os filisteus, na qual Saul e seus filhos perdem a vida, o fato de Davi estar do lado dos filisteus (1Sm 27,1-28,2; 31). Porém, antes da batalha iniciar, na planície de Jezreel, junto ao monte Gelboé, Davi se retira (1Sm 29). Com isso ele não é culpado da morte de Saul, apesar de ser o mais favorecido por ela. Os filisteus matam Saul e penduram seu corpo na muralha de Betsã (1Sm 31,10). O interessante é que a narrativa sinaliza que são os habitantes de Jabes de Galaad que resgatam o corpo de Saul (1Sm 31,11-13). Mais um indício da estreita relação entre Israel e a região de Galaad.

Se entendemos que o fim do reino de Saul se deve à intervenção do faraó Sheshonq (926 a.C.), como afirmamos anteriormente, então é possível que a batalha no monte Gelboé, na qual Saul e seu filho Jônatan foram mortos, não tenha sido contra os filisteus, mas contra o exército egípcio do faraó Sheshong.^[15] A memória guardou a batalha e o local, mas, devido ao conflito permanente com os filisteus e à ausência egípcia, estes foram substituídos por aqueles. Ou, então, os filisteus estavam a serviço dos egípcios quando da derrocada, o que também é

possível.

Assim termina o que podemos chamar de fase inicial do reino de Israel Norte, que deve ser localizado no planalto central entre Benjamim e Efraim, com a base em Gibeon. Posteriormente se estendeu ao norte, em direção ao vale de Jezreel, e ao leste, na direção de Galaad, na Transjordânia. Tudo indica que também se estendeu em direção ao sul, Judá, como atestam as escavações no sítio arqueológico de Khirbet Qeiyafa. Provavelmente não pôde se estender em direção ao oeste por causa da presença dos filisteus. É difícil saber exatamente o que é histórico em tudo isso, uma vez que o material bíblico que temos em mãos é bem posterior aos acontecimentos narrados. Somam-se a isso as ideologias da casa davídica e, posteriormente, sacerdotal, que encobrem fontes primitivas que aqui e ali trazem uma tênue memória das origens da monarquia em Israel Norte.

2.5.3.1. Os feitos de Davi

Com a morte de Saul pelos filisteus ou egípcios, a narrativa bíblica mostra que Davi começa a ganhar terreno. Certamente, no início e, possivelmente, em todo seu reinado, Davi foi um vassalo dos filisteus ou do Egito. Seu pequeno reino começou em Siceleg, que recebera dos filisteus (1Sm 27,5-7), e se estendeu até Hebron, onde foi ungido rei sobre a casa de Judá (2Sm 1-4). Em Hebron, Davi vai reinar por sete anos e dois meses.

Conforme o relato bíblico, ao mesmo tempo que Davi é feito rei sobre Judá, o filho de Saul, Isbaal (homem de Baal), cognominado Isboset (homem da vergonha), é feito rei sobre toda Israel em Maanaim, na região de Galaad (2Sm 8-11). Isso quer dizer que a casa de Saul continua a reinar, provavelmente também subjugada pelos filisteus ou egípcios, por quem fora derrotada na guerra que resultou na morte de Saul e Jônatan. Há, portanto, dois pequenos reinos coexistindo e sobrevivendo na região: um estabelecido em Hebron e outro na rica região de Galaad. Conforme nos conta a Bíblia, a disputa entre os dois reinos termina com a morte primeiro de Abner, chefe do exército de Saul (2Sm 3,22-27), e depois de Isbaal, filho de Saul (2Sm 4,1-12). Há que se mencionar que Davi sempre é inocentado das mortes dos seus inimigos (2Sm 3,28.37).

Após a morte de Isbaal, Davi é ungido rei pelas tribos sobre toda Israel (2Sm 5,1-5). Não devemos entender isso como o domínio sobre toda a região que tradicionalmente é atribuída às doze tribos de Israel, que vai de Dã a Beersheva e de Galaad ao Mar Mediterrâneo. Não podemos esquecer que a base do reinado de Davi está restrita à árida região que fica entre Siceleg e Hebron, na fronteira do deserto de Judá.

2.5.3.1.1. A conquista da jebusita Jerusalém

Um passo importante para a consolidação do pequeno reino de Davi parece ter sido a conquista da cidade jebusita, Jerusalém (2Sm 5,6-10). Essa cidade fica mais ao norte de Hebron, já em direção à região fértil, mas ainda montanhosa. Nela a dinastia davídica vai fincar raízes. Um texto base, que pode ser considerado fundante da dinastia davídica, é 2Sm 7.

Portanto, temos duas tradições diferentes na base da formação do reino de Judá: uma localizada em Hebron e outra em Jerusalém.

Hebron fica 31 km ao sul de Jerusalém. Conforme Gn 23,2; 35,27, a antiga cidade de Hebron se chamava Cariat Arba, talvez em referência às montanhas que cercam a cidade. Para Nm 13,22, a cidade foi fundada sete anos antes de Tânis, que era a antiga capital dos hicsos, conhecida por Zoan. Na tradição bíblica, Hebron tem uma estreita relação com os patriarcas e matriarcas de Judá e Israel, tanto que suas tumbas se encontram ali (Gn 23,19; 49,29-31).

Da Jerusalém antiga não há muitas informações. Nas cartas de Amarna (séc. XIV a.C.) há uma referência a uma cidade chamada Urusalim, governada pelo rei Abdu-Heba, que escreve ao faraó pedindo ajuda para combater os ápiros. Gn 14,18-20 faz menção a uma localidade de nome Salem, que era governada pelo rei Melquisedec, que pode tratar-se de Jerusalém. Em Js 10,1-27 vemos Josué conquistando Jerusalém ao derrotar uma coligação de cinco reis, entre eles o rei Adonisedec de Jerusalém. No entanto, como vimos acima, os jebuseus ainda continuam habitando-a quando Davi a conquistou e a transformou em capital do seu reinado. A conquista prova que Jerusalém não pertenceu desde sempre a Judá. A aparente fácil conquista da cidade por Davi pode indicar a pouca importância que Jerusalém tinha naquela época. De fato, os vestígios arqueológicos de Jerusalém do tempo de Davi, localizada fora da atual muralha da cidade antiga, revelam uma cidade muito pequena.

Mais tarde, as tradições de Hebron e Jerusalém vão protagonizar um forte conflito na disputa pelo poder em Judá. O grupo ligado a Hebron (2Sm 3,2-5) se identificará mais com o modo de vida tribal e com as tradições de Silo, enquanto que o grupo de Jerusalém (2Sm 5,13-16; 1Cr 3,1-4) estará identificado mais com o sistema da cidade-estado (1Rs 1-2). Outro distintivo são os nomes dos sacerdotes: Abiatar de Hebron, cuja raiz é Javé; e Sadoc de Jerusalém, cuja raiz é *sedeq* (justiça). Ambos irão protagonizar o conflito religioso em Jerusalém (1Rs 1-2).

O que se passou nessa época com Israel Norte (Efraim e Manassés) não sabemos. Temos pouca informação sobre essa região após a morte de Saul. Os relatos bíblicos concentram suas informações sobre Judá e a capital Jerusalém. Somente a partir de mais ou menos 930 a.C., com Jeroboão I, é que voltamos a ter notícias sobre o norte. Esse período começa com o episódio conhecido como o cisma dos dois reinos (cf. 1Rs 12-13). Porém, aí já temos uma Israel Norte bem mais desenvolvida do que Judá, ao sul. Talvez, como desafio para a pesquisa futura, deva-se começar a pensar o início da história de Israel Norte, enquanto reino em formação, com Jeroboão I, no final do século X. Esse processo começará em Judá, no sul, somente dois séculos mais tarde.

2.5.3.1.2. A Arca em Jerusalém: concentração do poder religioso

Um episódio narrado na Bíblia que serve de metáfora para ilustrar o que foi a concentração do poder religioso em Jerusalém realizada pelo rei Josias (640-609), quando os santuários do interior são destruídos e seus cultos, proibidos (2Rs 22-23), é a transferência da Arca de Deus para Jerusalém (2Sm 5). Após conquistar Jerusalém, Davi e seus sucessores, todos da mesma casa, precisam dar à cidade um sentido místico para que o povo a reconheça como capital do pequeno reino. Ou seja, a casa davídica almeja transformar Jerusalém no centro político e religioso de Judá. Para tanto, é preciso um fato marcante que mostre que a cidade jebusita é agora a morada de Javé, a única morada. Ali, em Jerusalém, estará a sua casa, o seu templo. Evidentemente, esse processo não se deu do dia para a noite. Passaram-se séculos para que o sonho de Josias fosse realizado e Jerusalém se tornasse um centro religioso de peregrinação.

No entanto, com a transferência da Arca de Deus do santuário popular de Silo para a capital Jerusalém (1Sm 4-6), simbolicamente ela deixa de ser manifestação da presença de Javé em meio às aldeias e tribos para ser sinal do poder do rei e do sacerdote sobre o povo. Os santuários do interior vão perdendo importância, e a religião passa a ser centralizada em Jerusalém, no palácio e no templo. Assim, também, a compreensão de um Javé que caminha com seu povo e a quem todos têm acesso vai se transformando em uma concepção de Javé dos exércitos, temível, e a quem ninguém pode tocar, sob pena de morte (2Sm 6,6-7). Essa teologia ganha força excepcional no período pós-exílio (Ex 25,10-16; Lv 17; Nm 4,5-20).

O interesse e a necessidade de centralização da religião se faz perceber inicialmente forte nos reinados de Ezequias (716-687) e de Josias (640-609), cujas mãos certamente estão por trás desses textos. Com o fim de Israel Norte, após a tomada da Samaria pelos assírios em 722 a.C., Ezequias e, mais intensamente, Josias começam a expandir seu

domínio a partir de Jerusalém. Porém, mesmo com a destruição da capital Samaria, o povo continua frequentando os santuários de Israel Norte, principalmente Betel (2Rs 23), que era um santuário nacional e que ficava na fronteira entre os territórios de Israel e Judá, a poucos quilômetros de Jerusalém. Esse fato dificultava o domínio de Josias sobre a população. Por isso ele arquiteta um plano para tirar a importância desses santuários e concentrá-la no templo de Jerusalém. É certo que entre os reinados de Ezequias e Josias se encontra o reinado de Manassés (687-642). Esse reinado, no entanto, como veremos mais adiante, exerceu uma administração mais submissa ao Império Assírio, permitindo que “os lugares altos” ou santuários populares voltassem a ser ativados.

Olhando o aspecto positivo, se assim podemos dizer, da incorporação da religião popular pelo Estado em Jerusalém, temos que admitir que dessa forma o Estado foi obrigado a reconhecer seu valor, pois se dá conta de que sem ela não pode governar. Ou seja, a religiosidade popular, ainda que encampada e modificada pelo poder, ao ser institucionalizada, é reconhecida e valorizada pelo Estado. E, desse modo, muitos de seus valores são “eternizados” e transferidos às gerações futuras por meio da escrita, chegando até nós.

Não sabemos a extensão que alcançou o reino de Davi. Pelas escavações arqueológicas e pelas informações contidas nas entrelinhas das narrativas bíblicas, não parece e não pode ter sido grande. Provavelmente não mais que Jerusalém e arredores, talvez se estendendo mais ao sul, onde não havia grandes centros, e o território, desértico em sua maioria, era menos cobiçado. Se analisarmos o corpo burocrático da administração de Davi, percebe-se uma organização que não pode ainda ser comparada à de um Estado: um comandante do exército, um oficial para cuidar da guarda pessoal do rei, um funcionário que organizava a corveia, um arauto e três sacerdotes (2Sm 8,15-18; 20,23-26). Isso é, sem dúvida, uma estrutura muito incipiente para se caracterizar um Estado.

2.5.3.2. As controvérsias sobre o reinado de Davi

Como já foi visto, Israel não se forma a partir de um acontecimento fantástico, mas de uma longa onda de ocupações que vai desde 3500 a.C. até pelo menos 900 a.C. As ondas de ocupação podem ser divididas em três períodos:

- A) Bronze antigo: 3500-2200 a.C.
- B) Bronze médio: 2000-1550 a.C.
- C) Ferro I: 1150-900 a.C.

A emergência de Israel se dá no terceiro período, na região montanhosa de Israel Norte. Nas montanhas do norte, durante a Idade do Bronze, assim como mais tarde, na Idade do Ferro I, percebe-se com maior intensidade e nitidez a mudança de uma economia pastoril para uma economia agrícola. Os assentamentos do norte, Israel, e do sul, Judá, são bem distintos. Enquanto no norte a ocupação é intensa, no sul a povoação é pouco significativa. As escavações arqueológicas no norte revelaram uma sociedade sedentária bem mais complexa que a do sul, com assentamentos maiores e menores, alguns com grandes muralhas e templos. O sul, por sua vez, mantinha ainda uma organização simples, com características nômades ou assentamentos sazonais, sem grande relevância.

A diferença entre norte e sul era marcada por uma divisão geográfica natural que praticamente cortava a região de leste a oeste. Essa fronteira natural que separava o norte do sul passava junto às importantes cidades de Hai ou Khirbet Et-Tel (Js 7-8) e de Betel, e se estendia até Gezer. No sul se destacava Jerusalém, enquanto que ao norte o centro era Siquém, como mostra uma inscrição egípcia do séc. XIX a.C., que se refere a Siquém como “a terra”. Nesta cidade havia um grande centro de culto, conforme constataram as escavações no Tel Balatah, ao sul de Siquém, onde foi escavado um imponente templo. Um pouco mais ao norte de Siquém se encontrava o Tel el-Farah, futura Torsa, primeira

capital de Israel. O fator natural que favorecia esta cidade era sua grande fonte de água.

A diferença geográfica e econômica entre o norte e o sul se estendeu mais tarde para o campo político, dando origem aos Estados de Israel e Judá. Inclusive, já nas cartas de Tel El-Amarna (séc. XIV a.C.) se percebem as intrigas políticas entre esses dois territórios.

O panorama geográfico e político apresentado acima ajuda a compreender as constantes revoltas enfrentadas por Davi em seu governo. Praticamente todas elas têm ligação com o norte. A narrativa bíblica não consegue esconder esse fato ou, talvez, não evita deixar transparecer que Davi teve grande dificuldade em consolidar seu poder após a morte de Saul. Talvez fosse uma forma de amenizar as revoltas e diferenças entre sul e norte nos dias da composição dos textos. Primeiro foi o caso do reinado paralelo de Isbaal, cognominado Isboset (2Sm 8-11). Depois Davi enfrentou a revolta de Absalão, um dos seus filhos nascido em Hebron (2Sm 13-20). Absalão é proclamado rei pelas tribos de Israel (2Sm 15,10), identificadas com a casa de Saul. Essa parece ter sido a rebelião mais forte enfrentada por Davi. Na oportunidade, ele foi obrigado a fugir de Jerusalém e se refugiar em Maanaim, no território de Galaad, onde recebeu ajuda dos amonitas para retomar a cidade.

Mais tarde (2Sm 20,1-22), outra vez se ouve o grito característico de Israel: “Não temos parte com Davi... para tuas tendas, Israel” (2Sm 20,1). Desta vez o grito ecoa da boca de Seba, filho de Bocri, um benjaminita da mesma tribo de Saul. Também aqui se faz referência ao território reduzido que ficou sob o controle de Davi: “Desde o Jordão até Jerusalém” (2Sm 20,2), território que se apresenta como muito pequeno. Conforme a narrativa, a rebelião é abafada com a morte de Seba em Abel-bet-Maaca, uma importante cidade fortaleza próxima de Dã, que foi conquistada mais tarde pelos reis Ben Hadad de Damasco (1Rs 15,20) e Teglat Falasar III da Assíria (2Rs 15,29). A vitória de Joab, comandante do exército de Davi, se deu graças à participação de uma mulher, que, com sua sabedoria, evitou a destruição da cidade

(2Sm 20,14-22).



2.5.3.2.1. À maneira de conclusão

Pelo que a arqueologia e a pesquisa literária têm conseguido mostrar, é muito difícil falar de um reino de Davi nos moldes tradicionais. Da mesma forma, é difícil estabelecer os limites do seu território. A ideia de uma monarquia unida de Dã até Beersheva, e de Galaad, incluindo a Transjordânia, até o Mar Mediterrâneo (2Sm 8,1-14; 10,15-19; 12,26-31) é um sonho de monarcas posteriores da casa davídica, como Ezequias (716-687) e Josias (640-612 a.C.). Igualmente, a maneira fantástica de narrar a biografia de Davi – eleito desde a juventude para cumprir um destino que Javé lhe prescrevera, e cuja proteção o acompanha em tudo o que realiza a ponto de ser comparado a um deus (2Sm 7; 23,1-7; Sl 72) – é bastante conhecida nas cortes da Assíria, onde se utilizava um estilo similar para falar dos feitos heroicos dos seus reis, que agiam sob a proteção e a bênção poderosa do seu deus, de quem eram filhos. É bem provável que os autores jerusalemitas tenham se inspirado aí, nas crônicas assírias, para compor suas narrativas. Contudo, não há como negar que Davi tenha fundado uma linha sucessória que pode ser identificada com uma dinastia, não no que se entende por tal no conceito moderno, mas o que a Bíblia chama de “casa”. Não há como negar isso, pois na Estela de Dã, que estudaremos mais adiante, datada aproximadamente de 840 a.C., já encontramos uma menção à *bytdwd* (casa de Davi). Ou seja, por volta de 840 a.C., a casa davídica já era conhecida na região de Edom-Damasco.

2.5.4. A sucessão de Davi

A narrativa de 1Rs 1-2 relata que, após a morte de Davi, inicia-se uma intensa luta pela sucessão na corte de Jerusalém. Dois grupos querem o poder: um está ligado a Hebron, e outro, a Jerusalém. É o retrato fiel das intrigas palacianas entre famílias poderosas que de uma ou outra forma estavam ligadas à realeza. Esse vínculo se dava por laços sanguíneos e por direitos políticos. Como o rei costumava ter várias mulheres pertencentes às famílias importantes do reino, quando o monarca morria, essas famílias entravam em disputa para ver qual dos filhos (príncipes) seria o sucessor. Ao derrotado e seus familiares cabia a sorte dos vencidos, ou seja, o extermínio de toda sua casa, evitando assim futuras rebeliões contra o novo rei. Esse foi o caso na sucessão de Saul, quando Davi eliminou todos os descendentes da casa de Saul, e assim será o caso na sucessão de Davi. O grupo ligado a Hebron (2Sm 3,2-5) era encabeçado por Adonias, Joab e Abiatar (1Sm 22,20-23; 1Rs 1,7). Do outro lado estava o grupo de Jerusalém, que se compunha de Sadoc, Banaías, Natã, Semei, Raí, Betsabeia e Salomão (1Rs 1,8). Em termos gerais está aqui representado o constante e permanente conflito que perpassa toda a Bíblia: o conflito entre campo e cidade, entre tribalismo e monarquia, e entre o norte (Israel) e o sul (Judá).

O grupo vencedor foi o de Jerusalém, com a importante participação de Betsabeia, a rainha mãe, e do profeta Natã. Salomão, o filho mais novo, é entronizado, seguindo os preceitos do rei: ele monta a mula de Davi e é conduzido até a fonte de Gion, e ali é ungido rei (1Rs 1,28-40). A fonte de Gion era um símbolo, pois abastecia a cidade. Ela ficou famosa pelo extenso canal cavado na rebelião do rei Ezequias contra Senaquerib da Assíria, em 701 a.C. (2Rs 20,20). O canal de 513 metros fora cavado para trazer a água da fonte de Gion para dentro das muralhas da cidade, sendo possível resistir a um longo assédio do inimigo.

Quando Adonias e Joab, comandante do exército, viram que

Salomão fora ungido rei, temeram pela vida. Refugiaram-se no templo e se agarraram aos chifres do altar (1Rs 1,49-53; 2,28-34) – uma antiga prática que dava direito de asilo ao inocente, para que, assim, não fosse morto pelo parente da vítima (Ex 21,12-14; 30,10; Lv 16,18), conhecido como *go'el* (vingador de sangue ou resgatador). Porém, Salomão não respeitou essa tradição e mandou matar a ambos. O mesmo fim teve Simei, descendente de Saul (2Sm 16,5-14) e um dos aliados de Adonias (1Rs 2,36-46).

Abiatar, aliado de Adonias, sacerdote de Silo e remanescente da casa de Eli, é excluído do sacerdócio e exilado para Anatot (1Rs 2,22-27), cidade levita de Benjamim (Js 21,18; 1Cr 6,45) e terra natal do profeta Jeremias (Jr 1,1; 29,27; 32,7-9). No lugar de Abiatar, Salomão colocou o sacerdote Sadoc, por quem fora ungido rei (1Rs 1,39). A origem sacerdotal de Sadoc é desconhecida; talvez fosse um sacerdote jebuseu da cidade-estado de Jerusalém. De Sadoc nascerá a dinastia sacerdotal sadocita, que comandará o templo durante todo o período pós-exílico até a dinastia hasmoneia. Assim como a exclusão de Abiatar, os levitas serão relegados aos serviços secundários no templo, pertencendo somente aos filhos de Sadoc o direito do serviço no altar. A sustentação da primazia sacerdotal sadocita sobre os levitas terá seu suporte principal na teologia do livro do profeta Ezequiel (Ez 40,46; 44,10-31). Aqui se consolidará a apropriação do sacerdócio levita pelos sadocitas, assunto que terá um novo capítulo na reforma de Josias (2Rs 23).

2.5.5. A fabulosa história de Salomão

Seguindo a narrativa, depois da morte de Adonias, Joab e Simei e do exílio de Abiatar, “[...] a realeza se consolidou nas mãos de Salomão” (1Rs 2,46b). A partir daí a literatura bíblica construiu um império fabuloso para Salomão, que por muito tempo foi lido como histórico pelos estudiosos da Bíblia. Salomão não só teria consolidado o domínio de Judá sobre todas as tribos de Israel, mas teria reinado sobre todos os reinos, desde o rio Eufrates até a fronteira do Egito, e todos os reis lhe pagavam tributo:

E Salomão reinou sobre todos os reinos, desde o rio (Eufrates) até os filisteus, e até a fronteira do Egito. Traziam-lhe tributo e serviam a Salomão todos os dias da sua vida... pois dominava sobre todo o lado do rio (Eufrates), desde Tifsá até Gaza, sobre todos os reis do lado do rio (Eufrates). E havia paz para ele em todos seus arredores (1Rs 5,1.4).

Salomão teria se casado com a filha do Faraó do Egito (1Rs 3,1), o maior império que Israel conheceu; teria construído o templo de Jerusalém, para o qual teria mobilizado centenas de milhares de operários ao trabalho forçado para cortar o cedro do Líbano e blocos de pedra (1 Rs 5,27-32); teria construído um palácio sem igual, com um trono de ouro maciço; teria tido setecentas mulheres princesas e trezentas concubinas (1Rs 11,1-4), e se tornado o mais rico dos homens. Os escudos dos seus soldados eram de ouro, assim como os utensílios da cozinha. Nada era de prata, pois “[...] a prata era tão comum em Jerusalém quanto as pedras” (1Rs 10,27).

Salomão também teria sido o mais sábio dos homens: “Sua sabedoria era maior que a de todos os filhos do Oriente e maior que toda a sabedoria do Egito. Foi mais sábio que qualquer homem... Falou três mil provérbios e mil e cinco cantos” (1Rs 5,10-12). De todas as nações vinham pessoas para ouvir sua sabedoria (1Rs 5,14). É daí que nasce a fama que transforma Salomão no pai da literatura sapiencial, a quem todos os livros desse gênero na Bíblia devem ser atribuídos. Não só

livros, mas também estórias de sabedoria popular, como o caso das duas mulheres que disputavam a guarda do filho (1Rs 3,16-28).

No entanto, não há como não dizer que as dimensões da riqueza, dos tributos, da corveia, do poderio militar e da frota de navios estão completamente fora da realidade de Israel. Na base está a referência à atividade comercial que na época a Assíria mantinha com a Fenícia, Egito, Arábia, Índia, Damasco e toda Mesopotâmia. As dimensões assemelham-se particularmente aos padrões persas. Do Eufrates até o Egito foi a extensão que alcançaram o Império Assírio e o Império Persa. Inclusive, a expressão “do lado do rio” (a “transeufratênia”) é uma expressão tipicamente persa, usada para designar a região do outro lado do rio Eufrates (Esd 7,21). Pesa também contra a veracidade histórica o fato de que, apesar de ter adquirido tanto poder, riqueza e fama, Salomão não é mencionado em nenhum texto extrabíblico, do Egito ou da Mesopotâmia.

Essa mesma interpretação deve ser feita ao se abordar a sabedoria de Salomão. Mais ainda: trata-se da disputa entre a teologia de Israel e a sabedoria do Oriente e do Egito, e posteriormente da Grécia. Se para a filosofia grega a sabedoria é fruto da razão, da lógica e da argumentação, para Israel, toda sabedoria vem de Javé (Pr 8,22-31; Eclo 24; Sb 7-9). O fato de Salomão receber a sabedoria de Javé (1Rs 5,9) faz com que esse homem seja o mais sábio dos reis.

A incógnita que pesa sobre a riqueza e a sabedoria pesa também sobre as construções de Salomão, particularmente sobre o templo e o palácio (1Rs 3,2). Por mais que se tenha escavado incansavelmente em Jerusalém, em volta do monte do templo, à procura dessas obras, a arqueologia não encontrou, até o presente momento, sinais do fabuloso templo de Salomão e do seu palácio. Fato que tem levado um grande número de historiadores a duvidar de que algum dia tenham realmente existido. Não encontrando sinais de Salomão em Jerusalém, os arqueólogos foram buscá-los fora da capital. De forma que, em meados do século XX, quando a arqueologia estava em pleno progresso, foram

encontradas construções gigantescas com arquitetura parecida em três grandes sítios arqueológicos de Israel. Os sítios eram: Megido, Hazor e Gezer. Curiosamente, conforme o relato bíblico, Salomão teria reconstruído as cidades desses sítios: “Com a questão da corveia que impôs, o rei Salomão construiu o templo de Javé, o seu palácio, o Melo e a muralha de Jerusalém, bem como Hazor, Megido e Gezer” (1Rs 9,15). Para os arqueólogos que escavaram esses sítios não restava dúvida: as construções encontradas em Hazor, Gezer e Megido eram do rei Salomão. O destaque era para três portões que foram datados de meados do século X, período do reinado de Salomão. Cada portão havia sido construído num mesmo e único estilo: com seis câmaras. Essas descobertas bastaram para dar vida ao reinado de Salomão.

Porém, no final do século XX da nossa era, com os avanços da arqueologia que lançou mão de novas técnicas, que possibilitavam uma avaliação mais precisa da idade das construções, chegou-se à conclusão de que os portões, palácios e templos de Megido, Hazor e Gezer pertenciam a um período mais tardio, aproximadamente um século depois, por volta de 860 a.C. Concluiu-se, portanto, que as obras não haviam sido feitas por Salomão, mas por Acab, o rei que reinou em Israel Norte entre os anos 873 e 852, enterrando, assim, os fundamentos sobre os quais o insólito reino de Salomão estava construído.



Portão de Gezer, com seis câmaras, construído por Acab de Israel Norte, mas que por muito tempo foi atribuído a Salomão.

Enfim, pelo que as escavações arqueológicas têm mostrado, é praticamente impossível falar de um reino de Judá, com características de Estado, antes do século VIII. Menos verossímil ainda é falar de um Império Davídico e Salomônico nas dimensões que a Bíblia descreve. Também de Israel Norte, que precedeu Judá em idade e desenvolvimento, é difícil falar de um reino anterior ao século X. Assim, pesquisar sobre a história de Saul, Davi e Salomão é um tatear no escuro.

Com Jeroboão I (931-909), que veremos a seguir, talvez já possamos ter um ponto de referência para o início da história do reino de Israel Norte.

Cronologia

Saul: 1025-1005 (950-925?)

Davi: 1005-970

Salomão: 970-931

2.5.6. Jeroboão I

Com a morte de Salomão, desmorona o lendário Império de Judá e com ele a riqueza salomônica. 1Rs 12 atribui o fim do domínio de Judá sobre Israel Norte à rebelião de Jeroboão, que não aceitava o “jugo pesado” que representavam os altos tributos e o trabalho forçado. Fato ou não, mais uma vez fica evidente a diferença marcante entre sul e norte, ou entre Israel e Judá. Jeroboão era da tribo de Efraim, a grande tribo do norte, apoiado pelo profeta Aías de Silo, remanescente da casa de Eli (1Sm 1-3; 15,17-18). Conforme 1Rs 12,20, somente a tribo de Judá ficou fiel à casa de Davi. Todas as demais se uniram a Jeroboão. Não está claro se a tribo de Benjamin, à qual Saul era pertencente, ficou com Judá. Historicamente ela sempre foi mais ligada ao norte. Em todo caso, o relato jerusalemita não consegue esconder a desproporção, de dez para um, existente entre Israel e Judá (2Sm 19,44). As expressões próprias de Israel: “[...] para as suas tendas, Israel” (1Rs 12,16), e de Judá: “[...] volte cada um para sua casa” (1Rs 12,24), são outras peculiaridades que distinguem os dois reinos.

Enfim, a desproporção numérica, assim como a desproporção geográfica e econômica, como se verá mais adiante, são indicativos bastante convincentes de que Judá jamais reinou sobre Israel.

Quanto à lendária riqueza de Salomão, 1Rs 14,25-26 atribui seu desaparecimento ao faraó Sheshonq I, que na Bíblia é conhecido como Sesac (935-914). Em sua incursão por Canaã em 926 a.C., no quinto ano de Roboão, rei de Judá (931-914), Sesac teria saqueado Jerusalém e levado todos os tesouros do templo e do palácio. A incursão de Sesac, retomando o controle da região, é contada numa inscrição no templo de Karnak, no Egito, em que se relata a conquista de 150 cidades, desde Edom até o norte de Israel. Uma estela encontrada em Megido confirma a extensão dessa conquista. Entre as cidades israelitas conquistadas mencionadas no relato das paredes do templo de Karnak estão Betsã, Rehov, Megido e Tanak. Curiosamente, a lista não menciona Jerusalém,

o que aumenta as suspeitas sobre a veracidade do saque.

Para o início do reino de Israel Norte sob o comando de Jeroboão I, a cidade de Siquém parece ter tido um papel importante (1Rs 12,1-2.25). Situada entre os montes Ebal e Garezim, na região central de Efraim, Siquém fica no coração de Israel. No passado, Siquém era um importante centro político, sendo citada já nos escritos de execração egípcios dos séculos XIX a XVIII a.C. Siquém aparece também nas cartas de Amarna (séc. XIV a.C.), em conflito com outras cidades-estado, como Gezer e Megido. Na história de Israel, os patriarcas Abrão (Gn 12,6-8) e principalmente Jacó (Gn 33,18s) têm forte ligação com esta localidade. O livro de Josué situa em Siquém a famosa assembleia na qual as tribos de Israel fizeram a aliança com Javé (Js 24,1-28). Siquém é conhecida ainda por ter sido um grande centro de culto. De fato, as escavações arqueológicas encontraram ali um enorme e antigo templo, que os historiadores gostam de atribuir a El Berit (Deus da aliança), em referência a Js 24. Enfim, na tradição bíblica, e assim parece ter sido também na história, Siquém foi o centro de referência do Israel primitivo, em oposição a Jerusalém de Judá.

Outras localidades que, conforme 1Rs 12, Israel se preocupou em controlar e fortificar foram os santuários de Betel (Am 7,10-13) e de Dã (Jz 17-18), ambos situados nas fronteiras norte e sul do território israelita.

2.6. O Estado de Israel

O período de Jeroboão até Omri e principalmente Acab é obscuro. Sabemos pouco da história do que foi o Estado de Israel Norte antes da dinastia omrida (aproximadamente de 884-842), assim como sabemos pouco de Judá, antes de Ezequias e principalmente Josias (716-609). É preciso ter em mente sempre que as informações que a Bíblia nos apresenta sobre a história dos reis de Israel Norte passaram pelo crivo dos escribas de Jerusalém, capital de Judá. De onde esses escribas obtiveram essas informações é uma incógnita. É provável que boa parte dessas informações tenha migrado do norte para Jerusalém, depois da destruição da Samaria, capital de Israel, em 722 a.C. É provável ainda que os escribas de Samaria registrassem no livro dos anais dos reis o período em que cada rei reinou e seus feitos históricos mais importantes. Uma expressão frequente que parece fundamentar essa hipótese se encontra no final de quase todos os relatos da biografia dos reis: “O resto da história de..., todos os seus feitos, não está tudo escrito no livro dos anais dos reis de Israel?”. Evidentemente, muitas das informações contidas nesse “Livro dos anais dos reis de Israel” podem ter pouca consistência – histórica, principalmente – quando se trata de períodos mais antigos.

Além dos registros da realeza, é provável, e gostamos de pensar assim, que os escribas deuteronomistas de Jerusalém, quando começaram a redigir a história de Israel e Judá, se apropriaram de diversas tradições que circulavam pela região, algumas mais antigas – sobre façanhas de heróis populares, bem como de profetas a mando de seu Deus – e outras mais recentes.

Depois do cisma (1Rs 12), a história dos reis é contada na Bíblia alternadamente, começando com Jeroboão de Israel e Roboão de Judá. Os reis de Israel são descritos como maus, enquanto os de Judá são descritos, em sua maioria, como bons. Jeroboão, primeiro rei de Israel,

é o protótipo do rei mau, por ter prestado culto a outros deuses e promovido os lugares altos (*bamot*). Este será apresentado como a causa da destruição da Samaria em 722 a.C. Em contraposição, Davi, o primeiro rei de Judá, da casa à qual pertencia o rei Josias, será o protótipo de rei bom. O rei que tiver combatido o culto nos lugares altos, campanha promovida por Josias (2Rs 23), terá feito o que é bom aos olhos de Javé.

Como foi visto, Jeroboão era de Efraim, a grande tribo espalhada pelos planaltos centrais de Israel. Pelas informações bíblicas, essa tribo teve forte influência na formação do Estado de Israel, tanto que seu nome se confunde com o de Israel. Não raras vezes Israel é chamada de Efraim. A casa de Jeroboão iniciou uma dinastia que prevaleceu até o reinado de Nadab (909-908 a.C.). Nesse período, a capital de Israel já era Tera (1Rs 14,17; 15,21.33; 16,3.8). Nadab foi assassinado por Baasa, filho de Aías, da casa de Issacar. Assim que tomou o poder, Baasa exterminou todos os descendentes de Jeroboão (1Rs 15,25-32). No sul permaneceu sempre a mesma casa no poder, a de Davi, até a época da rainha Atália.

2.6.1. O culto a Javé e outras divindades

Quanto ao Deus cultuado nesse período, é uma questão um tanto complexa. De modo geral, não havia culto a um único Deus. As escavações arqueológicas têm mostrado que, no cotidiano do povo de Israel, se prestava culto a vários deuses e deusas, com preferência aos deuses da fertilidade, como Baal e suas consortes Aserá e Astarte. Aliás, como vimos anteriormente, na raiz do nome Israel se encontra a forma *El*, o Deus supremo do panteão ugarítico (Sl 82), que tinha como maior atributo ser o Deus criador. O culto a *El* era muito forte em Canaã, tanto que Israel herdou seu nome. Ou seja, no princípio, o Deus de Israel era *El* e só mais tarde passou a ser Javé. Se Israel fosse javista desde o princípio, provavelmente o seu nome teria como raiz o vocábulo *JAH* ou *YAH*, assim como muitos nomes em Israel: Isaias, Jeremias, Ezequias etc. Mesmo quando Israel se tornou javista, o culto a *El* continuava vivo no interior do território israelita, assim como o culto a Baal, Aserá, Astarte etc., tanto que aparecem constantemente nos relatos bíblicos. Nossas Bíblias costumam traduzir *El* por “Deus”, por isso não nos damos conta do constante uso desse nome. No entanto, basta prestar atenção a todas as vezes que em nossas Bíblias aparece a palavra “Deus”: é quase certo que se trata de *El*; da mesma forma, quando aparece o nome “Senhor”, é seguro que se refira a Javé.

Enfim, o que se pode concluir é que em Israel, por volta do século X a.C., Javé era um Deus entre outros. No entanto, é bem provável que por volta do início do século IX a.C., o culto a Javé já era predominante em Israel. Uma prova contundente, como se verá mais adiante, é o testemunho da Estela de Mesa, também conhecida como a estela moabita, que foi edificada pelo rei Mesa de Moab, por volta de 840 a.C. Nela Javé é mencionado como o Deus nacional de Israel, que impõe seu domínio sobre os moabitas. Porém, Javé ainda não é cultuado como Deus único, teologia que será imposta somente mais tarde em Judá. Nesse período, Javé é cultuado junto com outros deuses,

e isso não apenas em Israel, mas também em Judá. Temos alguns exemplos, como o templo de Javé do século VIII escavado em Arad, no sul de Judá, junto ao Nahal Beersheba. Nesse templo, construído em continuidade com os lugares altos, com as eiras ou *bamot*, onde aconteciam os ritos da fertilidade, foram encontradas duas estelas (*massebot*). As estelas estavam fixadas no santo dos santos. A maior, que representava a divindade masculina (não se sabe se era Javé ou Baal), media 90 centímetros. A outra era um pouco menor e certamente representava uma divindade feminina (talvez Asherá). A maior era fálica, tinha a parte superior arredondada e estava pintada de vermelho. À frente de cada estela havia um pequeno altar para incenso. O nicho de Arad com as estelas se encontra atualmente no museu de Jerusalém; portanto, uma prova contundente da forte presença, em tempos tardios, de cultos da fertilidade no interior de Judá e da influência que estes exerceram sobre o javismo.



Santo dos santos do templo de Arad, com as réplicas das duas estelas (*masebot*) ao fundo,

representando Javé e Asherá, e à frente os dois pequenos altares para incenso.

Outro exemplo de culto primitivo a Javé foi encontrado no sítio arqueológico de Kuntillet ‘Ajrud, ao noroeste da península do Sinai, a 50 quilômetros de Cades Barnea, junto à rota que leva a Gaza. Ali foram escavados vários fragmentos de cerâmica com inscrições e desenhos que fazem referência a Samaria e que datam da primeira metade do século VIII – portanto, do reinado de Jeroboão II (788-747). Em um dos fragmentos encontrados está escrito em hebraico antigo uma bênção que diz: “[...] a bênção de Javé de Samaria e sua Aserá”. Javé está representado num desenho em forma de touro com a genitália em destaque. Ao lado está outro desenho representando Aserá. Portanto, além do culto a Javé ao lado de outros deuses, há nessa inscrição um testemunho da extensão do domínio de Israel, com sua capital Samaria, até o sul de Judá. Complementa essa informação um desenho, no muro da entrada da construção principal do sítio, que aparenta tratar-se de um rei sentado no trono real. Uma vez confirmado e reconfirmado que essas construções são da primeira metade do século VIII, pode-se concluir que se trata do reinado de Jeroboão II (788-747).

[16]

O mais impressionante dos achados de Kuntillet ‘Arjud, que ainda não foram totalmente decifrados, é que temos aqui uma forma primitiva do culto a Javé. Primeiramente, Javé é identificado com Samaria, ou seja, é possível que em Samaria houvesse uma forma própria de culto a Javé. Temos um caso semelhante em outra inscrição que identifica Javé com Temã, assim como temos, em algumas passagens bíblicas, o Javé de Farã ou de Edom (Dt 33,2; Hab 3,3; Jz 5,4), numa provável referência ao Javé da região desértica, do sul de Judá e Edom. Os textos mencionados parecem se referir a Javé como um Deus em movimento, similar ao sol, de leste a oeste.

Em segundo lugar, Javé é representado em forma de touro, forma que algumas vezes também é atribuída a Baal, caracterizando a força e a fertilidade, e que em algumas passagens “obscuras” aparece como uma

forte condenação do culto praticado em Samaria. Esse fato nos conduz a outra questão intrigante, que veremos a seguir.

2.6.2. O Êxodo como tradição de Israel Norte

O Javé cultuado na Samaria e região na figura do touro, conforme mostram os achados de Kuntillet 'Ajrud, nos leva a analisar com atenção diferenciada certos textos bíblicos que fazem menção ao culto a divindades na forma de touro. Muito sucintamente, tomemos como exemplo o texto de 1Rs 12, que, como vimos acima, a Bíblia coloca como referência para o início do reinado de Israel Norte. Particularmente olhemos para os v. 26-33, onde o rei Jeroboão I fabrica dois bezerros de ouro – literalmente dois touros jovens (*'egel*) – e coloca um no santuário nacional de Betel (Am 7,13) e outro em Dã. A pergunta é: por que um touro? E por que o povo deixaria de ir a Jerusalém para adorar outra divindade em forma de touro se não houvesse muita semelhança entre ambas as divindades ou até fossem a mesma divindade? O mais interessante é que Jeroboão I atribui à divindade representada na figura do touro a libertação do Egito, dizendo: “Eis teus deuses, Israel, que te fizeram sair da terra do Egito” (1Rs 12,28b). É provável que tenhamos aqui uma tradição antiga que remete ao Êxodo como uma experiência originária de Israel Norte, e atribui a libertação a Javé cultuado na imagem de um touro, esta já vista em Kuntillet 'Arjud. O Êxodo, então, como uma tradição de Israel Norte, seria similar à tradição do patriarca Jacó, que também vem do norte, possivelmente da região de Galaad, e que só mais tarde foi assumida como sendo uma tradição de Judá, no sul.

Outro texto que relata o culto a uma divindade na imagem de touro é o episódio conhecido como “o bezerro de ouro” (Ex 32), mas que também se trata literalmente de um touro jovem. O povo, ao se sentir abandonado por Moisés, construiu uma imagem de ouro na forma de um touro jovem, e o adorou. Novamente surge a pergunta: por que essa mudança repentina do povo adorar outro Deus, e por que na imagem de um touro? O curioso é que Aarão, quando interpelado por Moisés, explica o processo da fabricação: “Eles me deram ouro, e o lancei no

fogo, e saiu este touro jovem” (Ex 32,24), como se não soubesse o motivo por que era um touro. Ou seja, o texto deixa transparecer que havia um culto bastante difundido a uma divindade representada na figura de um touro jovem, e que essa divindade era associada a Javé ou era o próprio Javé. Essa prática ou associação, contudo, é repreendida pelo deuteronomista. O interessante é que também nesse texto temos a afirmação de que essa divindade, que pensamos tratar-se de Javé, é o Deus que libertou Israel do Egito: “[...] estes são os teus deuses, Israel, que te fizeram sair da terra do Egito” (32,4b.8c). A expressão se repete duas vezes e está no plural (“teus deuses”), como em 1Rs 12,28b, apesar de aqui se tratar de uma só imagem.

Portanto, entendemos que o culto a Javé na figura do touro, praticado em Samaria e região, como nos santuários de Betel e Siquém, é uma tradição independente que foi incorporada pelo deuteronomista na narrativa da quebra da aliança. Ou seja, o culto a Javé na figura de um touro é visto pela religião judaica como uma grave ofensa a Javé, motivo de repreensão e de quebra dos preceitos.

Os paralelos não terminam aqui. No livro de Oseias, que na pesquisa atual é considerado, junto com o livro de Amós, uma das fontes mais antigas da Bíblia, encontramos duas denúncias duras contra o touro jovem da Samaria.

Teu touro jovem, Samaria, é rejeitado; minha ira arde contra eles. Até quando não serão capazes de pureza? Eis que (atenção) ele é de Israel, um artesão o fez e ele não é um Deus. Eis que (atenção) será despedaçado o touro jovem de Samaria (Os 8,5-6).

Pelas informações que constam na Estela de Mesa, que veremos mais adiante, sabemos que, na primeira metade do século IX, Javé já era o Deus oficial da Samaria. Uma vez que o contexto da denúncia do profeta Oseias dirigida contra Israel encontra-se na segunda metade do século VIII – portanto, mais de um século depois –, o Deus cultuado na Samaria, capital de Israel Norte, na figura de um touro e denunciado pelo profeta, só pode ser Javé.^[17]

Uma terceira passagem que queremos mencionar se encontra em Dt 33,17. Aqui, José (Efraim) é chamado de “o primogênito do touro de Javé”. Vejamos:

Ele (José/Efraim) é o primogênito do seu touro, majestade para ele. Seus chifres são chifres de touro selvagem. Com eles ele chifra os povos até os confins da terra. Eles são os milhares de Efraim e os milhares de Manassés (Dt 33,17).

José/Efraim é enaltecido como sendo o touro primogênito do touro Javé. Um touro jovem que, com a força de seus chifres, domina os povos. Portanto, o próprio povo de Israel/Efraim é agora o filho primogênito do touro Javé, cheio de força, que pretende dominar os povos.

Enfim, as associações de Javé ao touro jovem nas passagens 2Rs 12,26-36, Ex 32, Os 8,5-6 e Dt 33,17, somadas às inscrições e desenhos de Kuntillet ‘Ajrud, são fortes indícios de que em Samaria Javé era cultuado na figura do touro e que, na origem, a libertação do Egito era atribuída a ele. Isso nos conduz a outro fato: se, na composição dos livros dos profetas Amós e Oseias, encontram-se fontes antigas, então é certo que, pelo menos no século VIII, a tradição do Êxodo já era conhecida em Israel Norte. Essa hipótese é corroborada por um desenho no muro de entrada da principal construção do sítio arqueológico de Kuntillet ‘Ajrud que parece fazer menção à história do Êxodo,^[18] o que mostraria que a tradição do êxodo não só era conhecida em Israel Norte, mas era utilizada como propaganda pela realeza de Samaria e já era difundida no sul de Judá.

Se a tradição do Êxodo tem sua origem em Israel Norte, como ela surgiu? Em que contexto? Vejamos.

Se o último período em que o Egito marcou presença em território israelita foi por volta de 926 a.C. – na famosa campanha do faraó Sheshong, registrada nas muralhas do templo de Karnak, no Egito –, então é provável que a memória do êxodo tenha seu nascedouro nesse período. É sabido que Betsã, que fica praticamente no coração do Vale

de Jezreel, o celeiro israelita, era a base da administração do faraó egípcio nesse período. Portanto, o domínio egípcio não se dava somente via administração das autoridades locais, mas através da presença de suas autoridades e do seu exército. Ou seja, o Egito tinha ocupado o território. A presença egípcia, contudo, não durou por muito tempo. Os motivos são desconhecidos. Mas sabe-se que o domínio egípcio foi substituído pelo poder israelita,^[19] que nessa época começa a criar *status* de Estado, poder que se fortaleceu enormemente durante a dinastia omrida (884-842). Portanto, a tradição do Êxodo deve ter tido aí seu nascedouro, sendo preservada como memória popular nos santuários de Betel e Siquém.

Com o tempo, a tradição do Êxodo se tornou um símbolo na luta contra o Egito e contra toda e qualquer presença estrangeira, bem como para a identidade nacional, e como prova do poder do Deus de Israel. Depois da queda da Samaria (722), a tradição migrou para Jerusalém junto com os refugiados do norte. Em Jerusalém ela foi incorporada e encorpada pela redação deuteronomista na luta do rei Josias contra o Egito, que se opunha ao projeto de expansão de Judá. É provável que a rota de peregrinação pelo deserto do Negev, região sul do Sinai, passando pela fortaleza de Cades Barnea, Asiongaber, e pelo território edomita e moabita, na Transjordânia (Nm 33), tenha sido acrescentada nesse período, pois as escavações nessa região, particularmente em Cades Barnea, mostram a forte presença do domínio dos reis de Judá nesses locais durante a monarquia tardia.

O Êxodo e a história dos patriarcas e matriarcas conhecidos na Bíblia eram, no princípio, tradições independentes; elas foram unidas mais tarde pela redação sacerdotal, pós-exílica. Ou seja, a história do êxodo – como ela está construída na Bíblia, com a migração de Jacó e de seus filhos para o Egito –, da escravidão e libertação etc., é o resultado de um longo processo redacional e de sobreposições de diferentes tradições, que continuou servindo de motivo para animar e dar

identidade ao povo de Judá. É o caso da releitura feita no cativeiro da Babilônia, onde os exilados passam por um novo Êxodo, ou melhor, pelo autêntico Êxodo.



Desenho de Kuntillet 'Ajrud com a inscrição: "A bênção de Javé da Samaria e sua Asherá".

2.6.3. Os reis de Israel e Judá

Judá		Israel	
Roboão	931-914	Jeroboão I	931-909
Abiam	914-911	Nadab	909-908
Asa	911-870	Baasa	908-885
Josafá	870-846	Ela	885-884
Jorão	846-843	Zambri	884
Ocosias	843-842	Omri	884-873
Atalia	842-836	Acab	873-852
Joás	836-798	Ocosias	852-851
Amasias	798-785	Jorão	851-842
Ozias	785-743	Jeú	842-814
Joatão	743-735	Joacaz	814-800
Acaz	735-716	Joás	800-788
Ezequias	716-687	Jeroboão II	788-747
Manassés	687-642	Zacarias	747
Amon	642-640	Selum	747
Josias	640-609	Manaem	747-737
Joacaz	609	Faceias	737-735
Joaquim	609-598	Faceia	735-732
Joaquin	598-597	Oseias	732-724
Sedecias	597-586		

2.6.4. A dinastia omrida (884-842)

Seguindo o relato bíblico, a casa de Issacar ficou vinte e cinco anos no poder (908-884). Por vinte e quatro anos reinou Baasa, e por um ano reinou seu filho Ela (2Rs 15,33;16,8), que foi morto numa rebelião pelo comandante das bigas, chamado Zambri. Israel estava em guerra contra os filisteus e disputava o território de Gebeton, junto ao Mar Mediterrâneo. Com as tropas no campo de batalha, o rei Ela deixa desprotegido o seu palácio em Tersa. Zambri se aproveita desse vacilo e toma o poder, mata o rei e extermina toda a casa de Baasa (1Rs 16,9-13). Zambri, porém, não tinha o apoio do exército, que era comandado por um jovem ambicioso chamado Omri, que havia muito estava de olho no poder. Ao saber que o rei havia sido morto, e sua casa, exterminada, Omri se aproveita do momento de instabilidade política e da insatisfação popular, reúne o exército e sitia a capital Tersa. Zambri, ao perceber que estava cercado, se refugia no palácio, atea fogo na casa e morre queimado. Assim terminam os breves sete dias de seu reinado (1Rs 16,15-18).

A Bíblia fala pouco e negativamente sobre o reinado de Omri (1Rs 16,23-28). No entanto, não deixa de revelar informações importantes, como, por exemplo, o fato de Omri ter mudado a capital de Israel Norte de Tersa para Samaria. Essa mudança foi estratégica, pois a capital fica agora no coração de Israel, sobre uma montanha que pode ser bem mais facilmente protegida em caso de assédios. Desde Samaria é possível controlar a rota comercial da *Via Mares* e a fértil região do Vale de Jezreel. Mas, acima de tudo, no alto da montanha da Samaria, a capital fica protegida dos ataques dos filisteus, dos fenícios e, principalmente, dos arameus de Damasco, que despontam no horizonte como os maiores inimigos do novo reino israelita, e com quem travarão inúmeras batalhas por disputa de território, principalmente na região de Galaad, na Transjordânia.

Omri reinou por doze anos (884-873), seis em Tersa e seis na nova

capital, Samaria. Seu filho Acab o sucedeu e reinou por vinte e dois longos anos (873-852). Assim como aconteceu com Omri, Acab recebe avaliação muito negativa por parte dos escribas jerusalemitas (1Rs 16,29s). Acab, contudo, foi um dos mais famosos reis de Israel, se não o mais famoso. Um dos seus grandes feitos foi a aliança com Tiro e Sidônia, as importantes cidades do reino fenício. A localização geográfica, na costa do Mediterrâneo, servindo de ponte entre o Oriente e o Ocidente, permitia à Fenícia uma posição privilegiada para a exploração das riquezas marinhas, das terras férteis da costa e, principalmente, do rico comércio marítimo, que viria a ser o filão para quem quisesse enriquecer.

As escavações arqueológicas comprovam a expansão de Israel nesse período. Na verdade, parece uma expansão repentina. De repente, o nome Israel aparece no cenário internacional do Oriente Próximo como poder regional capaz de fazer frente aos impérios emergentes da região, como Damasco e a Assíria.

Nesse tempo, o poder de Israel, sob o reinado de Acab, é atestado numa inscrição assíria, conhecida como inscrição monolítica de Nimrud, encontrada em 1840 por Austen Layard, no sítio arqueológico de Nimrud. Nela o rei assírio Salmanassar III (858-824 a.C.) relata uma incursão vitoriosa empreendida em 853 a.C. na Síria ocidental. Interessa-nos a parte que trata do confronto do famoso rei assírio com uma coalizão antiassíria formada por doze reis, às margens do rio Orontes, perto de Karkara. Assim diz a inscrição em caracteres cuneiformes:

[...] Eu parti de Argana e ataquei Karkara. Eu destruí, coloquei abaixo e queimei Karkara, sua residência real. Ele (o rei) trouxe para ajudá-lo 1.200 bigas, 1.200 cavaleiros, 20.000 soldados de Hadadezer, de Damasco, a pé; 700 bigas, 700 cavaleiros, 10.000 soldados de Irhuleni, de Hamath, a pé; 2.000 bigas, 10.000 soldados a pé, de Acab, o Israelita;^[20] 500 soldados de Que; 1.000 soldados de Musri; 10 bigas, 10.000 soldados de Irqanata; 200 soldados de Matinu-ba'lu de Arvad; 200 soldados de Usanata, 30 bigas [...] soldados de Adunu-baalu de Sian; 1.000 (montadores) de camelo de Gindibua, da Arábia; [...] soldados de Baasa,

filho de Ruhubi de Amon; (todos juntos) estes eram doze reis. Eles se levantaram contra mim (para a) batalha. Eu lutei com eles com (a ajuda da) poderosa força de Assur, que Assur, meu senhor, meu deus, e as potentes armas que Nergal, meu líder, tinha me presenteado. Eu infringi uma derrota sobre eles entre as cidades de Karkara e Gilzau [...].^[21]

Apesar de Israel, com Acab, estar em terceiro lugar na ordem, parecer ser um dos membros mais poderosos da coalizão, que aparentemente era liderada por Adadezer de Damasco. Diz o texto que Israel tinha com ele duas mil bigas, ou seja, o maior número dessa que era a mais poderosa e cobiçada arma de combate da época.

Ainda que Salmanassar III cante vitória em seu escrito histórico, a conquista da região parece não ter se concretizado, pois o poderoso rei regressou em seguida para a Assíria – pelo menos não há registros da presença assíria nesse período. Outro aspecto que chama a atenção é a ausência de Judá na inscrição. Fato que parece indicar seu real estado de poder ainda limitado nessa época.

Enfim, Acab foi um rei poderoso que levou Israel, pela primeira vez, à proeminência no cenário mundial, fez aliança diplomática com a Fenícia, formou uma grande rede de relações comerciais, construiu grandes cidades junto com seu pai, Amri, e conseguiu organizar um dos exércitos mais poderosos da região. É nesse período que surge em Megido, Jezreel e Samaria palácios com blocos de cantaria, com capitéis de pedras decoradas num estilo protoeólico, semelhante ao estilo greco-eólico que surgiria só bem mais tarde. Por volta de 880 a.C., Amri começou a construção de um fabuloso palácio em Samaria com cerca de dois mil metros quadrados, comparável aos grandes palácios da Síria. É, sem dúvida, o maior e mais suntuoso palácio da Idade do Ferro já encontrado em Israel. Para tanto, os omridas tiveram que preencher os declives da colina de Samaria com toneladas de terra, formando uma plataforma artificial que pudesse suportar a construção de uma muralha casamata de proteção à cidade. Semelhante obra só foi construída em Jerusalém por Herodes, o Grande, no final do primeiro milênio a.C.

Um palácio similar, também com blocos de cantaria belamente decorados, foi escavado em Megido, em 1920, por arqueólogos da universidade de Chicago. Inicialmente o palácio foi atribuído a Salomão, assim como o portão de seis câmaras, ecoando 1Rs 9,15, que diz que Salomão reconstruiu Megido. Porém, após a descoberta do palácio de Samaria, com técnicas mais refinadas para estabelecer as datas, e dada a grande semelhança entre as duas obras, concluiu-se que obviamente se tratavam de construções dos reis omridas. Isso tem gerado controvérsias até hoje por parte de grupos que querem manter vivas as estórias do fabuloso Império Salomônico.

Entre os anos 1950 e 1960 foi escavada outra cidade famosa, Hazor. Também ali foi encontrada uma muralha maciça semelhante à de Megido, com o famoso portão de seis câmaras. Gezer, a quarta cidade base, escavada no começo do século XX, apresentava menos evidências. Contudo, também ali foi encontrado o famoso portão de seis câmaras unido à muralha casamata e o aterro. As dúvidas se dissiparam quando, nos anos 1990, foi escavado o sítio arqueológico de Jezreel, uma espécie de cidade privada dos omridas (1Rs 21; 2Rs 9,15-26). Jezreel fica no centro do vale de Jezreel, a região mais fértil de Israel, a 16 quilômetros de Megido, e de onde é possível ter um amplo panorama de todo o vale. Ocupada apenas durante um pequeno período no séc. IX, Jezreel foi destruída logo depois, talvez pelos exércitos de Aram-Damasco. Foi descoberto nesse sítio um complexo arquitetônico muito parecido com o de Samaria: a plataforma aterrada e nivelada, a muralha, os edifícios de cantaria etc. Essas descobertas fariam pender de vez a balança para o lado da teoria de que os autores das grandes construções em Israel na Idade do Ferro foram os omridas, e não Salomão. Samaria, Jezreel, Hazor, Megido e Gezer são, portanto, uma prova contundente da era de esplendor da dinastia omrida em Israel Norte.

Convém mencionar ainda o fantástico sistema de águas encontrado em Megido, Hazor e Gezer. Uma das maiores engenharias do mundo antigo, em forma de túneis escavados na rocha, esse sistema foi

inicialmente também atribuído aos omridas. Atualmente, porém, a datação dessa engenharia está sendo questionada, e provavelmente ela pertence a um período posterior, possivelmente do reinado de Jeroboão II.

É também no começo do séc. IX que floresce em Israel a indústria de azeite, desenvolvimento que Judá só atingirá no séc. VII. A base da riqueza eram as férteis terras da planície de Jezreel. Outra fonte de riqueza era o comércio internacional, uma vez que ao longo do Vale de Jezreel passava a importante rota comercial que ligava o Caminho Real da Jordânia com a *Via Maris* da costa do Mediterrâneo.



Sistema de águas recentemente escavado em Beersheva.

2.6.4.1. A Estela de Mesa^[22]

Com a economia em crescimento e com um exército forte, Israel começa nesse período a expandir seu território. Estende o domínio em direção ao norte, conquistando importantes cidades como: Hazor, Megido, Betsã, Rehov e Dã, a cidade-fortaleza no extremo norte, já próximo de Damasco. Em direção ao sul, amplia o domínio sobre a vizinha Judá, que reina sobre cidades como Lakis, Gezer, Arad, Beersheva, Khirbet Qeiyafa etc. Em direção ao leste, sobre as terras além do Jordão, onde conquista os territórios amonitas e edomitas. O mais valioso testemunho extrabíblico da expansão israelita na Transjordânia desse período figura numa estela encontrada em 1868 por um missionário alemão, em Dibon, ao sul do território amonita, perto de Aroer. A estela mede 1,10 metro de altura por 60 centímetros de largura e se encontra atualmente no museu do Louvre, Paris. Vejamos parte da inscrição:^[23]

(1) Eu sou Mesa, filho de Kamos [...], rei de Moab,
(2) o dibonita. Meu pai era rei sobre Moab por trinta anos, e eu era rei
(3) depois de meu pai. Eu construí este lugar alto para Kamos em Qeriho [...], (4)
porque ele me salvou de todos os assaltos e me fez triunfar sobre meus inimigos.
(5) *Omri era rei sobre Israel e humilhou Moab por muitos dias,*^[24] pois Kamos
estava encolerizado com sua terra. (6) Seu filho o sucedeu, e também ele disse:
“Eu humilharei Moab”. Em meus dias ele falou [...], (7) mas eu triunfei sobre sua
casa. Israel pereceu para sempre. *Omri se havia apoderado da terra* (8) *de*
Medeba, e a habitou em seus dias e metade dos dias de seus filhos, quarenta anos.
Mas em meus dias, (9) Kamos a habitou. E eu construí Baal-Meon e fiz depósitos
de água nela, e construí (10) Qiriaton. Os habitantes [o homem] de Gad
habitaram a terra de Atarot desde sempre, e o rei de (11) Israel tinha construído
Atarot para si. Eu combati a cidade, eu a tomei e eu matei todo o povo (12) da
cidade como oferenda a Kamos e Moab. Eu trouxe de lá o altar de seu *Dôd*^[25] e
(13) o arrastei diante de Kamos em Qeriot. E eu fiz habitar ali homens de Saron e
homens (14) de Maharot. E Kamos me disse: “Vai, e *toma Nebo de Israel!*” (15)
Eu fui de noite e lutei contra ela desde o amanhecer até a tarde. (16) Tomei-a e
matei tudo, sete mil homens, meninos, mulheres, meninas (17) e concubinas,
porque eu os havia condenado ao anátema para Astar-Kamos. E eu tomei de lá os
[...]^[26] de JHVH e os arrastei diante de Kamos.

A inscrição, composta de 24 linhas, segue relatando as conquistas de Baal-Meon (Js 13,17), Medeba (Nm 21,30), Atarot (Nm 32,3.24), Dibon (Nm 21,29), Aroer (Js 13,16), Bet-Bamot (Js 13,17) etc., cidades situadas na região sul da Transjordânia, entre Moab e Amon. Conforme a Estela, Mesa, o rei moabita, as tomou das mãos da dinastia omrida de Israel Norte. Ou seja, sem querer, o rei Mesa nos informa até onde chegou o território dominado por Israel Norte, e quão poderoso era Omri, citado duas vezes, e seus descendentes. O filho de Omri, mencionado na linha 6 da Estela de Mesa, certamente é Jorão (852-841). Provavelmente a estela foi escrita no final do reinado de Jorão, por volta de 841 a.C.

Particularmente surpreendente é o papel das duas divindades, Javé de Israel e Kamos de Moab, na conquista dos territórios. Javé, conhecido na Bíblia por sua característica libertadora (cf. Ex 3,7-14), na estela de Mesa aparece como um Deus opressor e conquistador. A Estela revela também que, apesar da forte presença do culto a Baal em Israel nesse período, o Deus nacional de Israel já era Javé.

Um texto paralelo da Bíblia que serve de grande referência para a localização cronológica da Estela de Mesa é 2 Reis 3, particularmente os v. 4 e 5. Assim diz 2Rs 3,4-5:

Mesa, rei de Moab, era criador de gado e pagava ao rei de Israel cem mil cordeiros e lã de cem mil cordeiros. Mas quando Acab morreu, o rei de Moab se rebelou contra o rei de Israel.

É impressionante a similaridade da narrativa histórica entre o escrito da estela e o texto bíblico; no nosso modo de entender, um caso único. Se o redator bíblico tivesse tido acesso à estela diríamos que teria copiado dela. Isso é sem dúvida uma prova contundente do valor histórico do texto bíblico. 2Rs 3 segue narrando a tentativa do rei Jorão de Israel Norte de sufocar a rebelião moabita. Formou uma coligação com os seus vassallos, o rei de Judá e o rei de Edom, e atacou o rei Mesa de Moab. As informações são controversas; aparentemente, a vitória foi

da coligação, mas o relato termina com a retirada das tropas israelitas após o sacrifício do primogênito do rei Mesa (2Rs 3,27). Porém, provavelmente, Moab saiu vitorioso por ter recebido o apoio de Hazael, rei de Aram-Damasco (2Rs 3,26), pois, após a morte de Acab, Aram-Damasco começa a tomar os territórios que Israel Norte havia conquistado na Transjordânia.

2.6.5. A Revolta de Jeú e a Estela de Dã^[27]

Segundo os relatos bíblicos, Israel Norte sempre teve relações muito conturbadas com os seus vizinhos do norte, os arameus, cuja capital era Damasco. Conforme relatam os livros de 1 e 2 Reis, desde o início da dinastia omrida, em 884 a.C. (1Rs 16,23s), até a morte do rei Jorão, em 842 a.C. (2Rs 9,22s), último da casa de Omri, houve conflito contínuo com os arameus – portanto, durante o auge do poder de Israel Norte. Em contrapartida, nesse mesmo período, Israel Norte teve uma relação de relativa amizade com os fenícios. Prova disso é a aliança que existia entre os dois poderes, selada com o casamento entre o rei Acab de Israel e a filha do rei Etbaal de Sidônia, a princesa Jezabel (1Rs 16,31s). Pacto esse que resultou na adoção de Baal como divindade nacional de Israel, ao lado de Javé.

Com a morte de Acab, por volta de 852 a.C., o poder de Israel Norte começa a declinar. Nesse período, também a aliança com a Fenícia caminha para o seu fim. A morte de Jezabel é o sinal mais evidente dessa crise (2Rs 9,30s). Conforme nos mostra a Estela de Mesa, os primeiros territórios que começam a se rebelar são os da Transjordânia (2Rs 3,4-27), que provavelmente eram, antes, colônias arameias. A Estela de Dã, como veremos mais adiante, relata que Israel Norte dominou por um bom período o território arameu. Assim diz nas linhas 3 e 4: “E o rei de I[s-]rael entrou previamente na terra de meu pai”. O “previamente” representa quase meio século. Portanto, a libertação dos pequenos reinos da Transjordânia do domínio israelita se dá pelo fato de Israel Norte estar envolvida na guerra contra os arameus (2Rs 6-7). Ou seja, por trás da libertação desses reinos está o interesse arameu. A libertação, contudo, é aparente, pois, saindo do domínio israelita, passam para o domínio arameu.

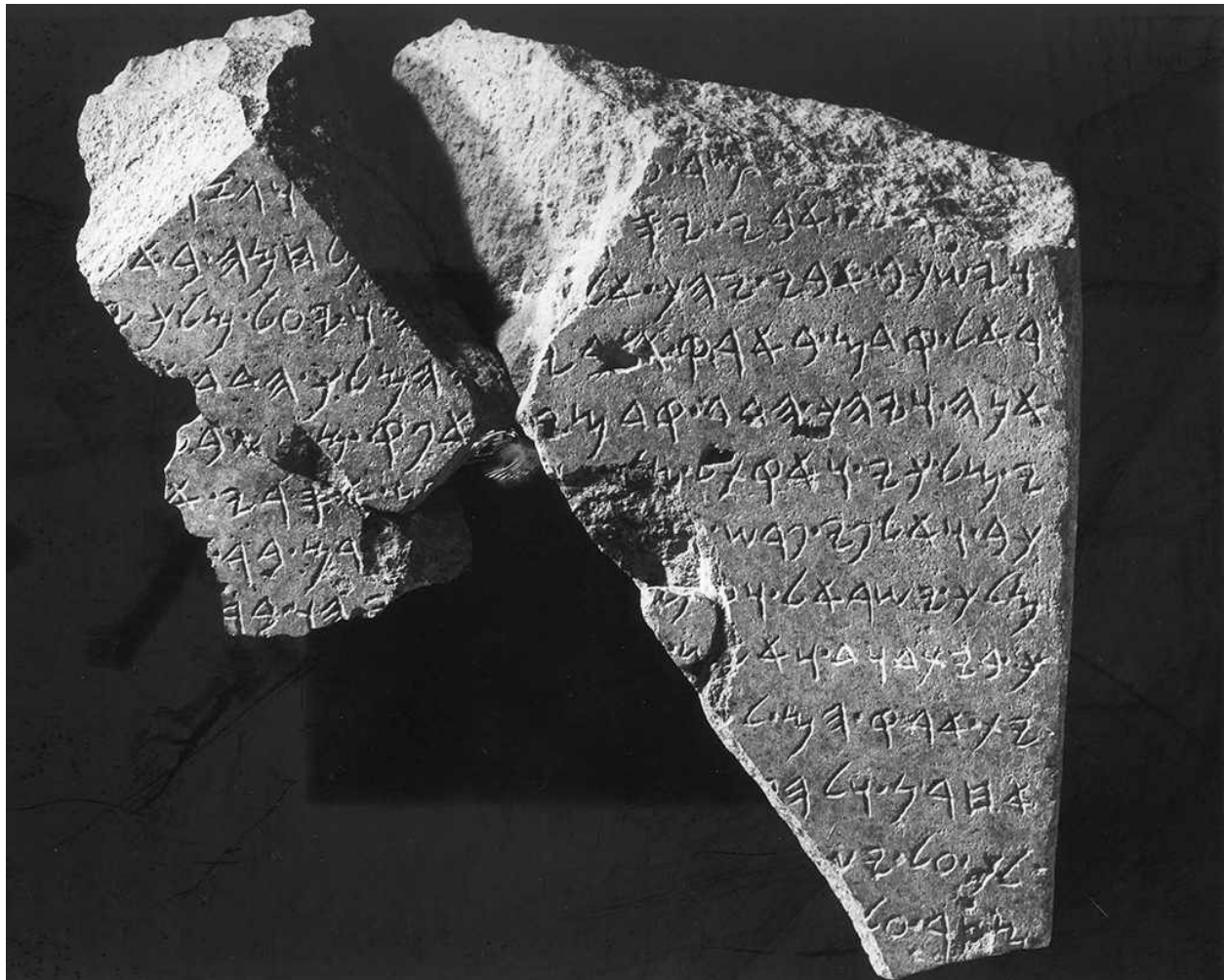
O episódio bíblico que ilustra bem o contexto de guerra existente entre Israel Norte e Aram é conhecido como “a revolta de Jeú” (2Rs 9-10). Para frear o avanço das tropas arameias, Jorão, filho de Acab,

convoca o seu fiel vassalo, o rei Ocozias de Judá, para auxiliá-lo na guerra contra o rei Hazael de Damasco, em Ramot de Galaad (2Rs 8,25-29). O texto é econômico nas palavras. O que se informa é que Jorão, rei de Israel, é atingido durante a batalha, sendo, por isso, obrigado a retornar a Jezreel para tratar dos ferimentos. Ocozias, rei de Judá, também deixa a batalha e vai fazer companhia ao colega ferido. No lugar do rei ferido, à frente do exército israelita, fica o comandante Jeú. Este se aproveita da ausência dos dois reis e se autoproclama rei de Israel. Reúne os que lhe são fiéis, entra em Jezreel, onde se encontram os dois reis, que, sem desconfiar do repentino regresso do seu comandante, são mortos à traição (2Rs 9). Depois de matar os reis Jorão e Ocozias, Jeú se apressa em eliminar a representante da aliança fenícia, a princesa Jezabel, bem como todos os descendentes da família real (2Rs 10).

Enquanto isso, em Judá, a mãe de Ocozias, ao saber que seu filho fora morto, assume o poder (2Rs 11). Seu nome é Atália, filha de Omri (2Rs 8,26). A pertença de Atália à casa de Omri é mais um fato que prova o domínio omrida sobre Judá. Segundo o relato bíblico, o reinado de Atália durou aproximadamente sete anos. É o único período na história em que o poder da dinastia davídica em Judá foi interrompido. Para o narrador jerusalemita e javista, a mudança em Judá não se deu via Jeú e muito menos via Damasco-Aram. Foi o sacerdote Joiada, depois de esconder no templo por seis anos um descendente da casa davídica chamado Joás, que organizou uma revolta e assassinou a rainha-mãe Atália. Joás é colocado no poder aos sete anos com o apoio do “povo da terra”, um grupo de donos de terras que pela primeira vez é mencionado na Bíblia e que também terá papel relevante na subida ao poder do futuro rei Josias (2Rs 21,24).

É assim que, de maneira resumida, 2 Reis 9-11 relata a mudança de poder que ocorreu em Israel Norte e Judá em meados do século IX e que manteve Jeú no poder por cerca de vinte e cinco anos (842-814 a.C.), e Joás por cerca de quarenta anos (836-798 a.C.).

Em 1993 e 1994, no entanto, foram encontrados no sítio arqueológico de Dã, extremo norte de Israel, três fragmentos de uma estela que originalmente media em torno de um metro de altura por meio metro de largura, fato que, na nossa compreensão, muda e amplia os fatos narrados em 2Rs 9-11. Os três fragmentos, denominados pelos arqueólogos de A, B1 e B2, foram encontrados em diferentes datas e lugares do sítio. O primeiro, A, que é o maior, foi encontrado em junho de 1993, e os outros dois, B1 e B2, menores, foram encontrados em junho de 1994. Juntas, as peças conformam um texto mais ou menos legível. A nitidez dos caracteres e a separação das palavras por pontos foram fatores decisivos para desvendar o texto. Vejamos:^[28]



Fonte: scienceblogs.com.br

Tradução

- (1) [.....] e cortou [.....]
- (2) [.....] meu pai foi [contra ele quando] ele lutou em [.....]
- (3) E meu pai deitou-se, ele foi para seus [ancestrais]. E o rei de I[s-]
- (4) rael entrou previamente na terra de meu pai. [E] Hadad me fez rei.
- (5) E Hadad foi à minha frente, [e] eu parti de [os] sete [....-]
- (6) s do meu reino, e eu matei [sete]nta rei[s], que utilizavam milha[res de bi-]
- (7) gas e milhares de cavaleiros [ou cavalos]. [Eu matei Jeho]rão filho de [Acab]
- (8) rei de Israel, e matei [Ocoz]ias filho de [Jehorão re]i
- (9) da Casa de Davi. E transformei [suas vilas em ruínas e tornei]
- (10) sua terra em [desolação.....]
- (11) outro [..... e Jehú rei-]
- (12) nou sobre Is[rael.....e pus]
- (13) cerco sobre [.....]

Os nomes dos dois reis nas linhas 7 e 8, Jorão (Jehorão), que reinou em Israel de 851-842, e Ocozias, que reinou em Judá de 843-842, possibilitaram definir, com grande probabilidade, que o autor da estela foi o rei Hazael, que reinou em Damasco de 845 a 800, apesar de seu nome não aparecer na estela. Na linha 3, a expressão “E meu pai deitou-se, ele foi para seus [ancestrais]” também parece apontar para Hazael como autor. A expressão “deitou-se” provavelmente se refere à doença do rei Ben Hadad, que o deixou acamado antes de morrer. Essa descrição condiz com 2Rs 8,7-15, que diz que Ben Hadad estava doente quando foi morto por Hazael. A mesma expressão encontramos em 2 Reis 9,16 para falar do rei Jorão de Israel, que estava acamado por motivo dos ferimentos que sofrera na guerra contra o rei Hazael, em Ramot de Galaad.

Logo que a estela foi encontrada, a atenção voltou-se especialmente para a expressão, na linha 9, “Casa de Davi” – em hebraico, *byt dvd*. Isso porque essa é a primeira vez que o nome Davi, mais precisamente, a expressão “Casa de Davi”, aparece em um escrito extrabíblico. Ou seja, a Estela de Dã prova a existência de Davi, que nos últimos anos tem sido posta em dúvida por historiadores, devido ao fato de que o nome Davi não era conhecido fora da Bíblia. No entanto, ainda existe

um pequeno grupo de estudiosos que sugere que as letras que compõem o nome Davi, em hebraico *dwd*, significam “amado”, palavra que se escreve com as mesmas letras, mas que se lê *dôd*, e que seria um epíteto para Javé. Portanto, a expressão *byt dwd* não seria “Casa de Davi”, mas “Casa do amado”, como é o caso da Estela de Mesa, onde o rei Mesa se vangloria de ter tomado a cidade de Atarot de Israel e de ter trazido de lá o altar de seu *dôd* (amado), e de tê-lo arrastado diante de seu Deus Kamos. Na Bíblia, esse uso é muito comum no livro Cântico dos Cânticos, onde a amada fala do seu amado usando a expressão *dôd*, mais comumente “meu amado” (*dôdy*). Na Estela de Mesa, certamente a expressão *dwd* significa “amado”, em referência à divindade de Israel, no caso, Javé. Mas, no caso da Estela de Dã, dado o contexto e o conjunto do conteúdo do escrito, não nos parece haver dúvida de que a expressão *dwd* signifique Davi. Portanto, temos aqui uma prova de que, em meados do século IX, a “Casa de Davi”, ou a dinastia davídica, era conhecida na região da Síria, o que evidentemente lhe confere relativa importância.

No entanto, no nosso entender, mais importante que a menção à casa de Davi são as demais informações contidas na estela. Elas acrescentam novos e relevantes dados para a compreensão da história de Israel Norte e Judá. Por exemplo, a estela relata que foi Hazael, provável autor do escrito, quem matou os reis Jorão de Israel e Ocozias de Judá, e não Jeú. Além disso, a estela deixa transparecer que foi Hazael quem, depois de matar os dois reis, colocou Jeú no poder. Ou seja, que a subida de Jeú ao poder não foi uma revolta interna, mas um plano internacional orquestrado pelo rei Hazael de Damasco. De fato, como vimos acima, nesse período o reino de Damasco cresceu muito em poder e foi se apossando dos territórios que antes pertenciam a Israel Norte. É provável que por volta dessa época Damasco também tenha conquistado a cidade de Dã, sítio onde a estela foi encontrada. Seu domínio se expandiu a ponto de também Israel Norte e Judá se tornarem seus vassallos (2Rs 12,18-19; 13,3). À frente dessa expansão

está o rei Hazael, que, conforme 2Rs 8,15, e como confirmado por informações extrabíblicas, usurpou o poder, assassinando o rei Ben Hadad, quando este foi acometido por uma doença grave. Usurpador ou não, não há como negar a importância do rei Hazael (845-800) à frente do reino arameu e de seu domínio sobre Israel e Judá. Não por acaso seu nome é citado vinte e três vezes na Bíblia, dezoito das quais só em 2 Reis.

O domínio arameu, portanto, sobre a região que inclui Israel Norte e Judá durou cerca de sessenta anos (845-785). Essa é uma das grandes novidades descobertas pela arqueologia nos últimos anos, com singular contribuição da Estela de Dã.

No início do domínio arameu houve forte disputa com a Assíria, que chegou a ameaçar seu poder conquistando alguns territórios. O avanço assírio se deu principalmente durante o reinado de Salmanassar III (858-824), como se constata pela famosa batalha de Qarqar (853 a.C.), entre a Assíria e a coalisão arameia, e no quadro do obelisco de Salmanassar III, em que aparece o rei Jeú de Israel se submetendo ao rei assírio. A inscrição em cuneiforme apresenta Jeú como sendo filho de Omri. No entanto, ao contrário do que mostram esses registros, o domínio assírio parece não ter se consolidado, pois seu exército se retirou da região, possivelmente por causa de uma crise interna do reinado, permitindo o predomínio arameu. A Assíria só voltará em definitivo em meados do século seguinte.



Cena no obelisco de Salmanassar III: Jeú pagando tributo ao rei assírio.

A cena de submissão de Jeú a Salmanassar III vem acompanhada de uma inscrição que diz assim: “Tributo de Jehúm, filho de Omri: recebi dele prata, ouro e uma taça de ouro, um vaso de ouro com pontas no fundo, copos de ouro, recipientes de ouro, estanho, servos para o rei e lanças”.

2.6.6. Os profetas Elias e Eliseu

Papel preponderante na derrocada do reinado da dinastia omrida é dado na Bíblia aos profetas Elias e Eliseu. Elias, como indica seu nome – “Javé é meu Deus” –, é o defensor por excelência do javismo na luta contra Baal e sua consorte Asherá, que haviam adquirido força em Israel e Judá com a aliança de Acab com o rei de Sidônia, Etbaal, aliança essa que fora selada com o casamento entre Acab e a princesa Jezabel, filha de Etbaal (1Rs 16,31-33). Entendemos, assim, o porquê de Elias ser enviado justamente a Sarepta da Sidônia, ou seja, o reinado do Deus Baal, para salvar a viúva e seu filho das agruras da longa seca que assolava a região (1Rs 17). A intenção é ressaltar o cuidado de Javé para com os mais pequeninos e esquecidos da sociedade, como era o caso das viúvas, cuidado esse que Baal não tem da mesma forma; a ressurreição do filho da viúva (1Rs 17,17-24) é prerrogativa de Javé e não de Baal. Ou seja, a disputa se dá para provar que Deus tem poder sobre a vida e a morte.

Também a luta de Elias com os sacerdotes de Baal, no monte Carmelo (1Rs 18,20-40), acontece em território sidônio. A disputa é para provar quem é o verdadeiro Deus da chuva e da fertilidade. Baal era considerado na região como sendo o Deus que envia a chuva e que fertiliza a terra e toda a criação. No entanto, após o ritual vencido pelo profeta Elias no monte Carmelo, é Javé quem faz chover novamente em Israel, depois de três anos de seca, e não Baal (1Rs 18,41-46).

O substituto de Elias, o profeta Eliseu, segue os passos do seu antecessor. Conforme a narrativa bíblica, também ele tem papel estratégico na defesa e promoção do javismo em Israel e Judá. Enquanto Elias participa decisivamente do fim da aliança entre Israel Norte e a Fenícia, combatendo a política de Acab e profetizando a morte de Jezabel (1Rs 21,23; 2Rs 9,10.35-37), considerada o símbolo do culto a Baal em Israel, Eliseu tem participação decisiva na revolta de Jeú e consequentemente no triunfo de Aram sobre Israel Norte. Quando Elias

se encontra com Javé no monte Horeb (1Rs 19), Javé o envia na direção do deserto de Damasco para ungir Hazael como rei de Aram, com este prenúncio: “E será: aquele que escapar da espada de Hazael, Jeú matará, e aquele que escapar da espada de Jeú, Eliseu matará” (1Rs 19,17). E assim sucedem os fatos. Primeiro, Eliseu vai a Damasco ungir Hazael como rei de Aram, no lugar de Ben Hadad (2Rs 8,7-13). Depois, envia um discípulo seu ao campo de batalha, em Ramot de Galaad, para ungir Jeú como rei, no lugar de Jorão (2Rs 9,1-10). Portanto, para a narrativa bíblica, a traição de Jeú e a vitória de Damasco sobre Israel Norte, mais que um golpe de interesse político para pôr fim à dinastia omrida e à aliança Israel-Fenícia, é uma rebelião religiosa para restaurar o javismo e pôr fim ao baalismo em Israel e Judá. Ou seja, a Bíblia faz uma leitura religiosa dos fatos: tudo acontece conforme os desígnios de Javé.

2.6.7. Jeroboão II e o Império Assírio

Com a morte de Jeú, sobe ao trono em Israel Norte seu filho Joacaz (814-800), que é sucedido por Joás (800-788). Em Judá reinava Amazias (798-785), sucessor de Joás (não confundir Joás de Israel Norte com Joás de Judá). Nessa época começa o declínio do reino de Aram-Damasco assolado pelo renascer do império novo da Assíria, um dos impérios mais violentos que a história conheceu. Quando o rei assírio Adad-Nirari III (810-783) sobe ao poder, Damasco começa a perder seus territórios. Israel e Judá passam, então, a ser vassalos da Assíria. Israel Norte, o grande adversário de Aram na região, tem certa preferência, o que permite que o governo de Joás, neto de Jeú, recupere os territórios perdidos para Damasco (2Rs 13,22-25). É nessa época que a fortaleza de Dã é conquistada, com possível ajuda de Israel Norte, e a Estela de Hazael, vista acima, que ficava na entrada da cidade como um troféu, foi feita em pedaços de tal forma que até hoje os arqueólogos ainda estão à procura de todas as suas partes.

O redator deuteronomista parece ter visto a mudança com bons olhos, atribuindo o feito a Javé. Uma das primeiras menções se encontra em 2Rs 13,3-5, que diz assim:

E inflamou-se a ira de Javé contra Israel, e ele os entregou na mão de Hazael, rei de Aram, e na mão de Ben Hadad, filho de Hazael, todos aqueles dias. Mas Joacaz aplacou o rosto de Javé, e ele o escudou, pois Javé havia visto a opressão com que o rei de Aram oprimia a Israel. E Javé deu a Israel um libertador, e eles se libertaram da mão de Aram. Então, os filhos de Israel habitaram novamente em suas tendas como antes.

O que a arqueologia tem mostrado é que a “libertação” de Israel Norte do domínio arameu não foi mérito do rei de Israel, mas da ação assíria. Assim, também, é provável que o “libertador” não tenha sido Joacaz, como menciona o texto bíblico, mas Jeroboão II (788-747), cujo reinado foi o mais longo da história de Israel (2Rs 14,25-28). É com ele que Israel Norte retoma as fronteiras de outrora, dos tempos de Omri e

Acab: “Jeroboão restabeleceu as fronteiras de Israel, desde a entrada de Emat até o Mar de Arabá” (2Rs 14,25a). As escavações mostram que, nesse período, além de Dã, outras importantes cidades, como Betsaida e Hazor passam a ser administradas por Israel Norte. É a primeira vez que em Hazor são encontradas inscrições em hebraico.

Também Judá, conforme 2Rs 14,7, recupera pequenos domínios que havia perdido para os vizinhos edomitas, como o Vale do Sal, no sul de Judá, na divisa com o deserto. A retomada da expansão de Israel Norte e Judá reacende também a guerra entre os dois reinos, e o domínio daquele sobre este, conforme 2Rs 14,8-14.

O desenvolvimento no reinado de Jeroboão II é testificado pelo progresso da agricultura e pelo alto crescimento da população nas regiões montanhosas e nos arredores de Samaria. A economia se intensifica com a entrada de Israel no comércio internacional, exportando principalmente azeite e vinho em grande quantidade para a Assíria e para o Egito. Outra fonte de renda parece ter sido a criação de cavalos em Megido, exportados para o exército assírio. Nas escavações de Megido foi encontrada grande quantidade de estábulos de cavalos, que inicialmente foram atribuídos ao exército de Salomão e, mais tarde, ao de Acab. Porém, devido à dificuldade em precisar o período a que pertencem tais estábulos, recentemente surgiu a hipótese de que poderiam pertencer ao reinado de Jeroboão II. Pesa a favor dessa possibilidade o estranho fato de que os arqueólogos não encontraram bigas desse período em Megido. Ou seja, a criação de cavalos com o único objetivo de enviá-los para o exército assírio explicaria a ausência de bigas. Além disso, após a queda da Samaria em 722, uma unidade especial de bigas israelita foi incorporada ao exército assírio, mantendo, inclusive, sua identidade nacional. Sobre ela, Sargão II afirma: “Formei uma unidade com duzentas das suas bigas para a minha força real”.^[29]

Um símbolo do poder de Jeroboão II é o selo encontrado em Megido em 1904, que provavelmente pertencia a um alto ministro de Jeroboão

II. No selo se encontra gravada a figura de um leão rugindo e uma inscrição que diz: *Shama Yerob'oam* (servo/oficial de Jeroboão).



Selo pertencente a um alto oficial de Jeroboão II.

Outro grande testemunho do potencial político e econômico de Jeroboão II são os ôstracos de Samaria encontrados em 1910 pelo arqueólogo G. A. Reisner, quando escavava um palácio no Tel Samaria. Esses ôstracos foram inicialmente atribuídos ao período do reinado de Acab, mas posteriormente foram datados com maior precisão no reinado de Jeroboão II. São ao todo 63 registros em que constam os nomes de grandes donos de terras, de localidades rurais, e um bem organizado sistema administrativo de cobrança de tributos, como o azeite e o vinho, destinados à Samaria. Além dos ôstracos, foi encontrada, na Samaria desse período, grande quantidade de cerâmica fina da Fenícia, placas de marfim com motivos egípcios etc., prova da ostentação e do luxo em que viviam a corte e os ricos proprietários da

Samaria.

2.6.7.1. O movimento profético em Israel e Judá

A profecia é um fenômeno universal e existiu praticamente em todas as formas ou organizações religiosas conhecidas do mundo antigo. Ela se caracteriza basicamente pela mediação entre a divindade ou divindades e as pessoas. Ou seja, a profecia precede a Bíblia e vai além dela. No Antigo Oriente Próximo encontramos registros da existência de profetas em várias regiões, como na antiga e famosa cidade de Mari, na Mesopotâmia. Um exemplo que pode ajudar a compreender a importância desse fenômeno existente não só em Israel e Judá é a passagem de Nm 22-24, que narra a história de um vidente chamado Balaão, muito conhecido na região de Moab, que foi chamado pelo rei moabita para interceder em favor do seu povo e contra Israel. O interessante é que essa história só era conhecida na Bíblia, até que um grupo de arqueólogos holandeses resolveu escavar o sítio arqueológico de Deir Alla, que fica na região de Galaad, na Transjordânia, perto da cidade bíblica de Pella. Nesse sítio os arqueólogos encontraram em 1947 várias inscrições fragmentadas em língua aramaica que fazem menção a certo vidente chamado Balaão. As inscrições, que datam do século IX, haviam sido feitas com tinta numa parede que posteriormente foi destruída, daí a dificuldade em montar os fragmentos para formar um texto compreensível. Atualmente, os fragmentos se encontram no museu de Amã, capital da Jordânia. Portanto, a tradição do vidente Balaão já era conhecida na região de Moab antes de ser incorporada na Bíblia.

Os profetas na Bíblia podem ser classificados em quatro grupos. O primeiro grupo integra pessoas que surgem e vivem no meio do povo; não têm ascendência profética e não fazem da profecia um ofício; são chamados espontaneamente por inspiração, visão ou audição. Ou seja, ser profeta não é hereditário, depende mais da mística do que da genealogia. É uma liderança comunitária, respeitada e admirada pelo povo, podendo ser homem ou mulher. Às vezes podem ter discípulos,

mas não sempre. São os xamãs, benzedores, curandeiros, adivinhos etc. Se admirada e respeitada pelo povo, em contrapartida essa classe de profetas não é bem quista pelo palácio e pelo templo (Dt 18,10-11).

Existe uma terminologia rica para denominar os diversos exercícios da profecia. No meio popular o profeta era chamado *ro'eh*, que significa “vidente”, e também *'is ha'elohim*, que quer dizer “homem de Deus”. Já na cidade ou no meio mais urbano, seja no templo ou no palácio, o “vidente” ou o “homem de Deus” passa a ser conhecido como *nabi'*, que quer dizer “profeta” (1Sm 9,9).

Temos exemplos típicos desse modo popular de exercer a profecia nas estórias atribuídas a Eliseu: o azeite da viúva pobre que nunca se acaba (2Rs 4,1-7); a sopa com farinha para matar a fome da comunidade (2Rs 4,38-41); os pães e espigas das primícias partilhados (2Rs 4,42-44); o machado emprestado para construir as casas da comunidade (1Rs 6,1-7).

Personagens por excelência que podem ser classificados neste grupo de profetas e profetisas se encontram em Ex 15,20, em que aparece a profetisa Miriam, irmã de Moisés, liderando a comunidade fazendo uso da música e da dança. Mas também em Jz 4-5, em que temos a profetisa Débora, juíza do povo, que tinha o seu tribunal junto a um santuário popular, debaixo de uma palmeira na montanha de Efraim. E ainda Abraão (Gn 20) e Samuel (1Sm 1-3) podem ser classificados como pertencentes a este grupo de profetas.

Do primeiro grupo se origina um segundo grupo, que são profetas que têm sua origem no meio popular, mas que não permanecem somente nesse âmbito, quase anônimo. São homens e mulheres de mística profunda e conhecedores do seu contexto social que saem do seu *habitat* e vão defender os direitos do seu povo no portão das cidades, junto aos grandes santuários, denunciando os abusos dos reis que vivem em palácios luxuosos, dos sacerdotes que fazem do culto e do sacrifício um meio para explorar o povo, dos juízes iníquos que julgam por interesse, dos comerciantes que exploram o povo, dos grandes

proprietários que mudam os marcos das terras do povo camponês. É um Oseias do interior de Israel Norte, um Amós de Técuá, um Miqueias de Morasti, um Sofonias do interior de Judá, um Jeremias de Anatot, entre outros.

O terceiro grupo que aparece na Bíblia é de profetas ligados ao palácio e a serviço do rei. São profetas que exercem a profecia, interpretando oráculos em favor do rei. Um exemplo típico é o profeta Natã, que estava às ordens do rei Davi (2Sm 7). Mas também outros que, se não estavam a serviço do rei, costumavam ser consultados para proferir oráculos favoráveis a ele. Esse é o caso da consulta de Acab aos quatrocentos profetas (1Rs 22,6), e de Josias (2Rs 22,11-20). Ou seja, era comum que o rei tivesse profetas a seu serviço, quase como uma espécie de conselheiros, que interpretassem a vontade de Deus diante de situações delicadas, como em caso de guerra. Entre eles sempre havia algum que era especial para o rei. Isso mostra a importância que o profeta tinha no mundo antigo.

Um quarto grupo pode ser identificado como dos profetas a serviço do templo. São os profetas que mais se destacam na Bíblia e que muitas vezes são confundidos com os sacerdotes, ou são os próprios sacerdotes. Eles têm um ofício, passam por um aprendizado e têm privilégios. O sacerdócio é hereditário, passa de pai para filho ou de mãe para filha. Esse grupo, em regimes monárquicos, está muito ligado e comprometido com o rei. Pode haver casos em que ele questione ou denuncie os atos abusivos do rei ou de famílias poderosas ligadas ao palácio, mas, em última instância, quem o sustenta é o rei. Ou seja, pela dependência e identificação do templo com o palácio, o profeta do templo “come das mãos do rei”.

Um exemplo típico desse grupo é o profeta Isaías (2Rs 19). Isaías vive no templo, é ali que ele recebe a sua vocação (Is 6). Contudo, o compromisso com o serviço do templo e com o palácio não o impede de denunciar as injustiças cometidas pela classe dominante: “Ai dos legisladores de leis injustas e dos que promulgam decretos de opressão

para privar do direito os pobres e afastar da justiça os oprimidos do meu povo, para despojar a viúva e saquear o órfão” (Is 10,1-2; 5,8).

Outro exemplo do quarto grupo é o profeta Ezequiel. Conforme Ez 1,1-3, Ezequiel é um sacerdote que foi deportado junto com o povo para o exílio na Babilônia. Portanto, está junto do povo, mas sua ligação é com o templo. Tanto Ezequiel quanto Isaías se caracterizam fortemente por serem profetas da esperança; eles animam o povo em épocas de tribulação (Is 9,1-6; 11; Ez 34; 37).

Com o decorrer do tempo, esse grupo se torna predominante na Bíblia e acaba encampando a profecia. É um processo que se dá principalmente no pós-exílio, quando os sacerdotes administram Judá a partir do templo e da lei. Nesse período o grupo se subdivide em dois: os sacerdotes sadocitas, mais ligados ao culto e ao sacrifício, e os levitas, mais comprometidos com a tradição. Essa diferença é bem visível no livro do profeta Malaquias e em Ez 44,10-41.

As características próprias da profecia dos primórdios, no entanto, não desaparecem com a profecia clássica. Aquela sobrevive nesta e vice-versa. Ou seja, a profecia do templo, se é que assim se pode dizer, necessita, para justificar a sua existência, da profecia dos primórdios, a da justiça social, a que denuncia as estruturas de opressão. Aquela se legitima nesta e, de certa forma, se inspira nela. Isto é, o templo, ao incorporar a profecia popular, foi obrigado a reconhecer o seu valor. Por outro lado, a profecia popular se perpetua através da profecia do templo. E sem o templo, que a pôs por escrito, ela não teria chegado até nós.

2.6.7.1.1. Os profetas Amós e Oseias no reinado de Jeroboão II

Como foi visto acima, com Jeroboão II (788-747) surge um desenvolvimento sem precedentes em Israel Norte, e com ele uma nova estrutura burocrática mais complexa: por um lado, famílias poderosas ligadas à corte ou que faziam parte dela; do outro lado, camponeses e pequenos proprietários que eram expropriados de seu trabalho e de suas terras. As escavações arqueológicas de Samaria, capital de Israel Norte, revelaram que, já no reinado dos reis omridas, obras magníficas, como palácios e muralhas, foram construídas na cidade à custa do trabalho camponês. Porém, nada comparável à opulência em que vivia a elite de Samaria no reinado de Jeroboão II, como mostram as várias placas de marfim com desenhos fenícios e egípcios, encontradas junto às ruínas do palácio de Jeroboão II. Ou seja, o progresso só foi favorável para uma pequena parcela da população, a que era formada por grandes proprietários de terras, famílias poderosas ligadas à corte, administradores, oficiais do exército, sacerdotes, grandes comerciantes, um corpo de juízes corruptos etc. Esse desenvolvimento injusto faz surgir vozes proféticas sem igual na história de Israel Norte, e sem precedentes em todo Antigo Oriente Próximo.

Vejamos algumas das denúncias dos profetas Amós e Oseias contra o rei e a elite de Samaria.

Contra Jeroboão II:

Amasias, sacerdote de Betel, mandou dizer a Jeroboão, rei de Israel: “Amós conspira contra ti no meio da casa de Israel. A terra não pode mais suportar todas as tuas palavras...”. E disse Amasias a Amós: “Vidente, vai embora, foge para a terra de Judá. Come lá o pão e profetiza lá. Mas em Betel não voltes mais para profetizar, pois este é um santuário do rei, esta é uma casa do reino” (Am 7,10.12-13).

Contra a elite rica:

Derrubarei a casa de inverno com a casa de verão. E serão destruídas as casas de marfim e as casas grandes (Am 3,15a).

Ai... daqueles que estão seguros no monte da Samaria, dos notáveis da primeira das nações, a quem recorre a casa de Israel... Ai dos que se deitam em camas de marfim e se reclinam em seus divãs. Os que comem o cordeiro do rebanho e os novilhos do curral (6,1.4).

Contra as mulheres ricas da Samaria:

Escutem esta palavra, vacas de Basã, vocês que estão sobre o monte de Samaria: vocês que oprimem os pobres e esmagam os necessitados, e que dizem aos seus maridos: “Tragam e bebamos!” (Am 4,1).

Contra os sacerdotes:

Vendem o justo por prata e o necessitado pelo preço de um par de sandálias. Eles pisam sobre o pó da terra a cabeça dos pobres... Sobre roupas penhoradas se deitam junto a todo altar e bebem vinho de multas na casa de seus deuses (Am 2,6b-7a.8).

Eu odeio e desprezo as festas de vocês e não aguento as suas assembleias. Atenção: ainda que vocês ofereçam para mim holocaustos e oferendas, eu não aceitarei, e oferendas de paz de animais cevados eu não vou considerar. Afastem de mim o ruído dos seus cantos; não vou escutar a música de seus instrumentos. Que corra o direito como as águas, e a justiça como torrente inacabada (Am 5,21-24).

Contra os ricos comerciantes:

Escutai isso, vós que pisoteais o pobre, que quereis eliminar os necessitados da terra. Vós que dizeis: quando passará a lua nova, para podermos vender o grão, e o sábado, para negociar o trigo, para diminuir a medida e aumentar o preço, e enganar com balanças falsas, para comprar com prata os pobres, e o necessitado por um par de sandálias, e vender o resto do grão? (Am 8,4-6).

Contra os juízes:

Vós detestais aquele que repreende à porta e desprezais aquele que fala a verdade. Por isso, porque pisais sobre o pobre e tomais a parte de grãos dele, construireis casas de cantaria, mas não as habitareis. Plantareis vinhas formosas, mas não bebereis seu vinho. Porque conheço vossos muitos delitos e vossos enormes pecados: opressores de justos e tomadores de suborno, e que enxotais os necessitados da porta (5,10-12).

Contra a injustiça generalizada:

Perjúrio, mentira, assassinio, roubo e adultério se multiplicam. Sangue derramado segue sangue derramado (Os 4,2).

Contra as alianças políticas:

[...] mentira e violência se multiplicam. Fazem pacto com a Assíria e levam azeite para o Egito (Os 12,2b).

Enfim, é bem evidente, nas denúncias dos profetas, que havia em Samaria uma estrutura administrativa bem sólida que incluía, além da corte, de juízes, de comerciantes, de grandes proprietários, de sacerdotes, uma elite de homens e mulheres vivendo na fartura. Como não havia quem defendesse o povo oprimido, o profeta se enche de coragem e vai ao portão da cidade, na praça pública, falar em nome de Deus por seu povo.

2.6.8. A queda da Samaria

Com a morte de Jeroboão II, começa um período de conflitos internos e de pressões externas em Israel (2Rs 15,8-22). Zacarias, filho e sucessor de Jeroboão II, reinou por somente seis meses. Zacarias foi assassinado por Selum, último rei da dinastia de Jeú, que tomou o poder, mas que também não teve tempo para reinar, pois foi morto em seguida por Manaem, filho de Gadi, que governou Israel por dez anos (747-737).

Nesse tempo, no contexto internacional, sobe ao trono um novo rei na Assíria, Teglatfalasar III (745-727), conhecido em documentos babilônios como Pul. Esse novo rei muda a política de vassalagem, impondo maior controle e mais impostos. Israel, com Manaem, conforme 2Rs 15,19-20, foi obrigada a pagar mil talentos de prata a Pul. Para reunir a quantia exigida, Manaem cobrou 50 ciclos de prata a todos os ricos proprietários de Israel.

Após a morte de Manaem, seu filho Faceias sobe ao trono (2Rs 15,23-31), mas também é assassinado pouco tempo depois por Faceia, um oficial do exército, filho de Romelias (735-732). Diante da instabilidade e infidelidade de seus vassalos, Teglatfalasar III, rei da Assíria, inicia uma política de anexação de suas colônias. Israel se junta, então, a uma coalizão que incluía cidades filisteias e arameias para fazer frente ao avanço assírio. Mas a coalizão não consegue resistir ao terror e à violência do exército assírio: “Nos dias de Faceia, rei de Israel, veio Teglatfalasar, rei da Assíria, e tomou Aion, Abel-Bet-Maaca, Janoe, Cedes, Hazor, Galaad, Galileia e toda a terra de Neftali e deportou seus habitantes para a Assíria” (2Rs 15,29). Temos aqui um dos primeiros registros da política de deportação assíria. É nessa época que Teglatfalasar III conquista Damasco (734 -732). Depois da queda de Damasco, a Assíria concentra suas forças no território israelita até a costa do Mediterrâneo. Uma após outra as cidades vão caindo diante do rolo compressor assírio. As escavações arqueológicas encontraram

idades desse período, como Hazor, completamente queimadas. Os anais assírios falam de 13.500 pessoas deportadas. Somente Samaria não foi capturada, mas seu reino ficou reduzido à região montanhosa ao seu redor.

O sucessor de Faceia, Oseias, filho de Ela, se submeteu à Assíria; porém, secretamente fez aliança com o Egito (2Rs 17,3-4), que tinha como meta retomar seu antigo domínio até o rio Jordão. Descoberto o conluio, o novo rei da Assíria, Salmanasar V (727-722), sucessor de Teglatfalasar, marcha contra Samaria e, conforme o relato bíblico, cerca a cidade por três anos, até que em 722 Samaria cai nas mãos do inimigo. Há uma dúvida histórica de que o triunfo sobre Samaria se deva a Salmanasar V ou ao seu sucessor Sargão II, que chegou ao poder na Assíria em 722.

Os anais assírios registram que 27.280 pessoas foram deportadas de Samaria e reassentadas em terras assírias. Acredita-se que em torno de 1/5 da população israelita tenha sido deportado. A Samaria, por sua vez, é repovoada por povos trasladados de outras terras, e governada por um comissário do rei Salmanasar V. O registro anota ainda que os habitantes da Samaria passam, então, a ser contados como assírios.

O relato de Salmanasar V está muito próximo do que conta o texto bíblico:

No nono ano de Oseias, o rei da Assíria tomou Samaria e deportou Israel para a Assíria, estabelecendo-a em Hala e junto a Habor, rio de Gozã, e nas cidades dos medos... Então, o rei da Assíria trouxe povos da Babilônia, de Cuta, de Ava, de Emat e de Sefarvaim, e estabeleceu-os nas cidades de Samaria, em lugar dos filhos de Israel (2Rs 17,6.24).

A política de deportar os povos conquistados, reassentando-os em territórios e culturas desconhecidas e distantes, tinha por finalidade quebrar a resistência dos povos conquistados.

Da mistura dos habitantes vindos de diferentes colônias assírias com os habitantes que permaneceram no interior da Samaria surgem os samaritanos, um povo que mais tarde será discriminado pelos judaítas

do sul (Esd 4; Jo 4).

2.7. O florescimento de Judá e o surgimento do Estado

Até a queda da Samaria (722), Judá praticamente vivia à sombra do Estado de Israel Norte, e não poucas vezes foi oprimida pelo irmão mais forte do norte. Contudo, com a conquista da poderosa Samaria, Judá começa a florescer. A leitura deuteronomista de Jerusalém atribuía o desastre do norte ao culto a outros deuses e ao não seguimento dos mandamentos prescritos por Javé (2Rs 17,7-23). Nesse tempo, em Judá reinava Acaz (735-716), o filho de Joatã. Foi ele que, conforme 2Rs 16,5-18, não quis se unir à coalizão siro-efraimita na guerra contra a Assíria. Ao contrário, Acaz enviou mensageiros ao rei da Assíria, prometendo submissão. Essa atitude salvou Jerusalém da destruição. Judá, então, torna-se um vassalo fiel do Império Assírio, paga um alto tributo e introduz o culto a seus deuses no templo de Jerusalém.

Com o apoio assírio e com o concorrente do norte nocauteado, Judá começa a se desenvolver. Muitos israelitas da Samaria migram para o sul, fugindo da deportação e da violência assíria. A estabilidade econômica e a possibilidade de manter suas tradições são outros motivos da fuga dos habitantes da Samaria para Judá. É provável que muitas famílias ricas estivessem no meio desses migrantes. As escavações dos anos oitenta da Jerusalém antiga revelaram um grande incremento populacional da cidade nesse período. De cerca de mil habitantes, antes da queda da Samaria, Jerusalém passou para 15 mil. O crescimento também é constatado no tamanho da cidade, que passou de cerca de cinco hectares para cerca de 60 hectares.

O florescimento de Jerusalém é bem perceptível no surgimento de bairros novos, como Mactes (Sf 1,10-11) e Misneh, onde vivia a profetiza Hulda (2Rs 22,14). Pela denúncia de Sofonias (Sf 1,8-11), provavelmente esses eram bairros da classe rica. Também nos arredores de Jerusalém e nas cidades ao sul, como Laquis e Beersheva, foi constatado grande aumento populacional. Na área rural surgem novos

assentamentos, na cidade cresce a indústria de cerâmica, aparecem grandes construções, túmulos belamente ornamentados, selos pessoais, inscrições em monumentos etc., provas do surgimento de uma elite social de nobres e altos funcionários. É também a primeira vez que são encontrados em Judá os famosos potes de cerâmica com a inscrição *lamelech*, “para o rei”, indicando a cobrança de tributo pelo Estado. Com a economia em alta, Judá é integrada ao comércio internacional assírio, aumentando as relações com o rico comércio do mundo árabe. Em síntese, a invasão violenta da Assíria no norte, que resultou no fim de Israel Norte, foi proveitosa para Judá.

É bastante difícil datar com precisão se o florescer de Judá ocorre com Acaz (735-716) e Ezequias (716-687) ou somente no reinado de Josias (640-609). Ultimamente, porém, como veremos mais adiante, vem se confirmando pela arqueologia que provavelmente o maior desenvolvimento econômico de Judá aconteceu com Manassés (687-642), que sucedeu o rei Ezequias. É provável que o desenvolvimento tenha sido ascendente nos anos de Acaz, interrompido, com Ezequias, pelos fatores da guerra, e retomado com Manassés, até chegar à reforma de Josias. No primeiro momento, o crescimento foi mais econômico, e, no segundo, mais burocrático e administrativo: é quando Judá atinge efetivamente o *status* de Estado. É no segundo momento que surge ou se intensifica a produção literária.

2.7.1. A rebelião de Ezequias

Com a morte de Acaz, sobe ao poder o seu filho Ezequias, um intrépido jovem em busca de fama e poder. Ezequias reinou por longos vinte e nove anos (716-687). É o rei mais elogiado pelo redator deuteronomista: “[...] depois dele não houve ninguém como ele entre todos os reis de Judá, e nem antes dele”. O texto fala por si:

Fez o que é reto aos olhos de Javé, seguiu em tudo o que fez Davi, seu pai. Ele aboliu os lugares altos, destruiu as estelas e extirpou Aserá. Quebrou a serpente de bronze que Moisés tinha feito, pois até aqueles dias os filhos de Israel queimavam incenso para ela, e se chamava Neostã. Confiou em Javé, Deus de Israel, e depois dele não houve ninguém como ele entre todos os reis de Judá, e nem antes dele. Uniu-se a Javé e não se separou dele, guardando seus mandamentos que Javé havia dado a Moisés. Javé esteve com ele e em tudo o que fez teve êxito. Rebelou-se contra o rei da Assíria e não o serviu mais. Derrotou os filisteus até Gaza e conquistou seu território desde as torres de vigia até as cidades fortificadas (2Rs 18,3-8).

No contexto internacional, a Assíria mostrava dificuldades em manter seu imenso império. Além disso, com a morte de Sargão II em 705 a.C., seu sucessor, Senaquerib (705-681), não tinha a mesma habilidade para lidar com longínquas colônias. Diante da instabilidade assíria, o rei Ezequias, instigado pelo Egito (2Rs 18,21; 19,19), se arrisca numa perigosa empreitada e, junto com outras cidades fortificadas da região, busca se livrar do jugo assírio. Para tanto, Ezequias reforça e amplia a muralha da cidade de Jerusalém, abastece os armazéns e cava um canal subterrâneo de 513 metros para trazer água da fonte de Gion para dentro das muralhas de Jerusalém, até a piscina de Siloé (2Rs 20,20; 2Cr 32,1-8; Is 5,10-11), e se prepara para o contra-ataque assírio. As escavações arqueológicas encontraram no atual bairro judeu da Jerusalém antiga uma muralha de sete metros de largura que possivelmente é parte da muralha construída por Ezequias.

Por volta do ano 701, Senaquerib, rei da Assíria, invade Judá com um poderoso exército. Depois de conquistar Laquis, a grande fortaleza

a sudeste de Jerusalém, o rei envia o copeiro-mor para negociar a rendição de Jerusalém (2Rs 18,17-37). Ao saber que Laquis havia caído e ao ver o exército assírio cercado a cidade, Ezequias se rende. A rendição decreta o fim do sonho de um reino independente. 2Rs 19,3b expressa bem o sentimento de frustração que tomou conta da realeza de Judá: “Os filhos estão para nascer, mas não há forças para dar à luz”.

A importância do triunfo assírio sobre a cidade fortaleza de Laquis foi tamanha que levou o rei Senaquerib a fazer uma pintura em baixo-relevo de 18 metros de comprimento por 2,70 metros de altura na sala do seu palácio em Nínive. Os relevos retratam o assédio da cidade, o saque e a figura de Senaquerib sentado em seu trono e prisioneiros desfilando diante dele. O palácio foi escavado em 1850, e os relevos, transportados para o museu britânico de Londres, onde se encontram atualmente. As escavações encontraram em cavernas, junto à cidade de Laquis, uma sepultura coletiva desse período com cerca de 1500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Junto à muralha foram encontradas centenas de pontas de flechas de ferro, de bronze e de osso, prova do combate intenso que ali foi travado. Muitas pontas estavam dobradas, o que leva a entender que foram arremessadas contra a muralha bem de perto. Ainda hoje é visível a rampa de assédio de 70 metros de comprimento por 50 de largura construída por Senaquerib, que possibilitou a conquista da cidade.

Nos anais assírios foi encontrado um longo registro em que Senaquerib relata seu triunfo sobre a coalizão antiassíria. A parte que se refere ao rei Ezequias nos conta que,

Quanto a Ezequias, o judeu, ele não se submeteu ao meu jugo. Eu cerquei 46 de suas cidades-fortes, fortalezas fortificadas e incontáveis pequenos vilarejos em sua vizinhança. E eu as conquistei com rampas bem colocadas e aríetes trazidos para perto [das muralhas], [combinado com] ataques de soldados a pé usando minas, calçamento, como trabalho de solapadores. E conduzi para fora 200.150 pessoas, jovens e velhos, homens e mulheres, cavalos, mulas, jumentos, camelos, gado grande e gado pequeno, impossível de contar, e considereei [isso] saque. A ele [Ezequias] eu fiz prisioneiro em Jerusalém, sua residência real, feito pássaro na gaiola. Eu o cerquei com barricadas para impedir a fuga daqueles que saíam pelo

portão da cidade. As suas cidades, que eu tinha saqueado, eu as tomei do seu país e as dei a Mitinti, rei de Asdod, a Padi, rei de Ekron, e a Sillibel, rei de Gaza. Assim eu reduzi seu país, mas eu ainda aumentei o tributo e os presentes devidos a mim.^[30]

O escrito segue elencando ainda outras exigências que Senaquerib teria feito a Ezequias, e não deixa dúvidas da humilhação imposta a Jerusalém após a rendição.

A respeito da reforma religiosa de Ezequias, não está claro seu real alcance. É provável que a destruição dos chamados “lugares altos” (*bamot*), atribuída a Ezequias, deva ser atribuída ao rei Josias (640-609). Pesa a favor dessa hipótese, entre outros, o fato de que a pintura assíria da conquista de Laquis parece mostrar que o saque assírio incluía objetos de culto, o que negaria a reforma de Ezequias. Em todo caso, Josias, como se verá mais adiante, parece ter se identificado sobremaneira com o que Ezequias havia iniciado.

2.7.2. Profetas Isaías e Miqueias

Nesse mesmo período, que inclui a queda da Samaria e a revolta e reforma de Ezequias, atuam os profetas Isaías e Miqueias. Conforme a narrativa bíblica, o auge do ministério de Isaías foi entre os anos 740 e 700 a.C., enquanto que o de Miqueias deve ser situado entre os anos 721 e 701 a.C. Nos livros proféticos é muito difícil definir com precisão o que pertence ao profeta e o que é acréscimo. Porém, como já foi visto acima, pode-se afirmar com fundamento que Isaías era um profeta ligado à corte e ao templo de Jerusalém, muitas vezes fazendo o papel de conselheiro real. Prova disso é o seu chamado à missão que acontece no templo (Is 6). A consulta que o rei Ezequias faz a Isaías, quando Senaquerib cerca Jerusalém e envia seu copeiro-mor para negociar a rendição da cidade (2Rs 19; Is 37), também se situa nesse contexto. Porém, Isaías se opõe às alianças políticas da elite e insiste que Judá deve confiar em Javé, e não nos impérios (Is 3,1-9). Nesse sentido, Isaías também é visto como o profeta da esperança (Is 2,1-5; 11). As denúncias contra a idolatria, que têm forte presença da mão deuteronomista, colocam Isaías em sintonia com a reforma de Ezequias. No entanto, a acusação em 22,9-11 parece mostrar que Isaías é contra a reforma de Ezequias:

Vistes as brechas da cidade de Davi, que eram muitas, e juntastes águas no reservatório de baixo. Contastes as casas de Jerusalém e as derrubastes para reforçar o muro. Fizestes um depósito entre os muros para as águas do reservatório antigo. Mas não olhastes para aquele que fez essas coisas e nem para quem as formou desde antigamente.

Apesar da proximidade com o templo e a corte, Isaías não deixa de denunciar, com veemência e como poucos, as injustiças da elite de Judá (Is 1,10-28; 3,16-24; 5,8-24), especialmente os grandes latifúndios: “Aí dos que juntam casa com casa e unem campo com campo até que não tenha mais lugar, e até serem eles os únicos moradores no meio da terra” (Is 5,8). Da mesma forma, Isaías tem especial cuidado com a

situação em que vivem os pobres e excluídos, como as viúvas e os órfãos (Is 1,17; 3,14-15; 10,1-2).

Diferentemente de Isaías, Miqueias vem de uma aldeia do interior chamada Morasti. Sua atuação se identifica mais com a do profeta Amós. Nos poucos textos que podemos considerar como sendo de Miqueias, encontramos uma forte preocupação com a corrupção e exploração da classe dirigente. O profeta atribui a ela a destruição do país, e por isso é ela a principal destinatária de suas denúncias (2,1-5.9-10; 3,1-12):

Ai dos que planejam iniquidades e maquinam maldade em suas camas. Ao amanhecer, as executam, porque o poder está em suas mãos. Se cobiçam campos, apropriam-se, se casas, as tomam. Defraudam o homem e sua casa, a pessoa e sua herança (Mq 2,1-2).

E disse: “Ouçam agora, chefes de Jacó e dirigentes da casa de Israel. Não cabe a vocês conhecer a justiça? Vocês que odeiam o bem e amam o mal. Que arrancam a pele deles e a carne de seus ossos. Que comem a carne do meu povo, arrancam sua pele e quebram seus ossos, cortam em pedaços, como que para o caldeirão, e como carne dentro da panela” (3,1-3).

Ouçam agora isso, chefes da casa de Jacó e dirigentes da casa de Israel. Vocês que desprezam a justiça e pervertem todo o direito. Que edificam Sião com sangue, e Jerusalém com iniquidade. Seus chefes julgam por suborno, seus sacerdotes ensinam por salário, e seus profetas adivinham por dinheiro (3,9-11a).

2.7.3. De Manassés à reforma de Josias

Com a morte de Ezequias, seu filho Manassés assumiu o poder em Judá (687-642). Ao contrário de Ezequias, Manassés foi um vassalo leal aos assírios, restabelecendo os cultos às divindades nos lugares altos, como Baal e Aserá, juntamente com Javé. Também introduziu em Jerusalém o culto às divindades assírias, conhecidas na Bíblia como “exército do céu”:

Manassés voltou a construir os lugares altos que Ezequias, seu pai, tinha destruído. Erigiu os altares de Baal e fez um a Aserá como havia feito Acab, rei de Israel, e se prostrou diante de todo exército dos céus e lhe serviu (2Rs 21,3; 2Cr 33,1-10).

Para o deuteronomista, a retomada dos cultos nos lugares altos e a submissão à Assíria foram um grande mal, e isso foi considerado a causa que levou Jerusalém ao exílio na Babilônia (2Rs 21,10-16). Porém, a arqueologia tem mostrado outra realidade, isto é, que a atitude do rei Ezequias salvou Judá de ter o mesmo fim de Israel. Vejamos.

Em primeiro lugar, a retomada dos cultos nos lugares altos parece ter ajudado Manassés a restabelecer as relações com os anciãos das aldeias e com os sacerdotes dos santuários do interior de Judá, que certamente não pensavam como os sacerdotes e escribas de Jerusalém. É possível até que eles atribuíssem o colapso de Jerusalém à afronta de Ezequias e Josias de destruírem os santuários na área rural. As boas relações com as aldeias ajudaram Manassés a alavancar novamente a economia do reino, que era a principal preocupação do Império Assírio, além de ser uma demonstração de lealdade por parte de Manassés. Talvez por isso Manassés tenha conseguido reinar por 55 longos anos num governo relativamente tranquilo.

Em segundo lugar, as escavações arqueológicas encontraram, do período que se refere ao reinado de Manassés, um grande aumento de assentamentos no interior de Judá, principalmente nas zonas áridas. Isso

provavelmente se deve à política estável de Manassés. Ou seja, uma vez que a fértil região da Sefelá, no oeste, com o centro em Laquis, havia sido entregue à administração filisteia, a Judá de Manassés se estendeu em direção ao sul. É também nesse período que o reino de Edom, na Transjordânia, se desenvolve. O fator de desenvolvimento parece ter sido o rico comércio com o mundo árabe. O crescimento comercial da região sul de Judá é percebido pela ampliação da nova rota comercial que atravessava o deserto do Neguev, ao sul do Mar Morto, e que ligava a Arábia, Edom, Judá e o Egito. Um papel preponderante parece ter tido o Oásis de Cades-Barnea que servia de entreposto para o abastecimento de diferentes produtos, mas principalmente de água, para pessoas e animais que vinham da longínqua Arábia em direção ao Egito e vice-versa. Em Cades-Barnea foi escavado recentemente um enorme forte construído no século VII a.C. – portanto, durante a monarquia tardia em Judá. Também o cultivo e o comércio de azeite de oliva floresceram muito na região. Prova é a grande quantidade de prensas de azeite desse período que foram encontradas no Tel Mique, antiga Eglon. Enfim, durante seu longo reinado, Manassés conseguiu recuperar Judá do desastre em que havia sido conduzida por seu pai Ezequias. Esse fator permitiria que o futuro rei Josias sonhasse com voos mais altos.

Manassés morreu, e seu filho Amon o sucedeu no trono. Amon, no entanto, não teve tempo para dar continuidade à política de seu pai. Conforme 2Rs 21,19-23, Amon foi assassinado pelos seus servos em 642, dois anos após assumir o poder. Não temos maiores informações extrabíblicas sobre as condições em que se deu essa mudança. O que informa a narrativa bíblica é que os grandes donos de terras, conhecidos como o “povo da terra” (*‘am haarez*), se aproveitaram da instabilidade política, mataram os conspiradores e colocaram no poder o menino Josias, de apenas oito anos de idade (2Rs 21,24). É difícil saber quem realmente matou Amon; o que se sabe é que com Josias volta a ter poder o “povo da terra”, que já teve importante participação no restabelecimento do javismo e da dinastia davídica após a morte da

rainha Atália (1Rs 11,17-20). Volta também a política nacionalista de centralização e de Javé como único Deus, iniciada por Ezequias e interrompida por Manassés e Amon. Os redatores deuteronomistas, mentores da teologia davídica, fazem questão de mostrar que o governo de Josias retoma a reforma de Ezequias. Deixam isso bem claro no enaltecimento análogo dos dois reis:

Como ele [Josias] não houve, antes dele, rei algum que se tivesse voltado para Javé com todo o seu coração, com toda a sua vida e com toda sua força, com toda fidelidade à lei de Moisés; e depois dele não se levantou alguém como ele (2Rs 23,25).

Depois dele [Ezequias] não houve alguém como ele entre todos os reis de Judá; e antes dele também não. Uniu-se a Javé, sem se afastar dele, e observou os mandamentos que Javé prescrevera a Moisés (2Rs 18,5-6).

A reforma de Josias tem como objetivo principal a retomada da política expansionista e independente iniciada por Ezequias. Para isso, Josias segue os mesmos princípios da reforma de Ezequias: centralização do culto a um único Deus em Jerusalém; destruição dos santuários do interior, conhecidos como lugares altos (*bamot*), concorrentes do templo de Jerusalém; destruição dos altares e dos objetos de culto às divindades, principalmente a Baal e Aserá; destruição dos símbolos e altares que representavam as divindades assírias; morte ou destituição dos sacerdotes do interior de forte tradição levita, ou sua redução a uma categoria subalterna (2Rs 23,4-14; Ez 44,10-31).

Impressiona no relato dos textos bíblicos (2Rs 23) o forte sincretismo religioso existente em Judá e presente no templo de Jerusalém ainda no século VII, quando a monarquia de Judá já está no seu ocaso. O destaque fica por conta de Aserá, presente no templo, que parece sofrer maior perseguição:

Fez sair Aserá do templo de Javé para fora de Jerusalém, para a torrente do Cedron, e a queimou na torrente do Cedron e ali a triturou a pó. Depois enviou seu pó sobre os túmulos dos filhos do povo. E derrubou as casas dos consagrados que estavam na casa de Javé, lá onde as mulheres teciam casas para Aserá (2Rs 23,6-7).



Réplica do altar de quatro chifres encontrado em Beersheva e que pode ter sido destruído na reforma de Ezequias ou de Josias (2Rs 23,8).

Apesar do caráter religioso da reforma, o objetivo de Josias é a expansão territorial. Por isso, ela não se reduz a Jerusalém, mas se estende para o norte, que tinha como um dos principais centros o santuário real de Betel (2Rs 23,15; 1Rs 12,26-13,32; Am 7,10-13), grande concorrente do templo de Jerusalém e, ao que parece, ainda ativo no tempo de Josias. O que Josias fez com Betel não poderia ser profanação maior: queimou ossos humanos sobre o altar (2Rs 23,16). A violência chega até Samaria, onde o rei procede da mesma forma (2Rs 23,19-20).

Para conclusão da reforma, Josias determina que as festas sejam celebradas somente em Jerusalém. A celebração principal será a Festa da Páscoa (2Rs 23,21-23; 2Cr 35,1-19), que até então era uma festa de caráter familiar e comunitário, celebrada nas casas e nas aldeias (Ex 12,21-28). Mas, com a centralização do poder e do culto em Jerusalém,

a Páscoa se torna uma celebração do Estado e adquire caráter fundante de Judá como nação. Evidentemente, a celebração da Páscoa, mesmo que ocultamente, deve ter continuado nas aldeias e nos clãs. Essa experiência de celebrar a Páscoa nas casas e não no templo será resgatada também pelas primeiras comunidades (Mc 14,12-16).

2.7.3.1. O contexto internacional

A reforma político-religiosa de Josias, ou aquilo que ela conseguiu realizar, só foi possível porque o contexto internacional do momento era favorável. A Assíria, após a morte de Assurbanipal (699-627 a.C.), passava por uma grave crise. As causas do declínio assírio não são claras. Um fator decisivo parece ter sido a invasão dos citas, grandes tribos nômades vindas do norte (Jr 1,13-14), talvez das estepes do sul da Rússia, e cujos guerreiros tinham como característica a excepcional habilidade como cavaleiros. A invasão desses povos foi pela primeira vez descrita por Heródoto, que fala de tribos vindas do Mar Negro que invadiram o Império Assírio. Outro fator que acelerou a crise do outrora poderoso império foram os conflitos internos.

Ocupada com as invasões do norte e debilitada por crises internas, a Assíria não consegue manter o controle sobre as colônias mais distantes que, uma após outra, começam a se rebelar. A primeira foi o Egito, com o faraó Psamético I, em 656 a.C. Em seguida viriam outros, até chegar a vez da Média e da Babilônia, os reinos mais próximos ao sul da Assíria. Mas estes não se contentam mais com a libertação. Assolados por séculos de opressão que fizera crescer um ódio indômito, os babilônios vão além e começam a conquistar os territórios assírios. E assim, aos poucos, o terrível e odioso império de outrora começa a ruir. Assur é tomada em 614, e dois anos mais tarde, em 612, é a vez da capital Nínive. O profeta Naum descreve com vivacidade o terror que toma conta de Nínive com a chegada dos guerreiros vermelhos, como eram chamados os babilônios (Na 3-4; Sf 2,13-15).

É nesse contexto que também Judá se permite sonhar com voos mais altos. Sem a presença assíria, tudo fica mais fácil. No entanto, há outro problema com o qual Judá não contava: o Egito. Desde a sua libertação da Assíria em 656 a.C., o Egito vivia uma fase de renascimento. Com a Assíria envolvida na guerra contra os medos e babilônios, o território do além Jordão fica praticamente por conta própria, oportunidade que

o Egito não deixa escapar. Possivelmente impulsionado pela possibilidade de recuperar o antigo território dos antepassados, o faraó Psamético I vai pouco a pouco conquistando as cidades da costa do Mediterrâneo, como Asdod e Ekron, chegando até as terras fenícias. Em 610 morre Psamético I, e seu filho Necaú o sucede no trono. Nínive já havia sido conquistada, e a Babilônia vai surgindo como grande ameaça aos sonhos imperialistas do Egito. Talvez seja nesse contexto que temos de ler a afirmação de 2Rs 23,29, segundo a qual o faraó Necaú partiu em auxílio do rei assírio. Ou seja, o Egito teria se unido à cambaleante Assíria para frear o avanço da Babilônia, que surgia como a grande inimiga das pretensões egípcias. Judá, mais alinhada com a Babilônia, e querendo evitar o renascer do Império Assírio, teria tentado cortar o passo do faraó egípcio na histórica fortaleza de Megido, pretensão demasiada grande para o pequeno exército judeu.

Outra possibilidade, plausível, a nosso ver, seria que, com a morte do faraó Psamético I em 610 a.C., Necaú, um ano após suceder seu pai no trono, fora obrigado a subir a costa do Mediterrâneo para renovar os tratados com os seus vassalos, uma vez que, conforme a tradição da época, os tratados eram anulados quando o faraó morria e um novo assumia o poder. O faraó Necaú teria, portanto, acordado uma reunião com todos os vassalos em Megido a fim de renovar as alianças. Porém, por algum motivo desconhecido, Josias não teria concordado com certas exigências egípcias e, por isso, teria sido morto pelo Faraó Necaú.

De uma forma ou de outra, a tragédia da morte de Josias em 609 enterrou o sonho de Judá de se livrar do jugo imperialista e de constituir um grande reino israelita.

2.7.3.2. O livro da lei

Josias justifica sua reforma num livro encontrado providencialmente durante a restauração do templo de Javé (2Rs 22,8-10). Que livro é esse exatamente? Uma pergunta para a qual ainda não foi encontrada uma resposta única. Mais provavelmente, trata-se do embrião do livro do Deuteronômio. Ou seja, uma obra ainda não concluída, mas parte do que é hoje Dt 12-25. É possível que o livro tenha tido sua origem no movimento reformista de Ezequias. Após o fracasso do projeto de Ezequias, o livro foi escondido e, quando as condições o permitiram, voltou à luz. Pode-se também pensar em grupos dissidentes no reinado de Manassés que teriam iniciado sua composição. Fato é que a partir dele nasce o movimento deuteronomista em Jerusalém.

No tempo do rei Josias, o livro é retomado e ampliado para fundamentar suas conquistas, chegando perto da forma final do que hoje é o livro do Deuteronômio. A arqueologia tem comprovado que nesse período a escrita se desenvolve amplamente em Judá – praticamente ela começa nesse período. O interessante é que a forma do livro do Deuteronômio se assemelha bastante à dos tratados assírios firmados com os seus vassalos, tratados que escribas como Safã (2Rs 8-10; Jr 36,10-20) deveriam conhecer muito bem. A forma dos tratados assírios basicamente se resume no seguinte: se o vassalo cumprir as normas estabelecidas pelo imperador, será abençoado, senão, será amaldiçoado e destruído. Nessa mesma forma de bênção e maldição está organizado o livro do Deuteronômio: se o povo seguir os preceitos de Javé, será abençoado. Caso contrário, será amaldiçoado e destruído, ou se autodestruirá (Dt 28).

Evidentemente que o Deuteronômio não se resume a leis com fins políticos. Encontramos nele várias leis éticas que visam defender os mais pobres e vulneráveis, como as viúvas, os órfãos e os estrangeiros (Dt 15,7-8; 16,18-19; 24,10-22). Se estas leis nasceram no reinado de Josias, não sabemos. De toda forma, ele não as aboliu, o que permite

pensar que Josias também deveria ter uma preocupação social, ou pelo menos pregava isso.

No entanto, o projeto de Josias foi além das reformas, não só no que se refere às conquistas territoriais, mas também na elaboração de uma ampla obra historiográfica, conhecida como “Obra Deuteronomista” (HD). Isto é, os escribas do reinado de Josias começam a elaborar uma obra historiográfica que fundamentasse uma identidade histórica ao povo de Judá e que amparasse as conquistas do seu rei. É difícil delimitar exatamente até onde vai a HD. Em todo caso, ela tem forte identificação com os livros históricos, particularmente com os de Josué até 2 Reis.

É bem provável que os primeiros autores da Obra Deuteronomista tenham se inspirado em escritos de Israel Norte, que devem ter sido trazidos pelos escribas e sacerdotes que migraram para Jerusalém depois da queda da Samaria.^[31] De onde e de quando são esses escritos do norte é difícil saber. Provavelmente vieram da Samaria ou de algum santuário importante de Israel Norte, como Betel. Talvez possamos pensar em tradições escritas já no tempo da dinastia omrida. Porém, é mais provável que os escritos sejam do tempo do longo e importante reinado de Jeroboão II (2Rs 14,23-2). Os escribas de Jerusalém não só se inspiraram nesses escritos, mas organizaram a história de Judá incorporando a literatura e a história dos vizinhos do norte.

É, portanto, nesse contexto histórico-literário que livros como o de Josué, que trata da conquista dos territórios que Josias almejava, desempenham um papel fundamental. Ou seja, o livro de Josué legitima o projeto de Josias, pois mostra que os territórios que Josias sonha conquistar já haviam sido conquistados no passado por Josué e, por isso, pertencem por direito a Judá. Não é por nada que as primeiras conquistas de Josué foram Jericó (Js 6) e Hai (Js 8), cidades que ficam a poucos quilômetros ao norte de Jerusalém, e que foram, na verdade, as primeiras conquistas de Josias. Da mesma forma deve-se considerar os

livros de Samuel e os livros dos Reis que tratam da monarquia unida sob os governos de Davi e Salomão, que eram da mesma casa à qual pertence Josias. Enfim, a conquista de Josué é na verdade a conquista de Josias. Igualmente, a monarquia unida sob Davi e Salomão é o reino que Josias sonhava organizar. Por isso, Josias é apresentado em 2Rs 22-24 como o novo Davi.

Também nesse mesmo plano se encontram os livros da Torá (Pentateuco). Os escribas de Jerusalém, reunindo tradições que migraram do norte, começam a escrever a grande épica nacional do povo de Israel e Judá.

Enfim, a imagem que os redatores deuteronomistas tentam passar para o seu leitor é de que o reinado exemplar foi o reinado de Saul, Davi e Salomão. O início com Saul foi conturbado, mas com a entrada de Davi as coisas tomaram rumo. O desastre surgiu com a ação de Jeroboão I. Ele foi o mal de todos os males. Todo o percurso desde Jeroboão I, por volta de 930, até a queda da Samaria, em 722, foi um desviar do caminho dos preceitos de Javé. Todos os reis sucessores de Jeroboão I agiram mal.

Josias tenta apagar da memória a história de Israel Norte; por isso, a apresenta como pecaminosa e desacreditada. Já desde o início o caminho foi desvirtuado, e isso só podia levar à autodestruição. A história só encontra a sua rota com Ezequias e Josias. Com eles volta a monarquia unida. Portanto, a tentativa é excluir Israel Norte, retratando-a como “inexistente” ou que não devia ter existido.

Jeroboão I (930) até Oseias (722)

Saul (?)

Davi e Salomão-----Josias (640-609)

Contudo, o que tentamos demonstrar aqui é que o que não existiu foi o reinado imaginário de Josias. A monarquia unida foi uma construção literária de Josias, que sonhava em organizar um reinado que incluísse

todos os territórios atribuídos ao domínio de Davi e Salomão. Por outro lado, aquilo que Josias tenta apagar ou apresentar como desastre histórico foi o que de fato existiu, Israel Norte, que agora está sendo redescoberta.

BIBLIOGRAFIA

BIRAN, A.; NAVEH, J. “An Aramaic Stele Fragment from Tel Dan”. *IJE*, vol. 43, 1993, p. 81-98.

_____. “The Tel Dan inscription: a new fragment”. *Israel Exploration Journal*, vol. 45, 1995, p. 1-18.

DAY, J. “Yahweh and the Gods and Goddesses of Canaan”. In: *JSOT Supplement Series*, 265. Nova York: Sheffield Academic Press, 2002.

DEVER, W. G. *Did God Have a Wife? Archaeology and Folk Religion in Ancient Israel*. Michigan: Eerdmans, 2005.

DIETRICH, L. J.; NAKANOSE, S.; OROFINO, F. *Primeiro livro de Samuel: Pedir um rei foi nosso maior pecado*. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 1999.

FINKELSTEIN, I. “State formation in Israel and Judah: A contrast in context, a contrast in trajectory”. *Near Eastern Archaeology*, vol. 62, 1999, p. 35-62.

_____. *The Forgotten Kingdom: The Archaeology and History of Northern Israel*. Atlanta: SBL, 2013.

FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. *The quest for the historical Israel: debating archaeology and the history of early Israel*. Brian B. Schmidt (org.). Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *David and Solomon: In Search of the Bible’s Sacred Kings and the Roots of the Western Tradition*. Nova York: The Free Press, 2006.

_____. *The Bible Unearthed: Archaeology’s New Vision of Ancient Israel and the Origin of Its Sacred Texts*. Nova York: The Free Press, 2001.

FLEMING, D. E. *The Legacy of Israel in Judah Bible: History, Politics and the Reinscribing of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GALLAZI, S. *Israel na história: Seu povo, sua fé, seu livro*. São Leopoldo: CEBI, 2011.

GASS, I. B. (org.). *Uma introdução à Bíblia*. Vol. 3 e 4. São Leopoldo/São Paulo: CEBI/Paulus, 2003.

ISHIDA, T. “The house of Ahab”. *Israel Exploration Journal*, vol. 25, 1975, p. 135-137.

KAEFER, J. A. “A Estela de Dã”. *Caminhando*. São Bernardo do Campo: Editeo, 2012, vol. 17, n. 2, p. 33-46.

_____. *Arqueologia das Terras da Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2012.

_____. “Hermenêutica bíblica: Refazendo caminhos”. *Estudos da Religião*. São Bernardo do Campo: UEMESP, 2014 vol. 28, n. 1.

_____. *Un Pueblo libre y sin reyes: La función de Gn 49 y Dt 33 en la composición*

- del Pentateuco*. ABE/44. Estella: Editorial Verbo Divino, 2006.
- _____. “Tribalismo na história de Israel: Perspectiva ainda válida?” *Revista Espaços*. São Paulo: Santuário, vol. 18, n. 2, 2010, p. 169-177.
- LIPINSI, E. *The Arameans: Their ancient history, culture and religion*. Leuven, 2000.
- LIVERANI, M. *História antiga de Israel: Para além da Bíblia*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2008.
- NA’AMAN, N. *Ancient Israel’s history and historiography: The first Temple Period*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2006.
- _____. “Khirbet Qeiyafa in Context”. *Ugarit-Forschungen*, 42, Neukirchen-Vluyn, 2006, p. 497-526.
- _____. “The Abandonment of Cult Places in the Kingdoms of Israel and Judah as Acts of Cult Reform”. *Ugarit-Forschungen*, 34, Neukirchen-Vluyn, 2002, p. 585-602.
- _____. “The Exodus History: Between Historical Memory and Historiographical Composition”. *Journal of Ancient Near Eastern Religions*, 11, Chicago, 2011, p. 39-69.
- _____. “The Inscriptions of Kuntillet ‘Ajrud through the Lens of Historical Research”. *Ugarit-Forschungen*, 43, Neukirchen-Vluyn, 2012, p. 1-43.
- NAKANOSE, S. *Uma história para contar... A páscoa de Josias*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- NOVA BÍBLIA PASTORAL. São Paulo: Paulus, 2014.
- OLIVIER, H. “In search of a capital for the northern kingdom”. *Journal of the Northwest Semitic Languages*, vol. 2, 1983, p. 117-132.
- OTTERMANN, M. “Vida e prazer em abundância: A Deusa Árvore”. *Mandrágora*, ano XI, n. 11, São Paulo, 2005, p. 40-56.
- PRITCHARD, J. B. (org.). *The Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament*. New Jersey: Princeton University Press, 1950.
- RÖMER, T. *A chamada história deuteronomista*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- RÖMER, T.; MACCHI, J.-D.; NIHAN, C. (orgs.). *Antigo Testamento: História, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010.
- SCHNIEDWIND, W. M. *How the Bible Became a Book: The Textualization of Ancient Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SCHOORS, A. *The Kingdoms of Israel and Judah in the Eighth and Seventh Centuries B.C.E.* 2013.
- SCHULTE, H. “The end of the Omride dynasty: Social-ethical observations on the subject of power and violence”. In: KNIGHT, D. A. (org.). *Ethics and politics in the Hebrew Bible*. Atlanta: 1994, p. 33-148.
- SCHWANTES, M. *As monarquias no Antigo Israel: Um roteiro de pesquisa*

histórica e arqueológica. São Paulo: CEBI/Paulinas, 2006.

_____. *História de Israel: Local e origens*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. *O direito dos pobres*. São Bernardo do Campo: Editeo, 2013.

SMITH, M. S. *O memorial de Deus: História, memória e a experiência do divino no Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. *The Early History of God. Yahweh and the Other Deities in Ancient Israel*. Michigan: Eerdmans, 2002.

WILLIAMSON, H. G. M. "Tel Jezreel and the Dynasty of Omri". *Palestine Exploration Quarterly*, vol. 128, 1996, p. 41-51.

ZENGER, E. *Introdução ao Antigo Testamento*. São São Bernardo do Campo: Editeo, 2012, Paulo: Loyola, 2003.

NOVA COLEÇÃO BÍBLICA

- *As parábolas de Jesus*, J. Jeremias
- *História de Israel*, J. Bright
- *Introdução aos livros apócrifos e pseudepígrafos do AT e aos manuscritos de Qumrã*, L. Rost
- *Introdução ao Novo Testamento*, W. G. Kümmel
- *A comunidade do discípulo amado*, R. Brown
- *A Bíblia, a arqueologia e a história de Israel e Judá*, José Ademar Kaefer

Direção editorial
Claudio Avelino dos Santos

Assessoria bíblica
Paulo Bazaglia

Assistente editorial
Jacqueline Mendes Fontes

Revisão
Tarsila Doná
Caio Pereira
Manoel Gomes da Silva Filho

Capa
Marcelo Campanhã

Coordenação de desenvolvimento digital
Alexandre Carvalho

Desenvolvimento digital
Daniela Kovacs

Conversão EPUB
PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Kaefer, José Ademar, 1960-
A Bíblia, a arqueologia e a história de Israel e Judá [livro eletrônico] / José Ademar Kaefer. --
São Paulo : Paulus, 2018.
5Mb (Nova coleção bíblica)

ISBN 978-85-349-4868-5 (e-book)

1. Arqueologia : Bíblia 2. Bíblia - Antiguidades 3. Bíblia - História 4. Israel - História 5. Judeus - História I. Título II. Série

CDD 220.93

18-1909

CDU 22:902

Índices para catálogo sistemático:

1. Arqueologia bíblica

1ª edição, 2018

© PAULUS – 2018

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 – São Paulo (Brasil)

Tel. (11) 5084-3066

paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

[Facebook] • [Twitter] • [Youtube] • [Instagram]

Seja um leitor preferencial PAULUS.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções:

paulus.com.br/cadastro



NOTAS

Capítulo 1 - O DEBATE EM TORNO DA HISTÓRIA DE ISRAEL E JUDÁ

- [1] FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. The Quest for the Historical Israel: Debating archaeology and the history of early Israel. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007, p. 9-21.
- [2] KAEFER, J. A. Arqueologia das Terras da Bíblia. São Paulo: Paulus, 2012, p. 10.
- [3] Ibid., p. 19-30.
- [4] FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. Op. cit., p. 10.
- [5] FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. Op. cit., p. 12-14.
- [6] KAEFER, J. A. "Hermenêutica bíblica: Refazendo caminhos". Estudos da Religião. São Bernardo do Campo: UESP, 2014, vol. 28, n. 1.
- [7] RÖMER, T.; MACCHI, J.-D.; NIHAN, C. (orgs.). Antigo Testamento: História, escritura e teologia. São Paulo: Loyola, 2010, p. 388 ss.
- [8] Ibid., p. 392.
- [9] FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. Op. cit., p. 14-20.
- [10] FINKELSTEIN, I.; MAZAR, A. Op. cit., p. 16-18.

Capítulo 2 - ISRAEL E JUDÁ

- [11] Entre os reinados de Ezequias e Josias dá-se o reinado de Manassés (2Rs 21), um dos mais longos de Judá (687-642). Apesar da descrição negativa que o deuteronomista faz dele, é provável que com o reinado de Manassés Judá tenha se desenvolvido de fato, entrando na rede do comércio internacional e estabelecendo as bases econômicas para a reforma de Josias.
- [12] FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. The Bible Unearthed: Archaeology's New Vision of Ancient Israel and the Origin of Its Sacred Texts. Nova York: Touchstone, 2002, p. 130-145; e LIVERANI, M. Para além da Bíblia: História antiga de Israel. São Paulo: Paulus/Loyola, 2008, p. 127-136.
- [13] Ibid., p.143.
- [14] FINKELSTEIN, I. The Forgotten Kingdom: The Archaeology and History of Northern Israel. Atlanta: SBL, 2013, p. 51.
- [15] FINKELSTEIN, I. Op. cit., p. 54.
- [16] FINKELSTEIN, I. The Forgotten Kingdom, op. cit., p. 148.
- [17] Em Os 14,9 há uma variante que diz: "Eu [Javé] sou tua Asherá".
- [18] NA'AMAN, N. "The Inscriptions of Kuntillet 'Ajrud through the Lens of Historical Research". Ugarit-Forschungen, 43 (2012a), Neukirchen-Vluyn, p. 1-43.
- [19] FINKELSTEIN, I. The Forgotten Kingdom, op. cit., p. 146.
- [20] O itálico é nosso.
- [21] PRITCHARD, J. B. (org.). The Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament (ANET). Londres: Princeton University Press, 1950, p. 278-279. O relato segue narrando a ação vitoriosa de

Salmanassar III.

[22] KAEFER, J. A. Un Pueblo libre y sin reyes: La función de Gn 49 y Dt 33 en la composición del Pentateuco. ABE/44. Estella: Editora Verbo Divino, 2006, p. 169-173.

[23] A tradução ao português foi feita a partir da tradução alemã de H. Gressmann, *Altorientalische Texte*, (1926/1965, p. 440-441) e da tradução inglesa de J. B. Pritchard, *Ancient Near Eastern Texts* (1969, p. 320).

[24] O itálico é nosso.

[25] “Amado”, em referência a Javé, Deus de Israel Norte.

[26] “Utensílios”.

[27] Kaefer, J. A. “A Estela de Dã”. *Caminhando*. São Bernardo do Campo: Editeo, 2012, vol. 17, n. 2, p. 33-46.

[28] A tradução ao português foi feita a partir da edição em inglês de BIRAN, A. e NAVEH, J. “The Tel Dan Inscription: A New Fragment”. *Israel Exploration Journal*, vol. 45, 1995, p. 9-13.

[29] FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. *The Bible Unearthed*, op. cit., p. 211-212.

[30] Tradução do texto em inglês de PRITCHARD, J. B. (org.). *The Ancient Near Eastern Texts (ANET)*, p. 287-288.

[31] FLEMING, D. E. *The Legacy of Israel in Judah Bible: History, Politics and the Reinscribing of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012; SCHNIEDWIND, W. M. *How the Bible Became a Book: The Textualization of Ancient Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004; RÖMER, T. *A chamada história deuteronomista*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Hildegarda de Bingen

Scivias

(Scito Vias Domini)

Conhece os caminhos do Senhor



Scivias

de Bingen, Hildegarda

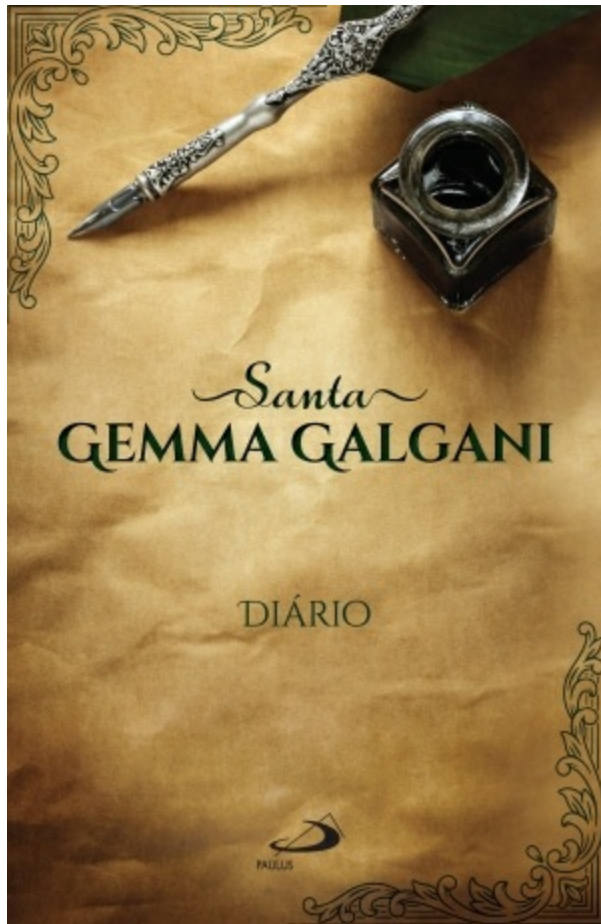
9788534946025

776 páginas

[Compre agora e leia](#)

Scivias, a obra religiosa mais importante da santa e doutora da Igreja Hildegarda de Bingen, compõe-se de vinte e seis visões, que são primeiramente escritas de maneira literal, tal como ela as teve, sendo, a seguir, explicadas exegeticamente. Alguns dos tópicos presentes nas visões são a caridade de Cristo, a natureza do universo, o reino de Deus, a queda do ser humano, a santificação e o fim do mundo. Ênfase especial é dada aos sacramentos do matrimônio e da eucaristia, em resposta à heresia cátara. Como grupo, as visões formam uma summa teológica da doutrina cristã. No final de Scivias, encontram-se hinos de louvor e uma peça curta, provavelmente um rascunho primitivo de Ordo virtutum, a primeira obra de moral conhecida. Hildegarda é notável por ser capaz de unir "visão com doutrina, religião com ciência, júbilo carismático com indignação profética, e anseio por ordem social com a busca por justiça social". Este livro é especialmente significativo para historiadores e teólogas feministas. Elucida a vida das mulheres medievais, e é um exemplo impressionante de certa forma especial de espiritualidade cristã.

[Compre agora e leia](#)



Santa Gemma Galgani - Diário

Galgani, Gemma

9788534945714

248 páginas

[Compre agora e leia](#)

Primeiro, ao vê-la, causou-me um pouco de medo; fiz de tudo para me assegurar de que era verdadeiramente a Mãe de Jesus: deu-me sinal para me orientar. Depois de um momento, fiquei toda contente; mas foi tamanha a comoção que me senti muito pequena diante dela, e tamanho o contentamento que não pude pronunciar palavra, senão dizer, repetidamente, o nome de 'Mãe'. [...] Enquanto juntas conversávamos, e me tinha sempre pela mão, deixou-me; eu não queria que fosse, estava quase chorando, e então me disse: 'Minha filha, agora basta; Jesus pede-lhe este sacrifício, por ora convém que a deixe'. A sua palavra deixou-me em paz; repousei tranquilamente: 'Pois bem, o sacrifício foi feito'. Deixou-me. Quem poderia descrever em detalhes quão bela, quão querida é a Mãe celeste? Não, certamente não existe comparação. Quando terei a felicidade de vê-la novamente?

[Compre agora e leia](#)



DOCAT

Vv.Aa.

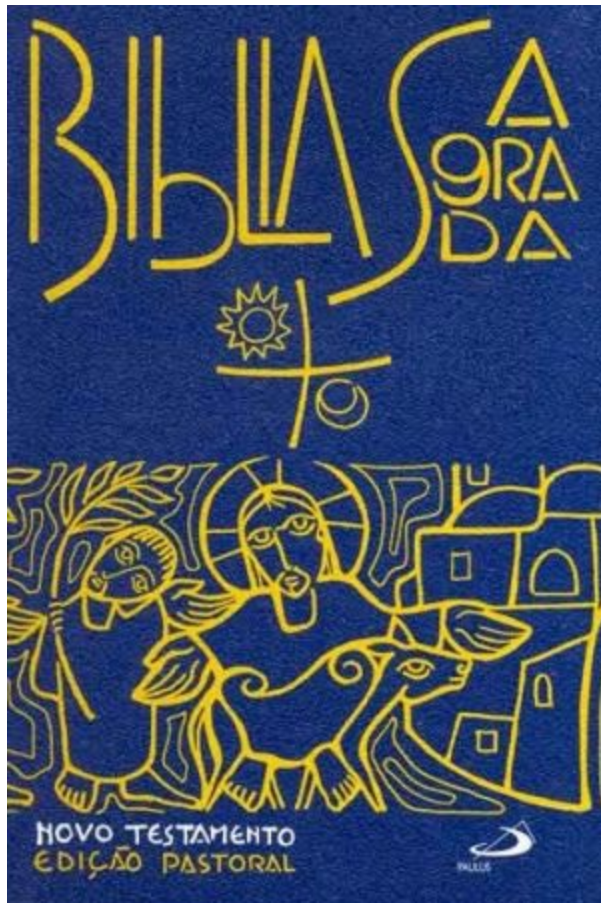
9788534945059

320 páginas

[Compre agora e leia](#)

Dando continuidade ao projeto do YOUCAT, o presente livro apresenta a Doutrina Social da Igreja numa linguagem jovem. Esta obra conta ainda com prefácio do Papa Francisco, que manifesta o sonho de ter um milhão de jovens leitores da Doutrina Social da Igreja, convidando-os a ser Doutrina Social em movimento.

[Compre agora e leia](#)



Bíblia Sagrada: Novo Testamento - Edição Pastoral

Vv.Aa.

9788534945226

576 páginas

[Compre agora e leia](#)

A Bíblia Sagrada: Novo Testamento - Edição Pastoral oferece um texto acessível, principalmente às comunidades de base, círculos bíblicos, catequese e celebrações. Esta edição contém o Novo Testamento, com introdução para cada livro e notas explicativas, a proposta desta edição é renovar a vida cristã à luz da Palavra de Deus.

[Compre agora e leia](#)

LEE MARTIN McDONALD

A origem da Bíblia

Um guia para os perplexos



A origem da Bíblia

McDonald, Lee Martin

9788534936583

264 páginas

[Compre agora e leia](#)

Este é um grandioso trabalho que oferece respostas e explica os caminhos percorridos pela Bíblia até os dias atuais. Em estilo acessível, o autor descreve como a Bíblia cristã teve seu início, desenvolveu-se e por fim, se fixou. Lee Martin McDonald analisa textos desde a Bíblia hebraica até a literatura patrística.

[Compre agora e leia](#)

Índice

Rosto	2
Agradecimentos	5
PRÓLOGO	6
A IMPORTÂNCIA DA ARQUEOLOGIA	7
Capítulo 1 - O DEBATE EM TORNO DA HISTÓRIA DE ISRAEL E JUDÁ	9
1.1. A escola fundamentalista	10
1.1.1. A arqueologia para fundamentar a Bíblia	13
1.2. A escola minimalista	15
1.2.1. Questionamentos à escola minimalista	17
1.2.2. Tendências e novas leituras	19
1.3. Proposta alternativa	22
1.3.1. Método da leitura regressiva	25
1.3.2. Contribuições da arqueologia e da exegese	27
Capítulo 2 - ISRAEL E JUDÁ	29
2.1. Contexto histórico e literário	29
2.2. Geografia de Judá	32
2.3. Geografia de Israel	34
2.4. Israel nas montanhas	35
2.5. O advento dos primeiros monarcas	38
2.5.1. O direito do rei	41
2.5.2. Saul	44
2.5.2.1. À procura do reino de Saul	48
2.5.3. Davi, um líder popular do sul de Judá	51
2.5.3.1. Os feitos de Davi	55
2.5.3.1.1. A conquista da jebusita Jerusalém	56
2.5.3.1.2. A Arca em Jerusalém: concentração do poder religioso	58
2.5.3.2. As controvérsias sobre o reinado de Davi	60

2.5.3.2.1. À maneira de conclusão	64
2.5.4. A sucessão de Davi	65
2.5.5. A fabulosa história de Salomão	67
Cronologia	71
2.5.6. Jeroboão I	72
2.6. O Estado de Israel	74
2.6.1. O culto a Javé e outras divindades	76
2.6.2. O Êxodo como tradição de Israel Norte	80
2.6.3. Os reis de Israel e Judá	85
2.6.4. A dinastia omrida (884-842)	86
2.6.4.1. A Estela de Mesa	93
2.6.5. A Revolta de Jeú e a Estela de Dã	96
Tradução	99
2.6.6. Os profetas Elias e Eliseu	103
2.6.7. Jeroboão II e o Império Assírio	105
2.6.7.1. O movimento profético em Israel e Judá	109
2.6.7.1.1. Os profetas Amós e Oseias no reinado de Jeroboão II	113
2.6.8. A queda da Samaria	116
2.7. O florescimento de Judá e o surgimento do Estado	119
2.7.1. A rebelião de Ezequias	121
2.7.2. Profetas Isaías e Miqueias	124
2.7.3. De Manassés à reforma de Josias	126
2.7.3.1. O contexto internacional	131
2.7.3.2. O livro da lei	133
Bibliografia	137
Coleção	140
Ficha Catalográfica	141
Notas	143